

stricto
SENSU
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL- DOUTORADO
COMPLEMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

SIMONE BARROS DE OLIVEIRA

**As Interfaces da Cultura de Paz com o Projeto Ético-Político do
Serviço Social**

Porto Alegre, setembro de 2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – DOUTORADO

SIMONE BARROS DE OLIVEIRA

**AS INTERFACES DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL
COM A CULTURA DE PAZ**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do Grau de Doutora em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dr^a. Patrícia Krieger Grossi

Porto Alegre, julho de 2009

O48i Oliveira, Simone Barros de
As interfaces do projeto ético-político do
serviço social com a
cultura de paz / Simone Barros de Oliveira. –
Porto Alegre:
Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul, 2009.
185f.

Tese (Doutorado) – Pontifícia
Universidade Católica do Rio
Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social, 2009.
Orientadora: Prof. Dr^a. Patrícia Krieger
Grossi.

1. Cultura de paz 2. Serviço social 3. Serviço
social - Formação
social - Formação
profissional 4. Serviço social – Ética 5.
Desigualdade social 6. Violência 7. Justiça
social 8. Bem-estar social I. Grossi, Patrícia
Krieger II. Pontifícia Universidade Católica do
Rio Grande do Sul. Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social III. Título

CDU: 364.14

Bibliotecária: Dilva Carvalho Marques – CRB-10/583

SIMONE BARROS DE OLIVEIRA

**AS INTERFACES DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL
COM A CULTURA DE PAZ**

TESE APRESENTADA À BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Patrícia Krieger Grossi
Orientadora

Prof^o. Dr. Elias Grossmann.
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS /FADIR

Prof^a Dr^a Luiza Gerhardt
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS/ FAENFI

Prof^a Dr^a Márcia Salete Arruda Faustini
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS/FSS

DEDICATÓRIA

Aos meus grandes amores, Carlos, a quem tanto amo, em você, companheirismo, dedicação e apoio incondicional. Eduarda, filha amada, desafio constante de ser mais e melhor para você. Samuel, desejado e esperado, agora conosco nos dando alegria e nos desafiando para dias melhores.

AGRADECIMENTOS

À **Patrícia**, professora, mestre na arte de compreender e incentivar, amiga, orientadora. Obrigada por tudo, são incontáveis as iniciativas de apoio e de solidariedade. A paz continue contigo, minha gratidão eterna.

Ao **GEPAZ**, participar este grupo foi uma experiência que me fez acreditar o quanto somos capazes quando acreditamos naquilo que queremos. Vamos, eu também quero construir uma Cultura de Paz.

Aos personagens da minha vida cotidiana, você, **Carlos**, amigo, companheiro, simplicidade, porto seguro, meus filhos Eduarda e Samuel, fonte de vida, motivo de realizações constantes.

A amiga e colega de trabalho **Elisângela**, pelo apoio, pelos desabafos e por ter sido nos últimos meses a ponte entre mim e a Patrícia e o Programa de Pós-Graduação, sua colaboração foi muito importante para chegar até aqui.

Às colegas do **NEPEVI**, são várias as jóias com as quais convivi durante o período de graduação, mestrado e doutorado, tantas e tantos que vieram, se foram, permaneceram, obrigada pelo trabalho coletivo e pelo carinho de cada uma e cada um.

Ao **CNPQ**, e à **CAPES**, órgãos de fomento que possibilitaram a construção desse trabalho através da bolsa integral, e posteriormente parcial, bem como ao **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**, pelo incentivo ao desenvolvimento desse estudo no Doutorado.

E por fim, aos professores que tão prontamente se dispuseram a argüir este trabalho: **Prof^o Elias, Prof^a Luiza e Prof^a Márcia**, sinceramente obrigada por acreditarem numa sociedade diferente que tenha por referência a não-violência, vamos juntos continuar acreditando e construindo uma Cultura de Paz.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo discutir As Interfaces da Cultura de Paz com o Projeto Ético-Político do Serviço Social. O debate sobre a Paz, tem alcançado uma amplitude que vem provocando uma multiplicação de iniciativas, eventos e manifestações em seu favor. Este movimento tem provocado uma nova demanda na formação profissional de áreas diversas. O Serviço Social, sendo uma profissão eminentemente interventiva, a partir do projeto Ético-Político Profissional, comunga dos valores e princípios da Cultura de Paz, muito embora não visibilizado pela categoria profissional. Tanto o setor público como a sociedade civil sentem a carência de uma reflexão teórica qualificada e uma intervenção prática adotada. O crescimento das expressões latentes da Questão Social aponta para a busca de superação dessas realidades sociais perversas por meio de ações não violentas, a partir de um processo de educação voltado para uma Cultura de Paz. É da responsabilidade universitária, diante dos desafios do nosso tempo e da sua própria missão, formar profissionais para intervir junto às demandas da sociedade, a partir de intervenções que possibilitam uma maior consciência crítica e ações voltadas para uma cultura de paz na perspectiva da ética da solidariedade construída pelo exercício da co-responsabilidade. A pesquisa realizada enfatiza a Cultura de Paz que aponta para um novo modo de ser na sociedade, na sua relação com o Serviço Social que tem um projeto que aposta no avanço da democracia. A relevância dessa pesquisa configura-se na medida em que se constata que os princípios da Cultura de Paz e os princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social vão ao encontro uns dos outros. Os sujeitos da pesquisa foram profissionais do Serviço Social que desenvolvem processos de trabalho na perspectiva da Educação e Cultura de Paz, assim como profissionais de áreas diversas, de Instituições renomadas que vem trabalhando com o mesmo foco. Os resultados do trabalho indicam que a paz que se quer alcançar como cultura, passa pela transformação das pessoas e das estruturas sociais existentes, exigindo um processo de formação que desafie a sociedade para uma mudança radical no sistema político, econômico, social e ambiental. A mudança social torna-se o maior desafio para a construção de uma Cultura de Paz. A paz será possível quando houver de fato vontade política de diminuir as desigualdades sociais por via da materialização dos direitos humanos e da justiça social. Tem a ação política como uma das grandes ferramentas principais na sua construção. A paz é uma aspiração e um direito universal, faz parte dos direitos de terceira geração, sendo direito universal, é também direito humano, e sua construção é tarefa de todos.

Palavras Chaves: Cultura de Paz, violência, Serviço Social, Formação profissional.

SUMÁRIO

Introdução-----	10
1. A Cultura de Paz e suas diferentes perspectivas-----	10
1.1 Tradições de Paz-----	30
1.1.1 Tradição grega-----	30
1.1.2 Tradição Romana-----	31
1.1.3 Tradição Judaico-Cristã-----	31
1.1.4 Tradição da UNESCO-----	32
1.1.5 Tradição Pedagogia da Libertação-----	32
1.2 Educação para a Paz na perspectiva dos Direitos Humanos e da Justiça Social-----	32
1.3 Cultura de Paz e desenvolvimento sustentável-----	39
1.4 Cultura de Paz e Violência-----	45
2. O Projeto Ético-Político do Serviço Social-----	52
2.1 A trajetória da construção da ética no Serviço Social-----	70
2.2 A dimensão ética no Serviço Social-----	72
2.3 Código de Ética do Serviço Social (1993)-----	76
2.4 Diretrizes Curriculares para a formação profissional (1986)-----	84
2.5 A proposta Básica para o projeto de formação profissional-----	87
2.6 Os núcleos de fundamentação-----	91
2.6.2.1 Núcleo de Fundamentação Teórico-Metodológico da Vida-----	88
2.6.2.2 Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira-----	92
2.6.2.3 Núcleo de Fundamentação do Trabalho Profissional-----	92
3. Procedimentos metodológicos-----	93
3.1. Método de pesquisa-----	93
3.2. Tipo de pesquisa-----	102
3.3. Sujeitos da pesquisa-----	105
3.4. Grupo focal-----	107
3.5. Procedimento para análise dos dados-----	110
4. Apresentando e discutindo os resultados: Construindo a Cultura de Paz: desafios e perspectivas para o Serviço Social-----	114
4.1 Projeto Ético-Político-----	118

4.2 Cultura de Paz-----	126
4.3 Possibilidades para a construção de uma Cultura de Paz-----	130
4.4 Limites para a construção de uma Cultura de Paz-----	136
4.5 Ações necessárias para a construção de uma Cultura de Paz-----	140
4.6 As interfaces da Cultura de Paz com o Serviço Social-----	148
5. Considerações Finais-----	158
Referências -----	165
Anexos -----	173
Anexo 1: Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa/CEP da PUCRS	
Anexo 2. Grupo de Estudos de Paz/GEPAZ	
Apêndices-----	178
1. Termo de Consentimento livre e esclarecido	
2. Questionário para coleta de dados	
3. Roteiro do grupo focal	

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Paz Negativa e Paz Positiva -----	26
FIGURA 2 – Direitos de Primeira, Segunda e Terceira geração----	36
FIGURA 3 - Cultura de Paz e Cultura de Guerra-----	48
FIGURA 4- Sistematização do Primeiro Código de Ética do Serviço Social-----	62
FIGURA 5 – Sistematização do Segundo Código de Ética do Serviço Social-----	62
FIGURA 6 – Sistematização do Terceiro Código de Ética do Serviço Social-----	63
FIGURA 7 – Sistematização do Quarto Código de Ética do Serviço Social-----	64
FIGURA 8 – Sistematização do Quinto Código de Ética do Serviço Social-----	65
FIGURA 9 – Reconstituição Sócio-Histórica do Serviço Social----	68
FIGURA 10 – Sistematização do Código de Ética de 1993: Princípios Éticos-----	76
FIGURA 11 - Sistematização do Código de Ética de 1993: Direitos do Assistente Social-----	80
FIGURA 12 – Sistematização do Código de Ética de 1993: Deveres do Assistente Social-----	81
FIGURA 13: Sistematização do Código de Ética de 1993: Relações Profissionais da Categoria profissional-----	83
FIGURA 14: Projeto Ético-Político-----	118
FIGURA 15: Cultura de Paz-----	127

FIGURA 16 – Possibilidades para a construção de uma Cultura de Paz-----	131
FIGURA 17 – Limites para a construção de uma Cultura de Paz-----	136
FIGURA 18: Ações necessárias para a construção de uma Cultura de Paz-----	141
FIGURA 19: Manifesto 2000 -----	146
FIGURA 20 : Interfaces da Cultura de Paz com o Projeto Ético-Político do Serviço Social-----	150

INTRODUÇÃO

Esse trabalho é fruto de uma pesquisa do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS e tem por objetivo apresentar “As Interfaces da Cultura de Paz com o Projeto Ético-Político do Serviço Social”. O estudo teve por finalidade dar visibilidade ao lugar do Serviço Social como uma profissão que desenvolve processos de trabalho que intervém na questão social¹, como colaboradora na construção e fortalecimento da Cultura de Paz a partir do seu projeto profissional, denominado de Projeto Ético-Político.

A Cultura de Paz através de um processo de educação constitui-se um tema transversal e ao mesmo tempo, um tema considerado chave para que se possa compreender a necessidade de uma mudança radical dos paradigmas que norteiam a sociedade atual. A Cultura de Paz aponta para uma nova cultura que envolve um novo modo de ser na sociedade. Através da educação, a sociedade tende a caminhar para um maior desenvolvimento humano que envolve acesso a bens e serviços, existência digna pessoal e coletiva, reconhecimento dos direitos políticos, sociais, culturais, ambientais, resgate de valores éticos, tudo isso a partir de um exercício de cidadania.

O Serviço Social tem um projeto que aposta no avanço da democracia e, fundamentado nos princípios da participação, controle social, universalização dos direitos com vistas a alcançar a justiça social e a equidade, como consequência do enfrentamento das desigualdades sociais. O Projeto Ético-Político do Serviço Social está presente na Lei de Regulamentação da Profissão, no Código de Ética e nas Diretrizes Curriculares de Formação

¹ Definida por Iamamoto (2001) como o conjunto das desigualdades existentes na sociedade capitalista, sendo que desigualdade é também resistência dos que a vivenciam e a ela se opõem.

Profissional das unidades acadêmicas. É ele que fornece diretrizes e visibilidade à ação e compromisso ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo, dando identidade aos profissionais do Serviço Social. O Serviço Social é uma profissão eminentemente interventiva e atua frente às refrações da Questão Social. Atuação que se dá a partir de uma intencionalidade, dessa forma a competência dos profissionais a partir do conhecimento teórico-político oferece capacidade para que os mesmos decifrem os significados da realidade que se apresenta. Nessa pesquisa, as demandas aparecem na relevância da temática em foco, cuja perspectiva principal é dar visibilidade a interfaces da Cultura da paz com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

A trajetória da pesquisadora na faculdade de Serviço Social fundamenta o interesse pela temática, onde já na graduação participou e desenvolveu pesquisas referente à Violência, Educação para a Paz, Cultura de Paz e Justiça Restaurativa. Os estudos no Mestrado ampliaram conhecimentos diversos e deram maior experiência na área da pesquisa e da temática em foco. A Dissertação de Mestrado teve como foco de Estudo a Cultura da paz na Interface com o Desenvolvimento Sustentável, sendo dois grandes desafios para o Serviço Social. A inserção no Doutorado mostrou-se uma continuidade da trajetória da Graduação e do Mestrado. O envolvimento em pesquisas levou à participação em Mostras de Pesquisa de pós-graduação, envio e aprovação de artigos em co-autoria em Revistas, Seminários, Simpósios e Congressos nacionais e internacionais. Destaca-se o Simpósio Internacional de Educação para a Paz por que foi o primeiro a Nível Mundial com participações de diversos países do mundo. O que demonstra que a construção da Cultura da Paz já uma realidade.

É importante ressaltar o quanto a integração em um Núcleo de Pesquisa é aprendizado e desenvolve a construção de conhecimentos. A participação e o desenvolvimento de pesquisas, no processo de formação profissional, são de extrema importância para ações efetivas posteriores no exercício profissional.

O problema dessa pesquisa consistiu em identificar quais são as interfaces do Projeto Ético-Político do Serviço Social com a Cultura de Paz?

Na mesma direção caminham as questões norteadoras:

1. Como o Projeto Ético-Político do Serviço Social contribui para a construção de uma Cultura de Paz?
2. Quais aspectos da sociedade restringem e/ou promovem a construção e o fortalecimento da Cultura de Paz?
3. Como se dá a interface da Cultura de Paz com os eixos teórico-metodológico, ético-político e técnico operativo, que compõe os fundamentos do Projeto Ético-Político do Serviço Social?

A partir do problema de pesquisa e das questões norteadoras, tem-se os seguintes objetivos:

Objetivo geral

Identificar a interface do Projeto Ético-Político do Serviço Social com a Cultura de Paz, como possibilidade de construção e fortalecimento de uma Cultura de Paz.

Objetivos específicos

- 1- Identificar aspectos comuns do Projeto Ético-Político do Serviço Social e da Cultura de Paz.
- 2- Identificar a contribuição da Cultura de Paz na materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social.
- 3- Verificar impasses e condicionantes estruturais para a construção de uma sociedade voltada para uma Cultura de Paz.

- 4- Identificar a interface entre os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social e a interface com a Cultura de Paz.

Justifica-se o desenvolvimento dessa pesquisa, uma vez que o tema Cultura de Paz vem cada vez mais ocupando espaço nas discussões da sociedade contemporânea. Governo e diferentes segmentos da sociedade vêm analisando formas alternativas de instituir uma sociedade baseada em antigos e novos valores a partir de uma nova cultura fundamentada nos pressupostos da Cultura de Paz. Na mesma perspectiva, observa-se o crescimento de instituições fundadas no intuito de dar visibilidade à mesma, através de um processo de educação e de ações que a promova e a fortaleça. São inúmeros os atores sociais que buscam uma nova sociedade baseada na Cultura de Paz, profissionais de diferentes áreas de conhecimento, principalmente da área social, entre eles profissionais do Serviço Social que, comprometidos eticamente com o Projeto Ético-Político da profissão desenvolvem seu trabalho na perspectiva da diminuição das desigualdades, da luta pela justiça social, da garantia dos direitos humanos e da cidadania e portanto, promoção de uma Cultura de Paz.

A relevância dessa pesquisa configura-se na medida em que se constata que os princípios da Cultura de Paz e os princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social vão ao encontro uns dos outros. Por outro lado, percebe-se o reconhecimento da interdisciplinaridade, impulsionando a sociedade a novas formas de intervenção e de competências profissionais a serem utilizadas para o enfrentamento da mesma através da Cultura de Paz articulando diferentes áreas do conhecimento como Serviço Social, Educação, Direito, Enfermagem, Psicologia, Matemática, Filosofia, História, entre outras.

A construção da tese se dá inicialmente a partir de um ensaio teórico sobre Cultura de Paz, sua origem, principais aspectos, diferenciando paz positiva e paz negativa, elementos essenciais para identificar as interfaces a que se quer dar visibilidade. Posteriormente se faz um resgate teórico do Serviço Social, o surgimento da profissão, sua construção teórica e prática, os

Códigos de Ética com o objetivo de dar visibilidade ao avanço e amadurecimento teórico da profissão, acompanhando as mudanças sociais, chegando finalmente no atual Código de Ética e nas Diretrizes Curriculares que dão a direção social, ética e política da profissão.

Seguindo essa construção teórica, apresenta-se a metodologia adotada para a realização desta pesquisa. Conclui-se com a apresentação e análise dos dados, apresentando interfaces do Projeto Ético-Político do Serviço Social com a Cultura da Paz. A relação da Cultura de Paz com o Serviço Social se dá a partir da fala dos sujeitos que apontam para direitos humanos, justiça social, equidade e diminuição das desigualdades sociais, aspectos presentes no Projeto Ético-Político do Serviço Social que desenvolve processos de trabalho na perspectiva de uma nova ordem societária. Portanto, Cultura de Paz constitui-se para os profissionais do Serviço Social um grande desafio teórico e prático.

1. A CULTURA DE PAZ E SUAS DIFERENTES PERSPECTIVAS

A cultura vivenciada pela sociedade contemporânea apresenta claros sinais de desagregação e porque não dizer, de esgotamento. São muitas as expressões de violência, de injustiça e desigualdades sociais que não mais compactuam com os princípios da humanidade. É diante desse contexto de profundas expressões da questão social vigente na nossa sociedade que apresentamos uma nova perspectiva que é a de uma sociedade voltada para Cultura de Paz e não-violência. Para se chegar à reflexão referente à Cultura de Paz, é importante fundamentar o conceito de cultura, feita através da perspectiva de diferentes autores, a começar pelo dicionário de sociologia que define cultura como

conjunto dos modos de vida criados, adquiridos e transmitidos de uma geração para outra e entre os membros de determinada sociedade (...) Um sistema histórico de projetos de vida explícitos e implícitos que tendem a ser compartilhados por todos os membros de um grupo, ou por membros especialmente determinados (...) Corresponde às necessidades fundamentais de um grupo humano (...) Caráter de aprendizado ou transmissão (ABAGNANO, 2007, p. 264 e 265).

Johnson (1997) define cultura como conjunto acumulado de símbolos, idéias e produtos materiais associados ao sistema social, seja ele uma sociedade inteira ou uma família. Possui aspectos matéria e não materiais. A cultura material é tudo que é feita ou transformada como parte da vida social. A cultura não material se refere aos símbolos, idéias que modelam e informam a vida humana em relações e sistemas sociais. As idéias perpassam as atitudes, crenças valores e normas. Na análise Gramsciana, segundo Abreu (2002, p.

142). cultura “vincula-se aos métodos de trabalho, dando conta de um sistema ou modo de vida, ou seja, de uma maneira de pensar e de agir adequada a um determinado padrão produtivo e de trabalho”. Morin (2006) vem dizer que cultura se opõe à natureza e é tudo aquilo que é dotado de sentido, cobre todas as atividades humanas, reagrupa normas, crenças, ritos modelos de comportamento: “Um sistema que faz comunicar – em forma dialética – uma experiência existencial e um saber construído” (MORIN, 2006, p. 77). Já para Chauí (2006, p. 247), “a cultura tem um tempo, que é o tempo da transformação, das mudanças nos costumes, nas leis, nas emoções, nos pensamentos, nas técnicas, no vestuário, na alimentação, na linguagem, e nas instituições sociais, políticas e etc”.

Ou ainda, na perspectiva da UNESCO (2005, p. 18), cultura é “uma maneira de ser, de se relacionar, de se comportar, de acreditar e agir durante toda a vida, e está em constante evolução”. A Cultura de Paz vem sendo considerada no mundo acadêmico como um paradigma emergente, que necessita de ações individuais e coletivas para transformá-la em realidade concreta aqui e agora.

Essa breve definição de cultura foi necessária para que se possa chegar à reflexão sobre Cultura de Paz. Inicialmente, a idéia de uma Cultura de Paz, começou a ser formada e articulada no final da guerra fria, onde ardentemente se fortaleceu o desejo da humanidade em extinguir todas as expressões de guerras, motivo pelo qual deu origem à fundação da Organização das Nações Unidas em 1945. Mas foi em 1989 que o Congresso Internacional para a Paz na mente dos homens elaborou o conceito que ficou registrado na declaração uma Conferência intitulada de Conferência de Yamoussoukro, na Costa do Marfim em 1995 (DISKIN, 2008)².

O movimento pela construção de uma Cultura de Paz não é algo atual, ele vem se constituindo há décadas, e que pode ser visto na Declaração dos

² Palestra conferida por Lia Diskin na Universidade de Caxias do Sul, Campus Bento Gonçalves/RS, em 03 de julho de 2008.

Direitos Humanos, em organizações de movimentos pacifistas, em movimentos sociais, no movimento feminista, no movimento de afirmação sexual, ecológico, cultural, e vem contribuindo ao longo da história contemporânea da humanidade para um novo marco civilizatório. Atualmente a Cultura de Paz começa a tomar força na sociedade e especificamente no universo acadêmico através de pesquisas, formação de grupos de estudos sobre a educação e Cultura de Paz, dissertações e teses, entre outros. O movimento pela Cultura de Paz nada mais é do que a articulação de indivíduos, profissionais e organizações de todas as áreas da sociedade civil em busca de uma outra sociedade, pautada por princípios e valores éticos que primem pela igualdade e justiça social.

A expressão Cultura de Paz é um termo utilizado por Frederico Major Zaragoza na Conferência de Yamoussoukro. No documento final desta conferência, a Paz aparece pela primeira vez como cultura através da expressão Cultura de Paz. De acordo com Diskin (2008), esta conferência apresentou um programa que vem norteando estudos e propostas de paz no mundo inteiro:

Ajudar na construção de uma nova visão de paz, desenvolvendo uma Cultura de Paz baseada nos valores universais de respeito à vida, liberdade, justiça, solidariedade, tolerância, direitos humanos e igualdade entre mulheres e homens.

Aumentar a consciência do destino comum de toda a humanidade para fomentar a implementação de políticas comuns que assegurem justiça nas relações entre seres humanos e uma parceria harmoniosa entre humanidade e natureza.

Incluir elementos de paz e direitos humanos como características permanentes de todos os programas educacionais.

Encorajar ações coordenadas em nível internacional para gerenciar e proteger o meio-ambiente e assegurar que as atividades praticadas sob a autoridade ou o controle de um Estado em particular não comprometam a qualidade ambiental de outros Estados nem causem dano à biosfera (DINSKIN, 2008).

Na América Latina, o grande marco inicial dessa caminhada em busca de uma Cultura de Paz foi o Fórum Internacional sobre a Cultura de

Paz em São Salvador, El Salvador. Esse fórum, de acordo com Diskin (2008), traçou objetivos para a construção de uma Cultura de Paz como:

- Assegurar que os conflitos inerentes ao relacionamento humano sejam resolvidos de forma não-violenta, com base nos valores tradicionais de paz, incluindo-se a justiça, liberdade, equidade, solidariedade, tolerância e respeito pela dignidade humana.
- A paz e os direitos humanos são indivisíveis e dizem respeito a todos. Um princípio norteador da paz é que os direitos humanos devem ser respeitados e garantidos – não só os direitos civis e políticos, mas também os direitos econômicos, sociais e culturais.
- A implementação de uma Cultura de Paz requer uma mobilização universal de todos os meios de comunicação e educação, formais e informais. Todas as pessoas deveriam ser educadas nos valores básicos da Cultura de Paz. Este deve ser um esforço conjunto que inclui cada uma e todas as pessoas da sociedade.
- Uma Cultura de Paz requer aprendizado e uso de novas técnicas para o gerenciamento e resolução pacífica de conflitos. As pessoas devem aprender como encarar os conflitos sem recorrer à violência ou dominação e dentro de um quadro de respeito mútuo e diálogo permanente. (DISKIN,2008).

De acordo com Gerhardt (2005), a expressão Cultura de Paz foi um termo aproveitado de um projeto educativo desenvolvido no Peru, denominado de Cultura de Paz, em 1986. No Manifesto de Sevilha datado de 1986, mesmo ano do surgimento da expressão Cultura de Paz, os cientistas presentes nesse evento realizado na Espanha, posicionaram-se também frente à violência e a guerra, expressando que:

Paz é reverência pela vida. É a propriedade mais preciosa da humanidade. Um modo de comportamento. Um profundo comprometimento com os princípios de liberdade, justiça, igualdade e

solidariedade entre todos os seres humanos. Paz é também uma parceria harmoniosa como o meio ambiente (UNESCO, 2009).

Mas um elemento muito importante que certamente foi necessário para avançar em direção da idéia de uma sociedade que viva uma Cultura de Paz, foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos, elaborada em 1948, e sem dúvida pode ser considerado também um marco na construção dessa trajetória, pois a Declaração Universal dos Direitos Humanos já em seus artigos primeiro e terceiro respectivamente, reconhece e determina que:

“Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, Art.).

E ainda:

“Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, Art. III).

A paz é um valor inclusivo, molda-se pelo coletivo, que faz com que o sujeito, o profissional e a instituição, sintam, pensem, ajam em direção à sua construção e ao seu fortalecimento. A Cultura de Paz

requer novas formas convivência e mecanismos mais justos de distribuição da riqueza e do saber. Ela estimula conexões, desafia nossa capacidade criadora de soluções práticas, sustenta processos de mudança de consciência que, por sua vez, exigem o empoderamento de cada indivíduo para a construção de uma cidadania planetária baseada na responsabilidade universal” (THOT, p. 81, 2003).

Diante da dimensão universal que tem a Cultura de Paz, que prevê e desafia para o cuidado com a casa comum da humanidade, seja no âmbito ambiental ou no âmbito das relações. não se pode deixar de mencionar alguns elementos de grande importância que somam na trajetória da construção de uma Cultura de Paz. Entre esses elementos citamos:

- Carta da terra - surgiu em 1992, na ECO 92 junto com outro importante documento que é a Agenda 21, como esforço da Organização das Nações Unidas e dos cidadãos do planeta, no sentido de contribuir para a sustentabilidade do planeta. A Carta da terra é considerada como parte de um projeto global que caminha em direção à construção de uma sociedade mais humana que respeita e aplica a ética, a sustentabilidade e ações voltadas para a não-violência (THOT, 2003).

- Programa Século XXI pela paz e Justiça – aprovado pela Conferência de Haia em 1999 e que representa organizações da sociedade civil e cidadãos que consideram o desarmamento, a segurança humana, a prevenção, resolução e transformação de conflitos, os direitos humanos e a cultura da não-violência, como os grandes desafios da humanidade (THOT, 2003).

- Movimento Global A Paz está em nossas mãos – esse movimento foi intenso e teve início em 1989 e permanece até os dias atuais. O mesmo deu origem pela ONU ao ano de 2000, como o Ano Internacional da Cultura de Paz e a década de 2001-2010 como a década Internacional da Cultura de Paz e Não-violência para as crianças do mundo e o manifesto 2000 que apresenta seis grandes princípios para a humanidade: respeitar a vida, Rejeitar a violência, Ser generoso, Ouvir para compreender, Preservar o planeta e Redescobrir a solidariedade (THOT, 2003).

O símbolo da Cultura de Paz são as mãos entrelaçadas, que representam a troca e o entendimento. Podem ser vistas também como continentes que se abraçam, ou a fusão de pessoas, grupos, vilarejos, a união de norte e sul, a integração das várias culturas, que "se dão as mãos" no mais universal de todos os gestos de paz (CONPAZ, 2009).

No Brasil, a Cultura de Paz tomou força através das iniciativas da UNESCO que adotou um programa em 1995 com o objetivo de assegurar a transição da cultura da guerra, de violência, de imposição e de discriminação à cultura da não-violência, do diálogo, da tolerância e da solidariedade. A partir de grandes iniciativas em prol da educação e da Cultura de Paz, a ONU – Organização das Nações Unidas, em 1997 em Assembléia Geral, proclamou o ano 2000, como o ano Internacional da Cultura de Paz e posteriormente em 1998 declarou o período de 2001 – 2010 como a Década Internacional da Cultura de Paz e Não-Violência para as Crianças do Mundo (Mayor, 2000).

A Assembléia Geral da ONU datada de 6 de outubro de 1999, reconheceu que “a paz não é apenas ausência de conflitos, mas que requer um processo positivo, dinâmico e participativo”... eliminação de todas as formas de discriminação e intolerância, inclusive aquelas baseadas em raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política...(Documento de Declaração sobre uma Cultura de Paz, 1999) proclamou que “uma Cultura de Paz é um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida” que são baseados entre outros em:

- Respeito à vida, fim da violência e promoção da prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação;
- Respeito aos princípios de soberania dos países;
- Pleno respeito e promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais;
- Compromisso com a solução pacífica dos conflitos;
- Esforço para satisfazer as necessidades de desenvolvimento e proteção do meio-ambiente para as gerações presentes e futuras;
- Respeito e promoção do direito ao desenvolvimento;

- Adesão às princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento em todos os níveis da sociedade e entre as nações.

A ONU declara ainda que o desenvolvimento da Cultura de Paz está intrinsecamente relacionado a:

- Promoção e resolução pacífica dos conflitos a partir da cooperação internacional e do cumprimento das obrigações internacionais e ao direito internacional;

- Promoção da democracia e desenvolvimento dos direitos humanos;

- Possibilidade de que todas as pessoas, em todos os níveis desenvolvam o diálogo, a negociação, a formação de consensos e soluções pacíficas de controvérsias;

- Fortalecimento das instituições democráticas e garantia de participação plena no desenvolvimento;

- Promoção do desenvolvimento econômico social e sustentável;

- Eliminação de todas as formas de discriminação à mulher, promovendo sua autonomia, promoção e proteção dos direitos da criança;

- Pleno respeito ao direito de livre determinação dos povos, entre outros.

Diskin (2008) relata que o Fórum Internacional sobre a Cultura de Paz define algumas questões importantes como

assegurar que os conflitos inerentes ao relacionamento humano sejam resolvidos de forma não-violenta, com base nos valores tradicionais de paz, incluindo-se a justiça, liberdade, equidade, solidariedade, tolerância e respeito pela dignidade humana.

O Fórum também argumenta e determina que

A paz e os direitos humanos são indivisíveis e dizem respeito a todos. Um princípio norteador da paz é que os direitos humanos devem ser respeitados e garantidos – não só os direitos civis e políticos, mas também os direitos econômicos, sociais e culturais;

A implementação de uma Cultura de Paz requer uma mobilização universal de todos os meios de comunicação e educação, formais e informais. Todas as pessoas deveriam ser educadas nos valores básicos da Cultura de Paz. Este deve ser um esforço conjunto que inclui cada uma e todas as pessoas da sociedade.

Uma Cultura de Paz requer aprendizado e uso de novas técnicas para o gerenciamento e resolução pacífica de conflitos. As pessoas devem aprender como encarar os conflitos sem recorrer à violência ou dominação e dentro de um quadro de respeito mútuo e diálogo permanente” (DISKIN, 2008, p. 12).

Todas as pessoas deveriam ser educadas nos valores básicos da Cultura de Paz. Este deve ser um esforço conjunto que inclui cada uma e todas as pessoas da sociedade. Para que toda a sociedade se envolva no processo de construção da Cultura de Paz, ela apresenta, segundo Diskin (2008), oito áreas de atuação:

1. Cultura de Paz através da Educação;
2. Economia Sustentável e Desenvolvimento Social;
3. Compromisso com todos os Direitos Humanos;
4. Equidade entre os Gêneros;
5. Participação Democrática;
6. Compreensão - Tolerância – Solidariedade;
7. Comunicação Participativa e Livre Fluxo de Informações e Conhecimento;
8. Paz e Segurança Internacional.

Guimarães (2005), a partir dos estudos de Galtung, um dos grandes pesquisadores dos estudos de paz e mediador pacifista, estudos estes

infelizmente com a pouca publicação no Brasil, apresenta pesquisas de paz a partir de duas dimensões, a paz negativa e a paz positiva.

A paz negativa entende a paz como ausência de guerra ou de violência, não considera a violação dos direitos humanos, a pobreza, a miséria e tantas outras expressões desigualdades sociais. No entanto, os estudos de Galtung apresentam a guerra e a violência, não apenas como as únicas expressões de paz, mas como algumas das expressões de ausência de paz, porque existem muitas outras não tanto perceptíveis como a guerra e a violência física. No dizer de Espinosa (Apud GUIMARÃES, 2005, p. 187), “ A paz com efeito não é simples ausência de guerra, é uma virtude que tem a sua origem na força da alma, pois que a obediência é uma vontade constante de fazer o que, segundo o direito comum da cidade, deve ser feito”. Nesse sentido, pensar a paz de forma positiva é necessário, superar a perspectiva de apenas guerra e violência. A paz não pode ser vista como um estado pessoal, portanto a sociedade é desafiada a vivenciar a paz não como um objeto, mas como um horizonte a ser perseguido, somos todos sujeitos co-criadores da paz. A paz pode e deve ser vista como uma construção, como obra nunca acabada (GUIMARÃES, 2005).

A paz positiva tem a grande preocupação com os problemas econômicos e sociais em decorrência do crescimento econômico que gera desenvolvimento de forma desigual. Tem a compreensão de que a paz não é apenas ausência de guerra e presença da violência, sobretudo da violência física, mas que há outras formas não tão visíveis de violência, por vezes intensamente perversas, que devem ser consideradas e superadas por via da ação não-violenta. A paz positiva faz vinculação com grandes e importantes elementos como justiça, direitos humanos, democracia e não-violência (GUIMARÃES, 2005).

A paz na perspectiva de uma nova cultura, tem a dimensão da auto-realização humana que confere a satisfação das necessidades básicas materiais e não materiais. Jares (2007) argumenta que quando essas necessidades não são satisfeitas ocorrem naturalmente quatro tipos de violência: “ violência “clássica” da guerra ao homicídio; pobreza , em geral, no

campo das necessidades materiais; repressão e a privação dos direitos humanos; alienação e a negação das necessidades superiores (JARES, 2007, p. 32). Portanto, somos simpatizantes das palavras de Paulo Freire (1996, p. 42), quando ele diz que a paz se cria na superação das realidades sociais perversas e na edificação da justiça social. A paz positiva caminha em direção à justiça social, e é essa paz que se quer alcançar como produto de uma nova cultura. Diskin (2008), sintetiza na cultura tradicional e na Cultura de Paz, a paz negativa e a paz Positiva da seguinte forma:

Figura 1: Paz Negativa e Paz Positiva

PAZ NEGATIVA CULTURA TRADICIONAL	PAZ POSITIVA CULTURA DE PAZ
Ausência de guerra e de violência direta.	Ausência de todo tipo de violência (direta ou estrutural). Presença da justiça social e das condições para que ela exista.
Limita-se as relações nacionais e internacionais, sua manutenção depende unicamente dos Estados.	A paz limita-se às relações nacionais e internacionais e sua manutenção depende unicamente dos Estados.
A paz é um fim, uma meta a que se tende e que nunca se alcança plenamente.	A paz é um processo contínuo e permanente: “ <i>Não há caminho para a paz, a paz é o caminho.</i> ” (Mahatma Gandhi)
O fim justifica os meios. É, justificável o uso da violência para alcançar e garantir a paz.	A paz é processo contínuo e não um fim, não é justificável o uso de meios que não sejam coerentes com o que se persegue. A violência não é, justificável em nenhum caso.
A paz é um ideal utópico e inalcançável, carente de significação própria e derivado de fatores externos a ela.	A cooperação, o mútuo entendimento e a confiança em todos os níveis assentam as bases das relações interpessoais e intergrupais.
O conflito é visto como algo negativo. É preciso evitar os conflitos.	O conflito é independente. O negativo não é o conflito se não recorrer à violência para regulá-lo. O conflito é necessário. É preciso manifestar os conflitos latentes e regulá-los, sem recorrer à violência.

Síntese: Diskin, 2008, adaptada por Oliveira, 2009.

Uma das formas mais eficazes de desenvolvimento, promoção e fortalecimento da Cultura de Paz, concerne à educação em todos os níveis com o comprometimento de toda a sociedade civil. A Educação para a paz é o processo pelo qual a sociedade mundial pode chegar à Cultura de Paz. Jares (2007), ao buscar os fundamentos da educação para a paz relata que são vários os componentes desse processo educativo e que particularmente entre eles encontra-se: “educação para a compreensão internacional, para os direitos humanos, para o desenvolvimento, para o conflito e a desobediência” Jares (2007, p. 48). Para Jares (2007, p. 57), a paz é uma ordem social antagônica a algumas relações sociais violentas, injustas, e que forçosamente deve ser introduzida na estrutura da educação mundial. Se quisermos uma Cultura de Paz como produto da educação é necessário analisar as estruturas educacionais e ao fazê-lo, estimular atitudes de transformação.

A cultura da educação para a paz está voltada para valores como respeito aos direitos individuais e coletivos, tolerância, solidariedade, diálogo, desenvolvimento e justiça social (ABRAMOVAY, 2001, p. 19). Nesse processo, a sociedade no âmbito geral dialoga na perspectiva da superação de preconceitos e discriminações sociais, raciais, familiares, econômicas etc, desenvolvendo potencialidades numa relação de reciprocidade, que leve ao encontro de respostas para uma vida mais digna.

Guimarães (2005) aborda sete preocupações que são comuns no universo dos que trabalham na perspectiva da educação para a paz:

- Criar referenciais não-violentos e fortalecer conexões;
- Formar consensos para a paz;
- Fortalecer pessoas para serem ativistas de não-violência;
- Abolir preconceitos e estereótipos;
- Instrumentalizar a resolução não-violenta de conflitos;

Diminuir o potencial de agressão; Criar aversão à violência, com atitudes anti-militaristas e rejeição da violência.

Um dos aspectos significativos da educação voltada para uma Cultura de Paz, na perspectiva do enfrentamento da Questão Social e o a exclusão é a inclusão social que, segundo nosso olhar, deve considerar as diferenças culturais, políticas, econômicas e sociais pois vivemos numa realidade múltipla e complexa que ultrapassa os muros da escola. É necessário no âmbito da educação, trabalhar no sentido de uma cidadania que reconheça as diferenças mencionadas acima, bem como a singularidade dos seres humanos. A inclusão provoca no educador um novo olhar, que é o de ressignificação da identidade dos sujeitos de seu trabalho. Mas esse novo olhar provoca crises nos contextos educacionais, principalmente onde se trabalha ainda voltado para uma educação bancária, já refletida por Freire, onde o conhecimento é transferido. Ou seja, o professor ainda é considerado o depositário do conhecimento e o aluno o receptor desse conhecimento sem ambos interagirem na busca e construção do conhecimento, sobretudo, nos sistemas de ensino onde se buscam soluções para atender aos apelos desse momento contemporâneo, que clama por uma educação que vá além da reprodução do conhecimento do professor para o aluno, uma vez que os ambientes escolares se criam para alguns e não para todos de forma incondicional. Transformar a realidade social, em que as instituições educacionais estão inseridas, extrapola os muros e a competência das instituições, pois essa realidade é produzida por fenômenos sociais muito amplos e a instituição educativa é reflexo da sociedade em que vivemos, com seus problemas e suas belezas (SILVA, 2004).

A inclusão social a que nos referimos significa desenvolver o processo que assegure que todos tenham acesso a todas as oportunidades oferecidas pela educação. Conforme Mitller (2000, p 26), "no contexto da educação, a reestruturação das escolas baseada em diretrizes inclusivas é reflexo de um modelo de sociedade em ação". Essa inclusão requer que todo o corpo educacional tenha direito à preparação apropriada no decorrer de seu exercício profissional, porque a inclusão requer mudanças na forma de pensar e agir,

nos valores para os profissionais da educação e para a sociedade em geral, que por sua vez está repleto de desigualdades, refletidas diariamente no sistema educacional. Alguns valores e princípios abordados por Brandão (2005) são pertinentes para o desenvolvimento de uma educação voltada para uma Cultura de Paz. São eles:

- Educação como desenvolvimento humano e não desenvolvimento econômico;
- Educação para a permanente aventura do saber;
- Saber como exercício crítico e consciente da pessoa educanda;
- Educação como instrumento de criação e consolidação de culturas políticas de construção de valores;
- Formação de pessoas destinadas a se engajarem em frentes de luta social em nome da justiça, da solidariedade, da liberdade e da inclusão;
- Educação emancipatória que possibilite a abertura de novas e fecundas integrações de conhecimento não apenas no campo da ciência, mas também das vivências.

A necessidade de inclusão social se dá pela existência de exclusões sociais perversas, não apenas de processos individuais, mas sobretudo de uma lógica presente nas relações econômicas, sociais, políticas e culturais. A exclusão pode ser entendida como “situações de privação coletiva que inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não-equidade, não acessibilidade, não representação pública como situações multiformes” (SPOSATI, 1999, p. 67).

De acordo com a autora, essas situações estão expressas em:

- Crescimento da população nas ruas e nas cidades;
- O desemprego estrutural;
- O aumento da violência e da criminalidade;
- O crescimento do uso de drogas;
- A fragilização das estruturas familiares;

- A descentralização da sociedade salarial;
- A mudança do sistema produtivo, entre outros;

Ao realizar a análise da realidade, é necessário reconhecer as contradições do mundo em que se vive, e enfrentar as desigualdades cada vez mais crescentes em nossa sociedade, pois a construção de uma Cultura de Paz é indissociável da justiça e da solidariedade. Um elemento não pode estar separado dos demais, porque a paz é um produto que se constrói com estes diferentes elementos.

1.1 Tradições de Paz

A paz é um elemento cultural da humanidade, sua simbologia é ensinada de geração em geração. A sociedade contemporânea convive com diferentes concepções de paz construídas historicamente em diferentes culturas. Brandão (2005), ao resgatar essa simbologia no imaginário social, relata que ela se apresenta com: uma cor, o branco, um símbolo, a pomba, e alguns sinônimos, tranqüilidade, harmonia, calma, trégua, serenidade. Tem uma bandeira: um pano branco.

Ela gera expressões tradicionais conhecidas como: “viver em paz”, “buscar a paz”, “vai em paz”, “que a paz te acompanhe”, “lutar pela paz”, “semear a paz”, entre outras. A seguir, a partir do estudo de Guimarães (2005), apresentamos diferentes tradições de paz, construídas pela humanidade. Destacamos dentre muitas, algumas que se encontram bem próximas de nós.

1.1.1 Tradição Grega nos leva a retomar os tempos clássicos da Grécia Antiga, berço da civilização ocidental e evocar o caráter divino que estes povos davam à paz. Segundo a mitologia grega aqui retomada por Guimarães (2005), Têmis e Zeus, deuses gregos, tiveram três filhas que receberam o nome de Equidade, Justiça e Paz Viçosa. Elas se tornaram

figuras divinas das estações do ano e zeladoras do ciclo da natureza. Chamadas respectivamente por Talo (tem a função de fazer brotar), Auxo (tem a função de fazer crescer) e Carpo (com a função de fazer frutificar). As filhas de Zeus e Têmis têm, na simbologia da tradição grega, a missão de evocar a prosperidade, fartura, abundância profunda e fecundidade, bem como assegurar o equilíbrio da vida. Para Guimarães (2005).

há uma ordem na natureza que garante a abundância e a fecundidade da vida, cabendo aos humanos não atentar contra ou quebrar esse sentido harmônico dado pelos deuses (GUIMARÃES 2005, p. 95)

A associação entre paz viçosa, justiça e equidade expressam uma relação familiar, que está relacionada com o equilíbrio da natureza.

1.1.2 Tradição Romana: “Se queres a Paz prepara-te para a Guerra”. Essa tradição está ligada ao poder de Roma, visibilizada na expressão “Pax Romana”, que só existe com a presença do Imperador como chefe do exército romano, onde sua ação dispensava a proteção divina, e a Pax Romana era sinônimo de *Paci Augustae*, ou seja, a paz de Augusto, o imperador de Roma. A paz nessa tradição está intimamente ligada à vitória adquirida por intermédio da guerra. É uma paz armada, tradição muito presente na sociedade onde a busca da paz se dá por meios legais através de forças, do aparelho repressor e militar (GUIMARÃES, 2005).

1.1.3 Tradição Judaico-Cristã: “As espadas transformam-se em arados”. É uma tradição nascida no Judaísmo e reelaborada pelo Cristianismo. Essa tradição pode ser encontrada na literatura, especialmente a bíblica e expressa o anseio do povo em transformar espadas em arados. Significa no imaginário da população:

(...) prosperidade, bem-estar, felicidade, saúde, segurança, salvação, relações sociais equilibradas, harmonia com Deus, vida em plenitude, metáforas para a realização e completudes humanas. (GUIMARÃES, 2005, p. 100).

1.1.4 Tradição da UNESCO: Dentre as diversas tradições de paz, a sociedade contemporânea convive com algumas bem específicas como a da UNESCO, “Nas mentes humanas, a defesa da paz”. A fundação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 e posteriormente da UNESCO em 1946 vem, através de pesquisas e projetos sociais, desenvolvendo ações diversas em torno da educação para a paz, aspecto que desde sua fundação a convicção de que é nas mentes humanas que se encontra o lugar privilegiado de erguer “as defesas da paz”, aspecto presente no texto de criação da UNESCO. A contribuição desta instituição na divulgação, proposição e ação em direção à educação e Cultura de Paz tem sido valiosíssima.

1.1.5 Tradição Pedagogia da Libertação: “A paz como conscientização sócio-política”. O grande educador Paulo Freire desenvolveu no Brasil um trabalho de conscientização sócio-política através da estruturação de uma proposta pedagógica de educação que repercutiu em elaborações teóricas de educação para a paz, desenvolvida e associada ao desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs, onde a Teologia da Libertação e Movimento de Educação de Base baseado na obra freiriana tiveram um papel fundamental (GUIMARÃES, 2005)). O Seminário Latino-Americano de Educação para a Paz e Direitos Humanos, realizado em Caracas (Venezuela) em 1984, tornou-se uma referência nos debates e elaborações teóricas posteriores.

1.2 Educação para a Paz na perspectiva dos Direitos Humanos e da Justiça Social

A paz, sem direitos humanos, não é paz positiva, a paz se concretiza a partir da concretização dos direitos humanos. Sem dúvida, a busca pelos direitos humanos, previstos pela Declaração Universal dos Direitos humanos, constitui-se na grande luta de nosso tempo. Não se pode pensar nem viver numa Cultura de Paz sem a garantia prática dos direitos humanos, porque história humana e história da luta pelos direitos humanos, historicamente se confundem. Guimarães (2004, p. 96) diz que “as esperanças, as angústias, as lutas, as buscas de cada homem e cada mulher, seu cotidiano e seus grandes momentos encontram-se espelhados no preâmbulo e nos 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos humanos”. Dessa forma os direitos humanos valem para todos os seres humanos, por isso tem caráter universal e refletem a luta e a conquista de toda a humanidade, são também inalienáveis, não tem valor de troca, nem tão pouco se vende, fazem parte da dignidade do ser humano.

De acordo com Guimarães (2005, p. 256),

os direitos humanos constituem-se a pedra de toque da educação para a paz. A ligação visceral com esses grupos possibilita à educação para a paz a profundidade de uma dignidade própria e inalienável. Também contribui para dar educação para os direitos humanos, parte integrante e inalienável da educação para a paz, uma dimensão mais visível desses mesmos direitos. Sobretudo, abre-se possibilidade de entrar no mesmo processo de mudança social que originou as noções de direitos humanos.

Depois do surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, pode-se dizer que a sociedade contemporânea entrou num grande consenso: o de superar barbáries. O movimento em prol dos direitos humanos está em toda parte, seja no âmbito da luta contra a pena de morte, tortura, qualquer tipo de discriminação, contra a fome e tantas outras formas de violação dos direitos humanos. Os grupos de direitos humanos hoje são parte integrante do sistema de funcionamento da sociedade.

Sendo a paz compreensível a partir da garantia da vida, porque é a garantia da vida que está expressa na declaração universal, ela pode ser assegurada, à medida em que se assegura os direitos humanos. Para tanto, Jares (2007) observa que é necessário que a educação esteja voltada para os

direitos humanos e busca de uma cidadania democrática. No entanto, isso não será possível se a sociedade não levar em conta algumas implicações, que na visão do autor, são consideradas implicações didáticas:

- Compreender a história de luta pelos direitos humanos e as liberdades fundamentais, fomentando sua prática e seus valores;
- Conhecer a Declaração Universal dos Direitos Humanos, sobretudo os artigos relacionados às condições de vida das pessoas;
- Identificar violações dos direitos humanos, indagar suas causas e possíveis alternativas, ao mesmo tempo que se incentivam atitudes de repúdio às violações;
- Conhecer o trabalho dos organismos que lutam em defesa dos direitos humanos e estimular compromissos em sua defesa;
- Relacionar os direitos humanos às noções de justiça, igualdade, liberdade, paz, dignidade e democracia (JARES, 2007, p. 49).

O grande desafio é passar da teoria à prática incessante, cotidiana de luta e realização dos direitos humanos. Suas dimensões são imensamente amplas, e embora se viva numa sociedade que se diz democrática, o que se percebe é que o individualismo exacerbado e os processos de desigualdade é que permanecem. Portanto, justiça social, igualdade, liberdade, dignidade e todas as outras dimensões da sociedade democrática são ainda muito incipientes na vida da grande maioria do povo brasileiro. Muitos não conhecem sequer os seus direitos, não sabem se quer a existência de uma declaração que assegura o fim de processos de desigualdades e explorações. E por não conhecerem ou por considerarem impossível, intragável essa luta contra a os danos trazidos pelo capitalismo, o sujeito se priva de buscar o que lhe é seu direito garantido legalmente nas sociedades democráticas por suas legislações, como é o caso da legislação brasileira que em seu artigo primeiro proclama: “ todo cidadão é igual perante a lei”. De fato, perante a lei, mas não no dia a dia de suas vivências, no cotidiano de suas existências, a grande maioria é assolapada pelos processos intensos de desigualdades sociais.

O grande educador Paulo Freire por ocasião do recebimento do prêmio da UNESCO de educação para Paz já proclamava ao mundo:

A paz é fundamental, indispensável, mas paz implica lutar por ela. A paz se cria, se constrói na e pela superação das realidades sociais perversas. A paz se cria, se constrói na construção incessante da justiça social. por isso, não creio em nenhum esforço chamado de educação para a paz que, em lugar de desvelar o mundo das injustiças, o torna opaco e tenta miopisar suas vítimas. (FREIRE, apud, GUIMARÃES, 2005, p. 74).

A paz relacionada à justiça social e aos direitos humanos fica evidenciada no discurso do educador protagonista. Formar cidadãos é fundamental. A democracia está estritamente relacionada aos direitos humanos, além das regras estabelecidas pelos documentos universais e nacionais é preciso haver uma sociedade justa e concretizadora dos direitos que são de todos e não apenas de uma pequena parcela que comanda e usufrui os frutos do trabalho humano explorado. É necessário que não se perca ou se conquiste o princípio da indignação, porque muitas vezes é a indignação que nos motiva no empenho da defesa e promoção dos direitos humanos e da justiça social. Os direitos, sendo de todo e qualquer ser humano, constituem a tarefa de todo e qualquer ser humano lutar por eles e buscar efetivá-los, dando materialidade à cidadania na democracia.

Couto (2004), ao fazer um resgate histórico da conquista de direitos em escala mundial, apresenta-os a partir da caracterização denominados de gerações. Na primeira geração, estão os direitos civis e políticos, na segunda geração estão os direitos sociais e na terceira geração, encontram-se o direito ao desenvolvimento da paz, do meio ambiente e autodeterminação dos povos. Como diz lamamoto (2001) é na história social da humanidade que se encontra a fonte dos problemas, ao mesmo tempo em que se encontram as chaves para as soluções. Dessa forma, Couto fundamenta:

compreender o movimento que constrói os direitos, sejam eles, civis, políticos ou sociais, torna-se fundamental para pensá-lo como estratégia de enfrentamento das desigualdades sociais, abdicando da idéia simplista de que seus fundamentos poderiam estar determinados apenas pela lógica da manutenção da sociedade capitalista ou aprioristicamente, baseados na concepção de natureza humana e deslocado do movimento social. Compreender a criação, a negação, a expansão e a retração dos direitos são constituintes de

um processo, onde participam os mais diferentes sujeitos sociais(COUTO, 2004, p. 38).

Os direitos humanos perpassam os direitos nos níveis político, social econômico e cultural.

Salienta-se que a construção dos direitos no Brasil se dá por meio de lutas e conquista da população que histórica e processualmente foram adquiridos ao longo do tempo. Para maior visibilidade, apresentam-se em síntese, os direitos de primeira, segunda e terceira geração. Os direitos de primeira geração são considerados direitos naturais, os direitos de segunda geração são adquiridos por intermédio do Estado e os direitos de terceira geração são considerados de direitos da sociedade. Assim são expressos:

Figura 2: Direitos de Primeira Segunda e Terceira Geração

<i>Direitos de Primeira geração</i>	<i>Direitos de segunda geração</i>	<i>Direitos de terceira geração</i>
<p><i>Direitos Cíveis e políticos</i></p> <p><i>Natureza individual</i></p>	<p><i>Direitos sociais</i></p> <p><i>Natureza individual e coletiva</i></p>	<p><i>Paz</i></p> <p><i>Meio ambiente</i></p> <p><i>Autodeterminação dos povos</i></p> <p><i>Natureza coletiva: família, nação, humanidade.</i></p>
<p><i>Todos são iguais perante a lei;</i></p> <p><i>Organização política;</i></p> <p><i>Não submissão à tortura e a tratamento desumano;</i></p> <p><i>Liberdade de imprensa.</i></p>	<p><i>Direitos iguais a trabalhadores urbanos, rurais e domésticos;</i></p> <p><i>Princípios da universalidade e da equidade;</i></p> <p><i>Reconhecimento da Assistência Social como componente da seguridade social.</i></p>	<p><i>Desenvolvimento da paz</i></p> <p><i>Desenvolvimento sustentável</i></p> <p><i>Gestão democrática</i></p>

Fonte: Couto, 2004. Sistematizado por Oliveira, 2009.

Dessa forma, os direitos de terceira geração, na qual está incluída a paz positiva, requer a superação da negação dos direitos em direção ao alcance da dignidade humana, pois a paz positiva reconhece e desafia a construção da justiça entre todas as relações sociais em todas as culturas, portanto, ela é um bem e um direito universal. Rayo (2004) argumenta que sendo a paz um direito humano de caráter universal ela constitui um processo que

implica uma forma de relação dos seres humanos entre si e através das distintas formas de organização social que exclui a violência em todas as suas manifestações. De outro lado, inicia como o reconhecimento do direito dos demais a uma vida digna, prossegue através do diálogo, e por fim, necessita da cooperação. Para que se estabeleça um diálogo genuíno, é necessário que se aceite a necessidade de dialogar, que exista a vontade de compreensão mútua e que as concessões sejam equilibradas (RAYO, 2004, p. 31).

Na concepção de Milani (2003), a construção de uma Cultura de Paz exige a necessidade de transformações consideradas

indispensáveis para que a paz seja o princípio governante de todas as relações humanas e sociais que vão desde a dimensão de valores, atitudes e estilos de vida, até a estrutura econômica e jurídica e a participação cidadã (MILANI, 2003, p. 31),

A Cultura de Paz, na perspectiva de Milani (2003), a partir da fundamentação teórica de Boulding (2000), é vista como uma cultura que promove a diversidade pacífica, o reconhecimento das diferenças, incluindo modos de vida, padrões de crença, valores e comportamentos, bem como os correspondentes arranjos institucionais que promovem o cuidado mútuo e bem-estar, e o compartilhamento igualitário dos recursos da terra entre seus membros.

A partir dessas concepções, percebe-se que para que a sociedade viva uma Cultura de Paz é preciso o reconhecimento e a integração das diferentes

culturas (CORREA, 2003, p. 97). A construção e o fortalecimento da Cultura de Paz exige ações tais como fortalecimento da identidade pessoal e cultural, vivência, reflexão e respeito aos valores éticos universais, educação ambiental, sensibilização quanto a questões étnicas e de gênero, mobilização e promoção do bem-estar coletivo, bem como aprendizado para que os conflitos sejam resolvidos de forma pacífica e não de forma violenta, indo ao encontro do Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social.

Proclamar uma Cultura de Paz é o mesmo que proclamar a redução dos extremos de pobreza e riqueza, a adoção de políticas públicas de equalização no acesso e exercício de direitos sociais e civis básicos para aqueles grupos hoje considerados minoritários. Estabelecer a convivência em harmonia significa possibilitar condições de vida, educação, moradia, saúde, direito de expressão, liberdade de ir, vir, permanecer, trabalho, dentre outros (JARES, 2002).

Segundo Maldonado (1997), a Cultura de Paz demanda uma nova maneira de abordar os conflitos. É essencial valorizar a vida e a afetividade nos relacionamentos, considerar o conflito como algo que surge das inevitáveis diferenças. O conflito pode ser considerado como algo que amplia o panorama da diversidade cultural e histórica. Cultura de Paz se baseia em não violência, tolerância, compreensão mútua, solidariedade e capacidade de resolver o conflito de modo pacífico. É preciso estabelecer um Código de Ética planetário, dando origem a novos padrões de conduta de indivíduos, grupos e nações.

É nesta direção que se quer caminhar, em direção a uma educação que seja para o desenvolvimento social e não para o crescimento econômico. O desenvolvimento faz parte do conceito de paz positiva, que é a verdadeira paz que se alcançar como produto de uma nova cultura. O que se percebe, no entanto, é ainda uma grande distância entre direitos humanos, desenvolvimento social e crescimento econômico. Deve ser tarefa de cada ser humano construir uma sociedade de paz, pois ela precisa e deve ser o princípio e o dinamismo constante da humanidade na busca da afirmação de si própria.

1.3 Cultura de Paz e desenvolvimento sustentável

Situar-se diante da dimensão da paz tem se constituído uma tarefa difícil em tempos de guerra, de crescente aumento das desigualdades, de corrupção, de injustiça social, entre outros. A paz vem emergindo cada vez mais como um clamor universal. “A degradação do meio ambiente, da economia e da cultura fazem a humanidade experimentar o problema do debilitamento do ser e levantar uma agenda ética comum” (GUIMARÃES, 2005. p. 01). O anseio pela paz está presente no íntimo do ser humano que quer uma sociedade de paz, uma vez que parece que se há algum consenso na sociedade mundial, esse consenso é o desejo pela paz. No entanto, não adianta apenas desejar, é preciso antes de tudo se colocar numa posição de buscar estratégias concretas de construir a paz e cada ser humano pode junto com o desejo de paz, se perguntar como pode colaborar com a construção de uma Cultura de Paz. A consciência da importância da não violência está crescendo cada vez mais e no “horizonte do mundo, desenha-se um novo senso comum emancipatório e uma prática societal eminentemente não-violenta” (GUIMARÃES, 2005, p. 02).

Entre os diferentes conceitos de Cultura de Paz, há os que reconhecem a paz como algo que tem raízes sociais, econômicas e políticas a partir de uma base cultural. Compartilhamos do conceito de paz relacionado à justiça social, apresentado por Mayor:

Não pode haver paz sustentável sem desenvolvimento sustentável. Não pode haver desenvolvimento sem educação ao longo da vida. Não pode haver desenvolvimento sem democracia, sem uma distribuição mais eqüitativa dos recursos, sem a eliminação das disparidades que separam os países mais avançados daqueles menos desenvolvidos. (MAYOR, 2000).

Na perspectiva de Mayor (2000), a Cultura de Paz nos leva a uma ação a partir de uma relação entre paz, desenvolvimento e democracia. Nesse sentido, entendemos a paz como algo social, uma vez que ela luta contra exclusão e busca a equidade social e a diversidade cultural.

Uma sociedade sustentável não se distânciava desses princípios, pois uma das perspectivas da sustentabilidade é o fato de que o desenvolvimento, ao preocupar-se com a geração de riquezas, tenha por objetivo distribuí-las para melhorar a qualidade de vida da população e conseqüentemente a qualidade ambiental do planeta. O desenvolvimento sustentável não desconsidera a igualdade, a justiça social e o fortalecimento da cidadania. Ele preocupa-se com a qualidade de vida e bem-estar da sociedade, ao mesmo tempo em que provoca em cada ser humano, o sentimento de pertencimento e cidadania. Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável busca atender às necessidades presentes da população planetária, mas na perspectiva do cuidado de forma que as ações do cidadão de hoje, não comprometam as gerações futuras.

O processo histórico vem demonstrando a necessidade de a sociedade organizar-se em prol da problemática ambiental. A discussão em torno desta problemática não é recente. Ela iniciou na segunda metade do século XIX, quando a partir de vários estudos chegou-se à conclusão de que a degradação ambiental nada mais é do que a conseqüência do uso descontrolado dos recursos da terra, passando a surgir a idéia de desenvolvimento com preservação. São amplas as discussões em torno da temática, a começar pelas Nações Unidas, que já em 1972 realizaram a Conferência sobre Ambiente Humano na cidade de Estocolmo na Suécia, com a participação de 113 países, onde se discutiu a preservação do meio ambiente e o modelo de crescimento econômico no mundo. Em 1975, foi a vez da UNESCO, que realizou o Encontro Internacional sobre Educação Ambiental e em 1977 realizou a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. Em 1986, a ONU criou a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, que deu início a estudos intitulados de “Nosso Futuro Comum”, concluídos em 1987, com a apresentação de um diagnóstico dos problemas ambientais,

sugerindo que o desenvolvimento econômico fosse integrado às questões ambientais. No ano de 1992, aconteceu no Rio de Janeiro a ECO/92, com a presença de 177 países.

Desta conferência saiu a proposta do desenvolvimento sustentável na perspectiva da justiça social e da preservação da vida. Foi só a partir dessa conferência que o Desenvolvimento Sustentável passou a ser aceito e difundido de forma que se tornou um dos objetivos da Agenda 21

refletir um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito ao desenvolvimento e cooperação ambiental... O êxito de sua execução é responsabilidade antes de tudo, dos governos. (ONU,1997 apud DORNELLES, 2005, p. 9).

Para Bezerra (2000), a Agenda 21 desafiou os países a se comprometerem com mudanças no atual modelo civilizatório vigente para outro modelo em que sejam predominantes o equilíbrio ambiental e a justiça social, caminhos para o desenvolvimento sustentável, o que não deixa dúvida da necessidade dos governos se responsabilizarem com sua efetivação. O Brasil elegeu temas centrais para a efetivação dessa agenda no País, tais como:

- 1- Agricultura sustentável;
- 2- Cidades sustentáveis;
- 3- Infra-estrutura e integração regional;
- 4- Gestão de recursos naturais;
- 5- Redução das desigualdades sociais;
- 6 – Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável.

Essa proposta culminou em 2002 na conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, também chamada de Rio + 10, realizada na África do Sul, na cidade de Johannesburg, onde foram traçados objetivos

como, a alteração nos padrões de produção e de consumo, a proteção dos recursos naturais e a erradicação da pobreza (DORNELLES, 2005, p. 88). Hoje, esse modelo é perseguido por muitos países.

Diante de tais objetivos, percebe-se que o desenvolvimento sustentável caminha em direção à construção de uma sociedade que seja também sustentável, o que pressupõe o respeito ao meio ambiente, à busca da qualidade de vida a partir de formas concretas de enfrentamento da miséria, pobreza e exclusão social, expressões visíveis da questão social.

Há no contexto atual, uma necessidade da sociedade organizar-se de forma diferente com a natureza e com seus modos de produção, levando em consideração a sustentabilidade que se refere às maneiras de pensar o mundo e às formas de prática pessoal e social para que os indivíduos tenham ações norteadas por princípios éticos e comunidades com compromissos coletivos baseados na tolerância e igualdade; sistemas sociais e instituições participativas e práticas ambientais que valorizem e sustentem processos ecológicos de apoio à vida (UNESCO, 2005, p.30). Nesse sentido, é necessário “tomar partido por valores que possibilitem a mudança pessoal e social” (TUVILLA RAYO, 2004, p. 104-105).

São muitos os problemas ambientais e eles se apresentam como novas expressões da questão social, objeto da profissão do Serviço Social, e como novas expressões. Um dos caminhos de enfrentamento é a introdução do desenvolvimento sustentável na vida da sociedade contemporânea, instigando novos hábitos domésticos e novas relações sociais. No entanto, vive-se em uma sociedade que impõe limites para que o desenvolvimento sustentável se viabilize. Para que isso seja possível, é necessário que haja condições nos aspectos políticos, ambientais, sociais e econômicos, pois a sociedade encontra-se globalizada e direcionada pelo capitalismo que estimula o consumo exacerbado. A grande diferença entre crescimento e desenvolvimento é que o primeiro não conduz à igualdade, muito menos à justiça social, porque leva em consideração apenas o acúmulo de riquezas. Quanto ao segundo, este se preocupa com a geração de riquezas, mas com o

objetivo de distribuí-las na perspectiva de melhorar a vida da população, considerando a qualidade e o equilíbrio do planeta. O desenvolvimento econômico, almejado pelas pequenas economias que vem adotando práticas sustentáveis, encontra dificuldades inúmeras para se desenvolver. Isso não será possível sem a adoção e o investimento de políticas públicas que possam gerar emprego, segurança, educação e saúde. Sem políticas ambientais, pouco se conservará, muito menos em grande escala, que é o que se almeja para que haja desenvolvimento social sustentável.

De acordo com o Plano de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis, presente na obra de Carvalho (2004, p. 235-239), para caminhar em direção a essa construção, é necessário considerar alguns princípios, entre eles, o pensamento crítico inovador para que possa promover a transformação da sociedade. Envolve também atitude política baseada na transformação social envolvendo questões relacionadas ao meio ambiente, saúde, democracia, fome, degradação, entre outros, valorizando diferentes formas de conhecimento que capacite as pessoas a trabalharem os conflitos sociais de maneira justa.

O cuidado com o Planeta Terra é extremamente pertinente na sociedade atual, cuidado que nos leve à sustentabilidade. Para tanto, Boff (2000, p. 11) estabelece alguns princípios como:

- Construir uma sociedade sustentável;
- Respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos;
- Melhorar a qualidade da vida do ser humano;
- Modificar atitudes e práticas pessoais;
- Permitir que as comunidades cuidem de seu próprio meio-ambiente;
- Construir uma aliança global.

Para se dizer sustentável, a sociedade deve mostrar ser capaz de assumir novos hábitos projetando um tipo de desenvolvimento que cultive o

equilíbrio ecológico funcionando dentro dos limites que a natureza impõe. O que não deve ser apenas não consumir, mas consumir de forma responsável, cuidando da vida do planeta (BOFF, 2000).

Há muitas discussões em torno da sustentabilidade; a ONU, através da Comissão dos Direitos Humanos, refletindo sobre o desenvolvimento, argumentou na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (1986) que

o desenvolvimento é um processo econômico, social, cultural e político abrangente, que visa o constante melhoramento do bem-estar de toda a população e de cada pessoa, na base de sua participação ativa, livre e significativa e na justa distribuição dos benefícios resultantes dele.

A tese compartilha da fundamentação apresentada por Boff (2000, p. 15), no que se refere ao desenvolvimento social sustentável, este

implica em valores universais como vida longa saudável, educação, participação política, democracia social e participativa e não apenas representativa, garantia de respeito aos direitos humanos e proteção contra a violência [...] tais valores somente se alcançam se há um cuidado na construção coletiva do social.

Percebe-se a necessidade urgente de desenvolver processos de trabalhos que venham intervir, delimitar e problematizar questões de preservação ambiental de base sustentável, promovendo um processo de conscientização na perspectiva dos direitos humanos, visando à transformação da realidade onde o ser humano esteja inserido, uma vez que as pequenas ações de expressão no cotidiano geram impacto no coletivo a partir do momento em que se potencializa e se fortalece essas ações. As intervenções na resolução de conflitos sejam eles de âmbito ambiental ou social baseadas nos princípios da Cultura de Paz, procura transformar cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis.

1.4. Cultura de Paz e violência

Vive-se em um mundo onde atitudes como tolerância e solidariedade são cada vez mais escassas. Ao contrário disso, a intolerância e o individualismo são duas características muito presentes no cotidiano da sociedade capitalista. Mas Chauí (2006) destaca que essa preocupação com a coibição de formas de violência vem da antiguidade, onde filósofos daquele tempo utilizavam valores éticos como forma de desenvolver padrões de conduta, como o objetivo de diminuir ataques à integridade física e psíquica das pessoas. Dessa forma, a violência e a criminalidade tornam-se fenômenos humanos e, que por esse motivo, há muito tem se tornado objeto de estudos e pesquisas das ciências sociais, humanas e jurídicas. Isso só demonstra que a humanidade vem cada vez mais se preocupando com as dimensões da violência na vida da sociedade.

A violência Segundo Costa e Gomes (1999, p. 159),

A violência possui uma fecundidade própria, ela se engendra a si mesma. É preciso então sempre analisá-la em rede, em entrelaçamento. Suas formas e aparências mais atrozes e às vezes mais condenáveis freqüentemente ocultam, entre outras situações de violência menos escandalosas, por encontrarem-se prolongadas no tempo e protegidas, pelas ideologias ou pelas instituições de aparência respeitável.

Mas, a violência presente desde o início da humanidade, tem uma causa estrutural, que na percepção de Chauí (1998, p. 16), constitui-se a partir de

Um conjunto de mecanismos visíveis e invisíveis que vem do alto para baixo da sociedade, unificando verticalmente e espalhando-se no interior das relações sociais, numa existência horizontal que vai da

família à escola, dos locais de trabalho às instituições públicas, retornando ao aparelho do Estado.

A violência, nesta perspectiva, está presente nas relações em sociedade, ou seja, no modo como as pessoas produzem e reproduzem suas relações, a partir disso, Chauí (1998, p. 16), fundamenta que

A violência se opõe à ética, porque trata seres racionais e sensíveis dotados de linguagem de liberdade como se fossem coisas, isto é, irracionais, mudos, inertes ou passivos. Na medida em que a ética é inseparável da figura do sujeito racional, voluntário, livre e responsável, tratá-lo como se fosse desprovido de razão é tratá-lo não como humano e sim como coisa.

A violência de um modo geral prolifera a lógica e a ótica do individualismo e ameaça os princípios dos quatro pilares do conhecimento compreendidos como aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. (DELOURS, 1998). Nessa perspectiva, Boulding (1981), postula que a violência estrutural marca a violência do comportamento.

A partir do significado da violência no contexto de nossas vidas, Michaud conclui que:

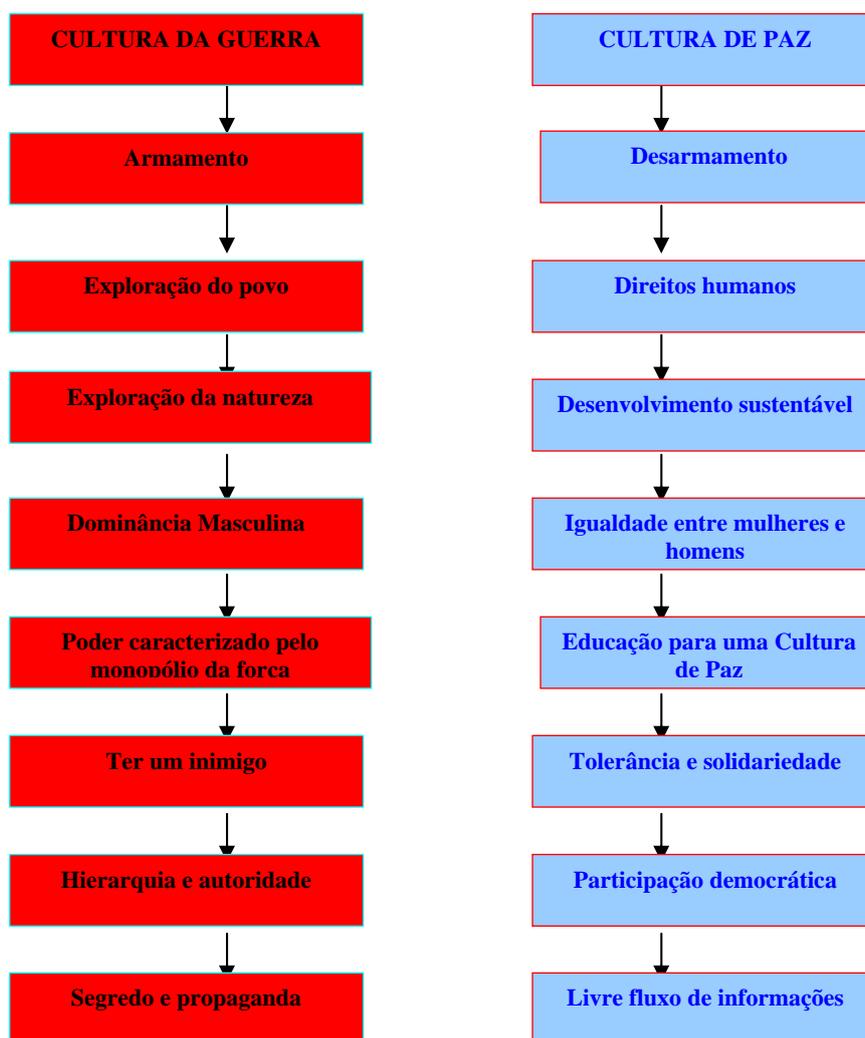
para onde quer que nos voltemos, encontramos portanto o âmago da noção violência e a idéia de uma força, de uma potência natural cujo exercício contra alguma coisa ou contra alguém torna o caráter violento. À medida que nos aproximamos desse núcleo de significação cessam os julgamentos de valor para dar lugar à força não qualificada. Tal força, virtude de uma coisa ou de um ser, é o que é, sem consideração de valor. Ela se torna violência quando passa da medida e perturba a ordem" (MICHAUD, 2001, p. 8).

Michaud fala em força, Arendt (1994) fala em vigor e poder. Arendt (1994), esclarece que a violência é considerada um meio para atingir determinado fim, poder como capacidade de realizar algo e que o mesmo só existe enquanto se mantiver estado de união em determinado grupo, e vigor como característica individual que diferencia uma pessoa da outra. A violência,

por sua vez, pode ser usada como instrumento para desenvolver, ampliar e assegurar o vigor das pessoas. A mesma aparece segundo a autora, quando o poder está em risco e que onde o poder ou a violência dominam, um ou outro está ausente.

O ser humano se assusta diante das dimensões que a violência vem tomando e se articula em prol de uma sociedade não violenta. Para tanto, é preciso ter visibilidade dessas dimensões, do quanto nossa sociedade está arraigada na cultura da violência. Adams (2003), um dos responsáveis pelo desenvolvimento do programa Cultura de Paz da UNESCO, ao fazer este resgate histórico, relembra que para colocar em prática as determinações para uma Cultura de Paz foi elaborada uma carta manifesto que envolveu em torno de 75 milhões de pessoas no mundo. Ele relata que a humanidade, em se trata de desenvolvimento, encontra-se num processo de cruzamento de fronteiras onde a transformação de uma cultura da guerra para uma Cultura de Paz seja talvez a mais radical e abrangente do que qualquer mudança anterior da história da humanidade. Para ele, esse processo de mudança revela eixos fundamentais que diferenciam a cultura da guerra e da Cultura de Paz, expressa nas informações a seguir a partir da linha de raciocínio do autor:

Figura 3: Cultura de Paz e Cultura de Guerra



Fonte: Oliveira, 2007.

Mas, uma mudança na cultura da sociedade contemporânea, que carrega séculos de educação voltada para a cultura da guerra, expressa nas mais corriqueiras de nossas ações, não é tarefa apenas para a geração atual, mas também tarefa das gerações futuras, e envolve um trabalho interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar. Qualquer pessoa hoje que esteja trabalhando em um dos eixos da Cultura de Paz, está sim nesta geração, contribuindo para a construção, instituição e fortalecimento da Cultura de Paz, novo marco civilizatório.

Compartilhamos da posição de Brandão (2005), que acredita que todos os projetos que visam à emancipação, co-responsabilidade, sustentabilidade, cooperação, solidariedade entre outros, implicam atitudes pessoais e coletivas processuais. É preciso ensinar atos e gestos poéticos e políticos que transformem pessoas, vidas, sociedades, no cotidiano e na história. O reconhecimento da dignidade da pessoa humana, pelas expressões de sonhos partilhados, pela construção de um horizonte de vida e de sociedade que assuma de forma positiva a diferença o reconhecimento do pluralismo, o que exige um diálogo constante entre as pessoas, grupos sociais e culturas diversificadas (CANDAUI, LUCINDA, NASCIMENTO, 1999).

Muller (2007), na luta contra a violência, trabalha com princípios da ação não-violenta. O autor diz que

A violência é também um método de ação que pode parecer necessário aos homens de boa vontade para defender a ordem estabelecida quando esta garante a liberdade, e para combater a desordem estabelecida quando esta se mantém a opressão (MULLER, 2007, p. 79).

Diante desse contexto, o autor desafia a sociedade a encontrar “um equivalente funcional à violência”, ou seja, um método de ação que não seja violento e que permita enfrentar a opressão e a agressão. Para o autor, esse método é a ação não-violenta. Para tanto, ele apresenta algumas dimensões que consideramos importantes para uma ação não-violenta, entre essas dimensões estão:

- Princípio da não cooperação (p. 85) - princípio essencial da ação não-violenta, pois numa sociedade, o que constitui a força das injustiças da desordem estabelecida é a cumplicidade, a cooperação voluntária ou passiva dos cidadãos. A resistência não-violenta visa romper com a cumplicidade por meio da organização de ações coletivas de não-cooperação com o sistema

violento e injusto. O cidadão que tem pretensão de assumir suas responsabilidades desobedece ao Estado quando este lhe pede para cooperar com a injustiça;

- Tomar a palavra para dizer a verdade (p. 90) – tomar a palavra por si só já constitui uma tomada de poder. A pacificação da palavra é uma exigência na ação não-violenta, pois a autoridade da palavra vem da sua congruência e não da sua violência. Palavra racional e ação não-violenta se reforçam, pois a palavra se torna ação e a ação se torna palavra;

- Juntar a justiça e a força (p. 95) – Fazer com que aquilo que justo seja forte e aquilo que é forte seja justo. Na justiça verdadeira não há violência.

Como se vê, é necessário um grande e gradativo processo de educação em direção à construção de uma Cultura de Paz, porque o paradigma que rege a sociedade atual é o paradigma da violência. A educação para a paz pressupõe luta contra toda a violência direta e estrutural e atenção ao currículo explícito e ao currículo oculto³ da violência (GUIMARÃES, 2003; 2005). Nesse contexto, trabalhar os valores se torna imprescindível para que as pessoas possam se tornar conscientes das forças opressivas e lutar para a transformação social. Para criar a escola da paz, o primeiro passo é criar comunidade, criar relação, começar a ligar a paz com a idéia de uma sociedade democrática e inclusiva. O autor defende a idéia de que a paz se aprende a paz não é um estado, mas uma construção, e essa construção se faz quando se empodera as pessoas para a não-violência, num processo dialógico-conflitivo de ressignificação das práticas educativas tanto da escola, como da sociedade de um modo geral.

A paz, como direito de terceira geração⁴, requer da sociedade o desenvolvimento de um ambiente sólido e sustentável, que contemple as necessidades básicas do ser humano, novo enfoque sobre o crescimento

³ Conceito usado para descrever as coisas muitas vezes não expressas e não reconhecidas que se ensinam. Focaliza também as conseqüências não previstas de sistemas sociais (JOHNSON, 1997).

⁴ Já referidos e sistematizados na página 32.

econômico não mais voltado para a acumulação, mas para a distribuição justa das riquezas socialmente produzidas, a fim de erradicar a pobreza e diminuir os processos de desigualdades tão intensos do nosso tempo. Uma educação voltada para os direitos humanos, com o enfrentamento da violência por meio da ação não violenta e da superação dos conflitos através das mediações tendo o diálogo como ferramenta principal. Tudo isso são responsabilidades da geração atual, desafiada a se comprometer com as gerações futuras.

2. O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

2.1 A trajetória da construção da ética no Serviço Social

A profissão do Serviço Social tem por perspectiva a construção de uma nova ordem societária que se concretiza no cotidiano de intervenção profissional a partir de um projeto profissional denominado de Projeto Ético-Político Profissional. Esse projeto é visibilizado em três grandes documentos da profissão: Lei de Regulamentação da profissão, Código de Ética de 1993, e Diretrizes Curriculares para a formação profissional.

A sociedade condensa projetos individuais, projetos coletivos e projetos societários, e os projetos profissionais são construídos de forma coletiva, segundo Netto (1999, p. 95),

“Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem da profissão, elegem valores que legitimam socialmente e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com outras instituições sociais, privadas, públicas, entre outras, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais.

Tais projetos são construídos por um sujeito coletivo – a respectiva categoria profissional, que inclui não apenas os profissionais de campo, mas que deve ser pensada como o conjunto de intervenientes que dão efetividade à profissão. É através de sua organização (organização que envolve os profissionais em atividade, as instituições que os formam, os pesquisadores, docentes, estudantes da área, seus organismos corporativos, e sindicais etc.) que uma categoria elabora o seu projeto profissional.

O Serviço Social, profissão eminentemente interventiva, surge no Brasil dentro do contexto de uma sociedade que tem por modo de produção o capitalismo, presente na ideologia neoliberal. O capitalismo justifica a livre circulação de capitais bem como a diminuição da interferência do Estado na economia, e o aumento da participação do setor empresarial nas decisões políticas e econômicas, interferindo também na distribuição da renda e nas relações trabalhistas, sobretudo no que diz respeito à eliminação de garantias de direitos trabalhistas que se dá através de reformas constitucionais. Na perspectiva neoliberal é atribuída ao Estado a função de apenas aparato de coerção, pois a intervenção do mesmo na vida do sujeito deve ser mínima, garantindo apenas o funcionamento de algumas atividades econômicas, impedindo que o sujeito pratique atos que prejudiquem a preservação e o funcionamento da economia. Esse modo de produção legitima um conjunto de mudanças na forma de gerir a economia e a sociedade, e racionaliza interesses políticos de classes e grupos conflitantes (GROS, 2002).

Um dos grandes fundamentos da doutrina neoliberal é a idéia de desigualdade natural entre os seres humanos. Gros (2002), fundamentada em diferentes autores, argumenta que os seres humanos se diferenciam em características físicas e mentais, o que justifica a capacidade dos mesmos realizarem diversos tipos de trabalho. A partir da concepção de desigualdade entre os seres humanos, o neoliberalismo é entendido como um corpo teórico baseado no individualismo que tem como noção fundamental o relacionamento do homem com a realidade a partir da propriedade de si e de seus bens. Nessa perspectiva, o raciocínio neoliberal gira em torno da percepção individualista que prevê como fundamental o mercado e a liberdade econômica. Portanto, a doutrina neoliberal trata a igualdade como algo pequeno desconsiderando as lutas sociais históricas dos trabalhadores por igualdade de direitos. A desigualdade de renda e da riqueza socialmente produzida é percebida na perspectiva neoliberal, como necessária para o funcionamento do capitalismo, que se fundamenta na desigualdade natural dos seres humanos.

Para o neoliberalismo, a pobreza é resultante da ação das pessoas que não tem capacidade de cuidar de si, e o elemento dinamizador da economia é a necessidade de consumo gerada pelo modo de produção capitalista, necessidade essa que estimula a produção industrial. A doutrina neoliberal prega o mercado como matriz da justiça, pois supostamente ele recompensa os que demonstram habilidades e dedicação; da riqueza, a partir da eficiência dos habilitados e dedicados; e da liberdade, pois o mercado encontra-se ávido de oportunidades, basta colocar-se nele, dedicar-se, ter habilidade que o cidadão se sairá bem sucedido. Portanto, o neoliberalismo ao transformar a sociedade num mercado, ela partir de suas lutas históricas, construída de cidadãos, passa a ser um mercado e o sujeito transforma-se num simples agente econômico individual, reduz-se a consumidor (GROS, 2002).

O Serviço Social com o qual nos deparamos hoje se configura na linguagem de Netto (2007), como um caleidoscópio de propostas, concepções diversas, múltiplas práticas, a partir de uma categoria profissional com formas de organização antes desconhecidas. Dessa forma, faz-se necessário situar a profissão no tempo e na história. O que se propõe nas próximas linhas é a realização de um breve histórico do movimento realizado por esta profissão ainda jovem, mas com intensos e rápidos processos de transformação.

A gênese da profissão no Brasil se dá na década de 1930 e se desenvolve em meio à turbulência do cenário social, político e econômico do país que vivia intensamente reflexos do avanço e do fortalecimento do capitalismo. O Serviço Social aparece nesse cenário com a perspectiva de intervir junto às expressões da Questão Social. Inicialmente se baseia no modelo exportado da Europa a partir da iniciativa da Igreja Católica através do movimento leigo oriundo das classes dominantes. Diversos autores como Netto, Yamamoto, Martinelli, Yazbek entre outros, fundamentaram o surgimento da profissão enraizado em bases conservadoras, que se afirma como um tipo de especialização do trabalho coletivo tendo por finalidade atender as necessidades sociais provenientes do conflito entre capital e trabalho que se traduzem em Questão Social.

Os anos posteriores ao surgimento da profissão, a partir de sua consolidação na sociedade como uma prática então institucionalizada, a profissão cresce concomitante ao avanço do Estado a partir de suas intervenções sociais aumentando o número de instituições estatais. O Estado então, passa nesse momento a ser o maior empregador dos Assistentes Sociais, na medida em que amplia o campo de trabalho para a categoria profissional, de acordo com seus interesses para o enfrentamento da Questão Social que vai se dar por meio de políticas sociais, sendo o Assistente Social, o profissional executor dessas políticas. Mas além do Estado, grandes empresas também apareciam no cenário do final da década de 40 e início da década de 50, como empregadoras desta classe trabalhadora. É importante salientar que a proposta de governo desse contexto, é o desenvolvimento do país. Esse período é denominado de período desenvolvimentista e a profissão se direciona para uma ação sob os denominados desajustamentos psicossociais a partir da influência profissional norte-americana. Esse período da profissão é chamado por diversos autores de Serviço Social clássico (FÁVERO, 2005).

Os anos passam e o contexto sócio-histórico da década de 1960, na perspectiva de Netto (2007), cria uma conjuntura que põe a possibilidade de promover a participação da sociedade nos processos decisórios alterando e revertendo as linhas das forças dominantes. Após o fracasso que cercou a renúncia de Quadros (agosto de 1961), as forças mais expressivas do campo democrático ganharam uma nova dinâmica. Com João Goulart na direção do poder executivo brasileiro, espaços significativos do aparelho do Estado foram ocupados por protagonistas comprometidos com a massa popular, mesmo enfrentando um legislativo no qual predominavam as forças conservadoras. As forças comprometidas com a massa mobilizavam-se febrilmente. Essas forças articulavam uma importante ação no terreno sindical que colocava em questão o capitalismo sem reformas e a exclusão das massas nos níveis das decisões da sociedade. As requisições contra a exploração imperialista e latifundiária acrescidas da participação popular apontavam para uma ampla reestruturação da sociedade e do estado. A possibilidade concreta das lutas sociais (por força dessa nova dinâmica) alcançarem um novo bloco de forças político-sociais,

redimensionando a construção de uma nova hegemonia nos planos econômico e social, ocasionou o golpe de abril de 1964. É nesse período, impulsionada por este contexto sócio-histórico, que a profissão passou por uma fase de grandes questionamentos quanto ao modo de realizar suas intervenções. Esse período denominou-se de Movimento de Reconceituação. O mesmo buscou a renovação do Serviço Social na perspectiva de romper com a forma tradicional de intervir profissionalmente. O movimento de reconceituação surgiu em 1965 e constitui um marco da história do Serviço Social latino-americano, que se inscreve-se num processo de caráter mundial.

O Movimento de Reconceituação foi um processo marcante na trajetória do Serviço Social na América Latina e especialmente no Brasil. De acordo com Junqueira (1980), no Brasil um fato marcante nesse processo inicial foi o encontro Regional de Escolas de SS do Noreste (1964) considerado a primeira manifestação grupal de crítica ao Serviço Social tradicional e ensaio de reconceituação, onde docentes e profissionais se posicionam frente aos métodos de intervenção face à realidade subdesenvolvida do Noreste. Os mesmos desafiam a profissão a engajar-se nos planos de desenvolvimento dando ênfase tanto à crítica quanto ao aspecto economicista, e adotam o processo de conscientização como pedra angular da nova proposta que é de liberação do oprimido. Após esse momento aconteceu o Encontro de Araxá em 1967, com o objetivo de repensar em maior profundidade a teoria básica da profissão e sua metodologia. Esse seminário desenvolveu um processo de sete encontros realizados em todo o Brasil para discuti-lo e que deram origem ao próximo seminário denominado de Teresópolis, em 1970 e que teve por objetivo discutir a metodologia do Serviço Social. Deu-se um longo percurso até o acontecimento do próximo seminário denominado de Sumaré em 1978. O mesmo teve por objetivo discutir a cientificidade do Serviço Social.

Segundo Netto (2005), até a primeira metade da década de 60, o Serviço Social não apresentava polêmicas relevantes, mostrava relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas e sugeria uma grande unidade nas suas propostas profissionais. Mas, carecia de uma elaboração teórica significativa e se desenvolvia dentro de uma categoria profissional sem

disputas, com uma direção consensual. Além do atrelamento com o regime burguês e suas especificidades, também havia núcleos vetores que segregavam os elementos de oposição e a emergência tornou-se elemento constitutivo da renovação no Serviço Social. Emergência que se dá em meio a debates teórico-metodológicos diretamente vinculados à inserção profissional no circuito universitário. No entanto, a burguesia se desdobrava para a produção de profissionais aptos a atender às suas demandas, a partir de construção de políticas educacionais e culturais voltadas para seus interesses.

Netto (2007) argumenta que, na segunda metade de 1960, na maioria dos países em que o Serviço Social se firmara como profissão, ocorreram processos de erosão de suas práticas tradicionais. A transição da década de 60 para 70 se desenvolveu influenciada por uma forte crítica ao Serviço Social tradicional. A prática profissional foi considerada nesse período como empirista, paliativa e burocrática. O movimento realizado pela categoria profissional visava enfrentar as tendências psicossociais da questão social sobre indivíduos e grupos, a partir da instauração de uma crise que tem em suas raízes o padrão de desenvolvimento capitalista. A mesma se dá pelo tencionamento das estruturas sociais do mundo capitalista nas áreas centrais e periféricas que gerou um quadro favorável para mobilização das classes subalternas em defesa de seus interesses. Foram amplos os movimentos mediante a luta de segmentos dos trabalhadores em busca de reordenação dos recursos e das políticas sociais do Estado burguês. Dentro desse contexto, começam a se configurar reivindicações de segmentos específicos como mulheres, jovens, negros, emigrantes, entre outros. Esses movimentos, que punham em questão o Estado burguês, suas instituições e seu estilo de vida, recolocavam na agenda as ambivalências da cidadania fundada na propriedade privada.

No entanto, não se pode esquecer os acontecimentos em nível mundial e, sobretudo no contexto da América Latina nas décadas de 60 e 70, onde ocorrem sucessivas ditaduras militares em todo o mundo, dificultando enormemente o desenvolvimento de uma prática social crítica. No Brasil, a ditadura militar nesse período, determinou a emergência de um processo de

renovação. Mas o projeto de modernização conservadora põe novas demandas ao Serviço Social.

Os posicionamentos desse período demonstram algumas visões dominantes que Netto (2007) denomina de:

2.1.1 Perspectiva Modernizadora: Esforço de adequar o SS enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco das estratégias do desenvolvimento capitalista (exigências postas pelos processos políticos pós-64). Seus grandes momentos são os textos de Araxá (1968) e Teresópolis (1970) e seu aspecto central é a tematização do Serviço Social como interveniente, tematizador e integrador no processo de desenvolvimento do país. Como caráter modernizador, aceita como dado inquestionável a ordem sociopolítica derivada de abril de 1964 e procura dotar a profissão de referências e instrumentos capazes de responder às demandas que se apresentam. Por se reportar a valores e concepções conservadoras e tradicionais, torna-se incompatível com os segmentos profissionais críticos que já vinham dando passos de comprometer-se com a resistência democrática.

2.1.2 Retualização do conservadorismo: Recupera aspectos históricos e conservadores da profissão, com uma visão de mundo derivada do pensamento católico tradicional, com forte referência positivista. Outro aspecto significativo, é a recusa às vertentes crítico-dialéticas. Seu pólo difusor concentra-se em instituições como a PUC do Rio e São Paulo. Essa perspectiva adquire relevância em contextos capitalistas pela crescente burocratização massificadora da vida social, que se fundamenta na ajuda psicossocial

2.1.3 Intenção de Ruptura: Pretensão de romper com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador. Busca um resgate crítico das tendências pré-64 para adequar as respostas profissionais às demandas estruturais do desenvolvimento brasileiro e toma força pela elaboração de quadros docentes e profissionais cuja formação se deu entre as vésperas do golpe de 64 e o Ato Institucional nº 5 (1968). Essa perspectiva encontra imensas dificuldades provocadas pela burguesia. Diante disso, tem pouca afirmação no contexto sóciopolítico. Por outro lado, à medida que a ditadura avançou, o marxismo se desenvolveu e adensou o universo acadêmico. A profissão fixa características políticas com fortes tendências à partidarização e apresenta traços dominantes de oposição ao tradicionalismo, demonstrando uma intenção de romper com o passado conservador com indicativos práticos profissionais. O autor fundamenta que a intenção de ruptura seria impensável sem a tendência hegemônica das correntes progressistas e de esquerda até 69, sem o desenvolvimento do marxismo acadêmico e sem a inserção da profissão no mundo acadêmico através do movimento estudantil universitário como um todo.

As diferentes correntes ou tendências significam uma diversidade de enfoques e busca de respostas. A penetração do marxismo nas universidades e cotidiano de trabalho bem como a liberdade de expressão gerou certa euforia nos profissionais e se tornou instrumento de ação revolucionária, traduzido num compromisso com a ideologia marxista nem sempre suficientemente assimilada através de atitudes dogmáticas e impositivas. Desenvolveram-se tentativas de ruptura e esforço de construção de uma nova teoria e de uma nova práxis para profissão. Um dos pontos altos do movimento foi a chamada para a realidade concreta e a exigência de um comprometimento com a realidade e com o povo oprimido. Uma realidade em que a economia é dependente e com distanciamento cada vez maior entre as minorias e os abastados, marca de uma sociedade consumista e radical injusta, com imensa concentração de riqueza.

O posicionamento ideológico de um determinado número de profissionais, se configura como ação profissional engajada na luta com a

classe oprimida pela sua libertação, o que implicou também uma inserção no processo de transformação do sistema capitalista e sua ideologia, compromisso histórico com a superação dos antagonismos existentes na sociedade. Dentro desse contexto, salienta-se que é o sujeito oprimido que provoca a ação profissional; bem como pode-se dizer que não existe conhecimento sem transformação e transformação sem conhecimento (JUNQUEIRA, 1980).

Não há como negar que a reconceituação está vinculada ao circuito sóciopolítico latino-americano da década de 60. O Serviço Social brasileiro buscou uma ruptura com Serviço Social tradicional e expressou a dinâmica do rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformação da estrutura capitalista excludente, concentradora e exploradora.

Um aspecto muito significativo desse processo é o vínculo do Serviço Social com a produção teórica e prática de Paulo Freire a partir da opção do Serviço Social pelos oprimidos que inspiravam o contexto do movimento de reconceituação pelos Assistentes Sociais que o vivenciaram. De acordo com Faustini (2004), a partir de dados obtidos em pesquisa de doutoramento, a influência de Paulo Freire no Serviço Social aparece em expressões como:

“ buscar com o outro, ouvindo-o e conhecendo-o em sua lógica e sua historicidade”.

“ informação por informação não educa”.

“ consciência ingênua e consciência crítica”.

“ aspecto dialogal da prática”.

Valorizar o saber já construído e ir construindo novos saberes”.

“Utopia como um sonho a ser realizado”.

Aparecem como conceitos presentes nas idéias de Freire:

Esperança, prática social, prática coletiva, transformação da realidade, participação social, educação como ato político e de libertação, sujeito histórico, cidadania, reflexão sobre a prática, conscientização, práxis, diálogo, problematização da realidade (FAUSTINI, 2004, P. 75).

Na verdade as idéias de Freire utilizadas pelo Serviço Social denotam um comprometimento da profissão a uma prática dialética a partir de um processo educativo, ao qual o ato educativo faz parte de atos políticos de sujeitos políticos e exige a busca e conscientização permanente do lugar desse sujeito no mundo. Tratando-se de uma categoria profissional que exige instrumentalidade, o Serviço Social trabalha a partir de três eixos:

Eixo valorativo – finalidades e objetivos; eixo metodológico – operacionalização da ação e eixo operativo – tático e estratégico. Expressam elementos fundantes de compromisso e intencionalidade (FAUSTINI, 2004, P. 79).

O Serviço Social vivenciou o movimento de reconceituação, articulou a base a partir da tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais, sistematização e validação teórica da profissão.

Os Códigos de Ética desse processo dão visibilidade aos avanços da categoria profissional. O primeiro Código de Ética é datado de 1947 e tem suas bases na tradição da Igreja Católica, que cria as primeiras Escolas de Serviço Social. Para melhor compreensão dos Códigos de Ética do Serviço Social, tem-se uma sistematização de cada um deles, em que se apresenta o contexto histórico em que estão inseridos os Códigos, a visão de homem e de mundo desse contexto histórico e o papel do Serviço Social no período da vigência dos mesmos. Inicia-se com o primeiro:

Figura 4: Sistematização do Primeiro Código de Ética do Serviço Social

<i>Código de Ética</i>	<i>Contexto Histórico da profissão</i>	<i>Visão de Homem e de Mundo</i>	<i>Papel do Serviço Social</i>
1947	<ul style="list-style-type: none"> - Criação das Instituições;-Criação das primeiras escolas de SS; - Prática de assistencialismo, corporativismo. -Vinculado a Igreja Católica. 	<ul style="list-style-type: none"> -Sociedade harmônica, integrada, visão de caridade/doação da bondade, focalização dos problemas no indivíduo; -Visão Funcionalista. 	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção da ordem e das normas vigentes para apaziguar os conflitos sociais; - Assistencialismo, - Atendimento de casos; - Identidade atribuída.

Fonte: Sistematizado por Kocourek, 2008, adaptado por Oliveira, 2009.

O segundo Código de Ética é datado de 1965 com forte influência norte-americana. No Brasil é o período do desenvolvimentismo e também inicia o período de ditadura militar e a profissão passa por um momento significativo do Movimento de Reconceituação que traz à cena para as reflexões, o conservadorismo do Serviço Social, a fenomenologia, a criação do método de Belo Horizonte, considerado método BH, desenvolvimento de comunidade e o Marxismo.

Figura 5: Sistematização do Segundo Código de Ética do Serviço Social

<i>Código de Ética</i>	<i>Contexto Histórico da profissão</i>	<i>Visão de Homem e de Mundo</i>	<i>Papel do Serviço Social</i>
1965	<ul style="list-style-type: none"> - Influência norte americana, Desenvolvimentismo; -Movimento de Reconceituação: duas vertentes: conservadora reatualizada e Marxismo; - Fenomenologia; - Bem-estar social; - Método BH; - Vinculados às instituições estatais e de caridade; 	<ul style="list-style-type: none"> - Integração Social sem mudanças radicais; - Conselhos fiscalizam a profissão; - Caso, Grupo, Comunidade- Visão individualista, sem articulação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio e orientação aos sujeitos; - Justiça social; - Persistem atividades caritativas; - Sigilo profissional, visa direitos individuais; - Adquire-se tatus profissional;

	- Desenvolvimento de comunidade.		- Enquadramento do indivíduo à sociedade; - Atrelado ao Estado.
--	----------------------------------	--	--

Fonte: Sistematizado por Kocourek, 2008, adaptado por Oliveira, 2009.

Os profissionais trabalham na perspectiva de enquadramento do indivíduo à sociedade e a profissão é atrelada ao Estado.

O terceiro Código de Ética se dá em 1975, dez anos depois do segundo, em plena ditadura militar no Brasil e em alguns outros países da América Latina. A profissão tem uma concepção personalista com orientação fenomenológica, prega-se o bem-comum e a ação disciplinada. É nesse código que se reconhece a profissão como liberal e incluída entre as de nível superior.

Figura 6: Sistematização do Terceiro Código de Ética do Serviço Social

<i>Código de Ética</i>	<i>Contexto Histórico da profissão</i>	<i>Visão de Homem e de Mundo</i>	<i>Papel do Serviço Social</i>
1975	- Ditadura Militar/repressão; - Concepção Personalista e Fenomenológica; - Bem-comum, ação disciplinada; - Reconhecimento da profissão como liberal, incluída entre as de nível superior; - Conservadorismo	- Personalismo, - Subjetividade, - Psicologismo, - Patologia individual, - Bem-estar, valorização do sujeito; - Justiça social, - Negação do pluralismo.	- Manter a ordem social; - Conservadorismo e militância. - Responsabilidade e autenticidade profissional; - Obediência às normas vigentes; - Direitos e deveres no Código: zelar para o aperfeiçoamento institucional; - É admissível revelar segredo profissional para evitar danos ao próprio cliente.

Fonte: Sistematizado por Kocourek, 2008, adaptado por Oliveira, 2009.

O Quarto Código de Ética traz a ruptura com a visão conservadora e consagra o movimento de reconceituação. Apresenta a profissão comprometida com a classe trabalhadora e não mais atrelada ao Estado. Os profissionais vem com um novo perfil a partir das dimensões da competência, competência ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. As práticas profissionais vinculadas aos interesses da classe trabalhadora são desenvolvidas na perspectiva direitos e deveres dos trabalhadores, incluindo a própria categoria profissional como classe trabalhadora.

Figura 7: Sistematização do quarto Código de Ética do Serviço Social

<i>Código de Ética</i>	<i>Contexto Histórico da profissão</i>	<i>Visão de Homem e de Mundo</i>	<i>Papel do Serviço Social</i>
1986	<ul style="list-style-type: none"> - Ruptura com a visão conservadora; - Consagração do Movimento de Reconceituação; - Fim da Ditadura e início da democracia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Marco de ruptura do SS com o conservadorismo; - Consolidação dos movimentos sociais; - Aspectos político e educativo; - Ênfase no como fazer, e não no que se deve ou não fazer. - 	<ul style="list-style-type: none"> - Cabe ao AS denunciar as falhas das instituições e também as falhas éticas de outros profissionais; - Participação política em programas institucionais; - Código prevê direitos e deveres aos A S; - Apresenta uma leitura idealista e voluntarista quanto ao potencial político da profissão; - Novo perfil técnico (competências ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa); -Compromisso com a classe trabalhadora.

Fonte: Sistematizado por Kocourek, 2008, adaptado por Oliveira, 2009.

No atual projeto profissional do Serviço Social, há uma vinculação entre a teoria marxista e o exercício político que evidencia uma relação entre ética e política. De acordo com Barroco (2001, p. 198),

fica evidente que uma ética fundada em Marx tem um caráter revolucionário. Em termos de reflexão ética exige a criticidade radical e a perspectiva de totalidade; em termos de valores se apóia na liberdade e na emancipação humana. Praticamente, supõe um projeto societário de superação da alienação, da exploração, das formas reificadas de viver moralmente.

Foi um processo global que envolveu a profissão como um todo. Netto (2007) vem confirmar que a renovação implicou a construção do pluralismo profissional, com procedimentos diferentes dos que até então embasam a legitimação prática e a validação teórica, assim como as matrizes teóricas a que elas se prendam, pois o fundamento da profissão era freqüentemente deslocado das bases ético-morais. A legitimação prática fluía da intencionalidade do agente e a validação teórica não possuía relevo ou não se registrava a simultaneidade destas duas dimensões. De acordo com o mesmo autor, um dos traços mais significativos dessas elaborações é a ênfase na análise crítica da própria profissão, que explicitamente se questiona e se investiga como tal. Esta discussão ocorre nos foros organizados da categoria profissional nos quais os eventos deixam de ser espaços de consagração consensuais e se revelam territórios de polêmica. Outro aspecto muito importante é com relação ao papel das instâncias organizativas que também se modifica. As entidades, que tradicionalmente tinham referendadas as suas propostas, vêem-se em xeque e são obrigadas a estabelecer uma nova sintonia com parcelas importantes da categoria profissional. O quinto e atual Código de Ética do Serviço Social, assim se expressa

Figura 8: Sistematização do Quinto Código de Ética do Serviço Social

<i>Código de Ética</i>	<i>Contexto Histórico da profissão</i>	<i>Visão de Homem e de Mundo</i>	<i>Papel do Serviço Social</i>
1993	-Profundas transformações sociais; -Descentralização política	-Buscar estabelecer uma clara identidade profissional articulada com um	-Processo de amadurecimento político: expressa as aspirações coletivas; -O Código constitui-se

	administrativa; -Universalização dos direitos sociais estabelecidos na CF de 1988; -Sensibilização da sociedade civil em face da questão ética em seu conceito mais amplo.	projeto de sociedade mais justa e democrática; -A ética é entendida como uma das dimensões da vida social; -Valores ético-políticos: liberdade, justiça social; -Pressupostos da equidade e da democracia; -A concepção ética pressupõe um projeto profissional articulado a uma projeção social.	um instrumento político e educativo, sem deixar de contemplar os aspectos normativos e punitivos; -Visa principalmente controle da qualidade dos serviços prestados como um mecanismo concreto de defesa do exercício profissional; -Novo perfil técnico – competente teórico e Político; -Compromisso com a classe trabalhadora; -Princípios como: Competência, direitos, deveres e sigilo profissional.
--	--	---	---

Fonte: Sistematizado por Kocourek, 2008, adaptado por Oliveira, 2009.

Netto (2007) sinaliza alguns aspectos que apontam em direção ao processo de renovação, entre outros percebe-se a instauração do pluralismo teórico, ideológico e político, a crescente diferenciação das concepções profissionais, a sintonia da polêmica metodológica com as discussões em curso e a constituição de segmentos de vanguarda voltados para a investigação e a pesquisa.

Netto (2005), ao realizar um balanço do movimento de reconceituação, aponta conquistas importantes como a explicitação da dimensão política da ação profissional que trouxe à luz do dia a dimensão política que, segundo o autor, é constitutiva de qualquer intervenção profissional. A interlocução crítica com as ciências sociais lançou as bases para nova interlocução do Serviço Social com tais ciências. A inauguração do pluralismo profissional proporcionou rompimento com o viés que implicava homogeneidade de visões de práticas e concedeu carta de cidadania a diferentes concepções acerca da natureza, do objeto, das funções e das práticas do Serviço Social. Considera-

se como principal conquista, a recusa do profissional de situar-se como um agente técnico puramente executivo, como diria o autor, quase sempre um executor terminal das políticas sociais. O Serviço Social assentou as bases da requalificação profissional, rechaçando a subalternidade uma vez que havia séria divisão entre os teóricos e os executores profissionais da prática. A profissão reivindicou para si atividades de planejamento para além dos níveis de intervenção microssociais valorizando o estatuto intelectual dos assistentes sociais. Inaugurou espaço para inserção na pesquisa como atributo também do Serviço Social, através da abertura dos cursos de Pós-Graduação, inicialmente Mestrado e posteriormente Doutorado.

Nos anos de 1980, a profissão assistiu ao desenvolvimento de uma perspectiva crítica, tanto teórica quanto prática. Esse Serviço Social crítico que vem redimensionando a imagem da profissão e hoje é reconhecido no plano acadêmico, como área de produção do conhecimento, interagindo com as ciências sociais, vem intervindo no plano da formulação de políticas públicas. A profissão dispõe de uma hegemonia na produção teórica do campo profissional e desfruta de respeito público inclusive pela sua atuação política. Dessa forma, vale dizer que sem o processo do movimento de reconceituação, o Serviço Social que temos hoje não existiria ou seja não se implementaria o Projeto Ético-Político profissional que é considerado por diversos autores, a prova da atualidade da reconceituação como ponto de partida da crítica ao tradicionalismo (NETTO, 2005).

As mudanças ocorridas na profissão foram embasadas na extrema necessidade de acompanhar as transformações sociais, políticas e econômicas da sociedade contemporânea, assim como a conjuntura da sociedade brasileira. As crescentes expressões da questão social exigiram do Serviço Social adequação às demandas sociais. Tudo isso vem demonstrar que o Serviço Social constitui-se em uma profissão que procura compreender e redimensionar sua atuação dentro dos contextos sócio-históricos, na perspectiva de construção de uma nova ordem societária. Finalizamos as reflexões do contexto sócio-histórico do Serviço Social apresentando um quadro sistematizado por Prates (2002) e adaptado aqui com acréscimo de

informações, para maior e melhor compreensão do processo da gênese da profissão dos Assistentes Sociais.

Figura 9: Reconstituição do contexto sócio-histórico do Serviço Social

RECONSTITUIÇÃO SUMÁRIA DA GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DO CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO

Década de 40	Década de 50	Décadas de 60 e 70	Décadas de 80 e 90
<p align="center">Sociedade</p> <p>Processo de industrialização do País; Migração; Estado Novo; Absorção e controle dos setores populares.</p> <p align="center">Serviço Social</p> <p>Criação das grandes instituições assistenciais; Institucionalização do SS; Disfunção social (positivismo) do sujeito; adaptação; Atendimentos individuais.</p>	<p align="center">Sociedade</p> <p>Auge do desenvolvimento; Esvaziamento do potencial de mobilização popular;</p> <p align="center">Serviço Social</p> <p>Início do desenvolvimento de comunidade; Primeiros indícios de reconceituação da profissão.</p>	<p align="center">Sociedade</p> <p>Crise do modelo desenvolvimentista; Fortalecimento do capital internacional; Setores populares lutam por reformas estruturais; Combate ao comunismo; Populismo; Golpe militar – processo de ditadura; Milagre econômico; Repressão dos setores populares; Cultura do medo: clandestinidade, torturas, exílio; Greves operárias;</p> <p align="center">Serviço Social</p> <p>Combate ao comunismo; Início de uma postura crítica; da psicanálise; Influência da fenomenologia; Início dos processos grupais; Prevalência da visão modernizadora (tecnicista e cientificista); Início do movimento de reconceituação; Encontros Araxá, Teresópolis e Sumaré (sistematização da teoria e prática); Ênfase no planejamento, administração e coordenação; Perspectiva messiânica; Ação política partidária; Influência Althusseriana: Início do Marxismo; Início da Pós-graduação – Mestrado.</p>	<p align="center">Sociedade</p> <p>Década perdida (80); Crise interna do petróleo; Luta pelas diretas. Fim da ditadura militar (84); Retomada dos movimentos sociais; Constituição cidadã (88). Globalização e flexibilização da economia; FHC - privatizações, comunidade solidária; Crise de paradigmas- pós-modernidade; Aumento do desemprego; Revolução informacional; Assistência enquanto política pública.</p> <p align="center">Serviço Social</p> <p>Primeiro curso de doutorado; Reconhecimento da pesquisa em SS pelo CNPq; Retomada da perspectiva crítica (marxismo); Ênfase na análise da realidade social ampla; Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS; Código de Ética do SS; Controle Social (participação em programas sociais, conselhos e fundos de assistência social); Descentralização e municipalização.</p>

Fonte: Prates, 2002 Adaptado por Oliveira, 2009.

2. 2 A dimensão ética no Serviço Social

Historicamente, a ética profissional do Serviço Social foi influenciada pelos projetos societários ao qual a profissão manteve-se vinculada. Projetos esses que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam determinadas ações para concretizá-la. O projeto societário preconizado pelo Serviço Social é projeto coletivo, porque é construído pela profissão em conjunto com outras profissões e atores sociais com propostas para o conjunto da sociedade. (NETTO, 2005).

De acordo com Barroco (2001), a ética refere-se à teorização da vida prática, como reflexão histórica, crítica, radical, de totalidade que tem por objetivo apreender o significado e os fundamentos da moral. A moral, refere-se à vida prática como expressão do agir ético, constituída por normas e deveres. Ou seja, a moral está relacionada ao indivíduo e a ética à sociedade. A moral, é dada pela capacidade ética de criar valores que servem de referência à conduta dos indivíduos, em sua convivência social. Portanto, na perspectiva da autora, a ética é espaço de reflexão que se dá de forma processual e sistemática sobre a presença de valores na ação humana e tem por objetivo de estudo os vários tipos de atos humanos, os atos conscientes e voluntários dos indivíduos. É considerada parte da filosofia que estuda os juízos a respeito da conduta humana enquanto boas ou más. Dessa forma a ética é uma das dimensões da vida social constituída pela moral e pela capacidade humana de ser livre. Ética e moral têm sua gênese na práxis e no fenômeno da liberdade, pois é pela capacidade de conscientemente escolher entre alternativas dando-lhes valor de responder necessidades de forma a instituir novas perguntas e respostas, que o ser social é um ser de liberdade, capaz de criar cultura onde emergem os valores que ampliam sua sociabilidade e liberdade. Já para Goldin (1997),

“A ética pode ser definida como sendo a ciência da moral, a ciência da conduta ou o estudo dos princípios ou valores morais que guiam as ações ou comportamentos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas”(GOLDIM, 1997, p. 106).

No que se refere à ética profissional, cabe ressaltar a partir de Barroco (2001, p. 69-80), que a ética profissional a partir de sua dimensão filosófica fornece as bases para compreensão dos valores, princípios e modo de ser ético-morais; modo de ser da profissão (ethos) – o que reproduz uma imagem social da profissão e cria expectativas referentes à mesma e ao produto das ações individuais e coletivas dos que fazem parte de determinada profissão.

A ética profissional, independentemente de que profissional a vivencie, é sempre permeada de conflitos, assim como de contradições que vão além da profissão remetendo às condições gerais da vida em sociedade. Sua natureza se avalia a partir da relativa autonomia das condições objetivas em que se desenvolve e que constituem referências ético-morais reatadas na profissão em demandas específicas que se apresentam no cotidiano do trabalho profissional (BARROCO, 2001).

Após passar pelo movimento de reconceituação, e tentar romper com o conservadorismo até então latente na categoria profissional é que se caminharia em direção à construção de um Código de Ética vinculado à classe trabalhadora e não mais aos interesses do capital. Um código que tem como fundamento, a liberdade como valor ético central e que se direciona à construção de uma nova ordem societária, à luz da teoria crítica.

Diskin (2008), uma das referências em estudos e pesquisas sobre educação e Cultura de Paz, apresenta a ética na perspectiva da solidariedade, a partir da relação com o outro para satisfação de suas necessidades básicas de sobrevivência, buscando convivência harmoniosa com a natureza e com os seres humanos respeitando as diferenças e a singularidade de cada criatura.

Relatar a trajetória da construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social, mostra-se extremamente pertinente. Para tanto, a tese vale-se do próprio conceito de ética, entendido como área de conhecimento que trata da origem da moral e seu desenvolvimento, assim como das normas e condutas humanas e dos deveres da humanidade para com a sociedade (ABBAGNANO, 2007).

A ética no Serviço Social apresenta-se defendida nos posicionamentos da categoria profissional. Ao mesmo tempo a ética é associada a projetos societários que de acordo com Barroco (2001), em suas particularidades inscritas na relação entre o conjunto de necessidades que legitimam a profissão e a divisão social e técnica do trabalho a partir de demandas concretas e respostas específicas em face das implicações éticas do produto de suas ações.

O Serviço Social em sua gênese tem a presença do conservadorismo moral no processo de formação profissional a partir do projeto social da Igreja Católica e da cultura brasileira que, para Chauí (2006), tem sentido, finalidade e valor, porque institui distinções entre bom e mau, verdadeiro e falso, útil e nocivo, justo e injusto, sagrado e profano. A moralização da realidade social revela a identidade do Serviço Social vinculada ao projeto social conservador. Vinculação que se dá de forma particularizada das outras profissões, pelo fato do Serviço Social constituir-se historicamente como profissão que tem origem feminina e católica, de forma que a formação profissional das primeiras Assistentes Sociais contém valores que reforçam a cultura conservadora da formação da mulher na sociedade brasileira.

Nesse contexto, a ação profissional do Assistente Social exercida por profissionais é vista como uma vocação e é desenvolvida por um perfil ético-moral. Sua legitimação se dá a partir da ação moralizadora, pois a moral perpassa a implementação de programas educativos assistenciais que tem por objetivo eliminar “desajustes sociais”. Nessa perspectiva, os pressupostos que fundamentam os códigos de ética do Serviço Social desde sua origem até 1975 correspondem às expectativas da sociedade burguesa (BARROCO, 2001).

No entanto, a década de 60, considerada por muitos estudiosos como o início de uma época revolucionária, alarga bases de emancipação da mulher no contexto social com sua inserção no mundo do trabalho, na educação superior, na defesa dos direitos sociais e políticos e na recusa de papéis tradicionalmente considerados femininos que implicavam subalternidade e passividade no que se refere ao papel da mulher na sociedade brasileira (BARROCO, 2001). Segundo Hobsbawm:

O primeiro e talvez mais importante exemplo dessa nova consciência de gênero foi a revolta das mulheres tradicionalmente fiéis nos países católicos romanos contra doutrinas impopulares da Igreja, como foi mostrado notadamente nos referendos italianos em favor do divórcio” (HOBSBAWM, 1995, p. 306).

Barroco (2001) destaca que ao lado das mulheres, a juventude tem papel fundamental no protagonismo das mudanças sociais e políticas. Os chamados “anos rebeldes” demonstram posicionamentos importantes a partir de atitudes éticas e críticas, como a desobediência civil e a transgressão de normas que possibilitaram e contribuíram para o enfrentamento de conflitos e contradições sociais existentes, assim como a instituição de novos papéis na sociedade. A década de 60 é considerada como o momento da liberdade como projeto. Para o Serviço Social, a vinculação do pensamento cristão com o marxismo a partir do movimento da teologia da libertação e da Conferência dos Bispos Latino Americanos apontam para uma nova forma de trabalho baseado em um novo projeto profissional em direção a uma nova ordem societária: o enfrentamento da pobreza e a diminuição das desigualdades sociais.

A mobilização democrática que se dá de forma intensa no início da referida década favorece a militância no âmbito político e são dadas as possibilidades para a construção de uma nova moralidade a partir da adesão consciente especialmente de mulheres e jovens que se engajam nas lutas populares. A profissão do Serviço Social começa a caminhar em direção à construção de um projeto que vai ser denominado de Projeto Ético-Político profissional.

O Serviço Social, que absorve as primeiras aproximações com o marxismo, vincula a teoria marxista a uma prática político-revolucionária, ou seja, uma unidade entre ética e política. Mas a incorporação do marxismo pelo Serviço Social vai mesmo ser validado pela categoria profissional apenas em meados da década de 70 no qual

são apontados seu ecletismo teórico-metodológico, sua ideologização em detrimento da compreensão teórico-metodológica, sua remissão a manuais simplificadores do marxismo, sua reprodução do economicismo e do determinismo histórico. Em termos políticos, questiona-se o basismo, o voluntarismo, o messianismo, o militantismo e o revolucionarismo (BARROCO, 2001, p. 167).

O Projeto Ético-Político atual foi iniciado na década de 60 por Assistentes Sociais engajados nos movimentos de reforma, pois no final da década de 1970 este movimento foi revigorado pela categoria, pela luta contra a ditadura e pelo adensamento teórico e político na década de 1960. De acordo com lamamoto (2001, p. 12), “trata-se de um projeto profissional indissociável à democracia, equidade, liberdade, defesa do trabalho, direitos sociais e humanos, contestação de todas as ordens.” É através da vontade política da categoria, em sintonia com as demandas sociais, conjunturais, estruturais que se tem maior clareza dos desafios à concretização dos valores e princípios firmados a partir de 1993.

O projeto profissional é considerado pela categoria como uma construção coletiva que envolveu e envolve, profissionais de campo, pesquisadores, instituições que os formam, docentes e discentes, entidades representativas da categoria. Pode-se dizer que o processo de redemocratização do país nos anos 80 gera as bases para um novo projeto profissional evidenciado na organização sindical dos Assistentes Sociais articulados às lutas gerais dos trabalhadores. A partir daí, a formação profissional recebe novos direcionamentos e o Código de Ética de então passa a ser reelaborado na perspectiva de garantir uma ética profissional que objetive uma nova moralidade na profissão (BARROCO, 2001). Eis que no decorrer desse processo surgiu o atual Código de Ética profissional:

lamamoto (2001) fundamenta ainda que ao longo dos anos de 1990, alguns temas permearam as discussões da categoria no que se refere ao aprimoramento do perfil profissional do assistente social, especialmente no que se refere às dimensões da competência que são competência teórico-metodológico, ético-político, técnico-operativo. Dessa forma, a direção social reafirma compromisso com valores e princípios colocados no horizonte de um

projeto de superação da ordem burguesa, bem como a consolidação da democracia, enquanto socialização da política e da riqueza socialmente produzida e a defesa da equidade e justiça social enquanto universalização do acesso a bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais e à sua gestão democrática. No entanto, esse projeto profissional desafia a profissão, a um novo modo de ser e desafia a categoria profissional a conhecer criticamente a realidade sócio-histórica e entender a categoria trabalho como categoria central da realidade, pois o próprio Serviço Social a partir do Projeto Ético-Político deixa de ser tratado como prática social abstrata e passa a configurar-se como trabalho profissional com objeto, meios e produtos.

Dessa forma, consciência e práxis ético-profissional ganharam relevo na profissão e ampliaram as possibilidades de alianças e estratégias no enfrentamento das contradições, desigualdade e pobreza na sociedade brasileira, emolduradas pela participação política dos profissionais.

A Lei de Regulamentação da Profissão: Lei nº 8.662 de 07 de junho de 1993, regulamenta o exercício da profissão do Serviço Social, traduz as competências profissionais, as atribuições privativas do Serviço Social e regulamenta os órgãos representativos da profissão.

A lei de regulamentação do Serviço Social atribui como competências do Assistente Social entre outras:

- Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais;
- Elaborar, coordenar e executar planos, programas e projetos no âmbito de atuação do Serviço Social;
- Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e subsidiar ações profissionais;
- Prestar assessoria e apoio a movimentos sociais.

Essas competências profissionais previstas na lei de regulamentação possibilitam que os profissionais do Serviço Social desenvolvam processos de trabalho em direção a uma nova ordem societária. A Tese destaca o fato de que essa nova ordem societária, de acordo com o conjunto do Projeto Ético-

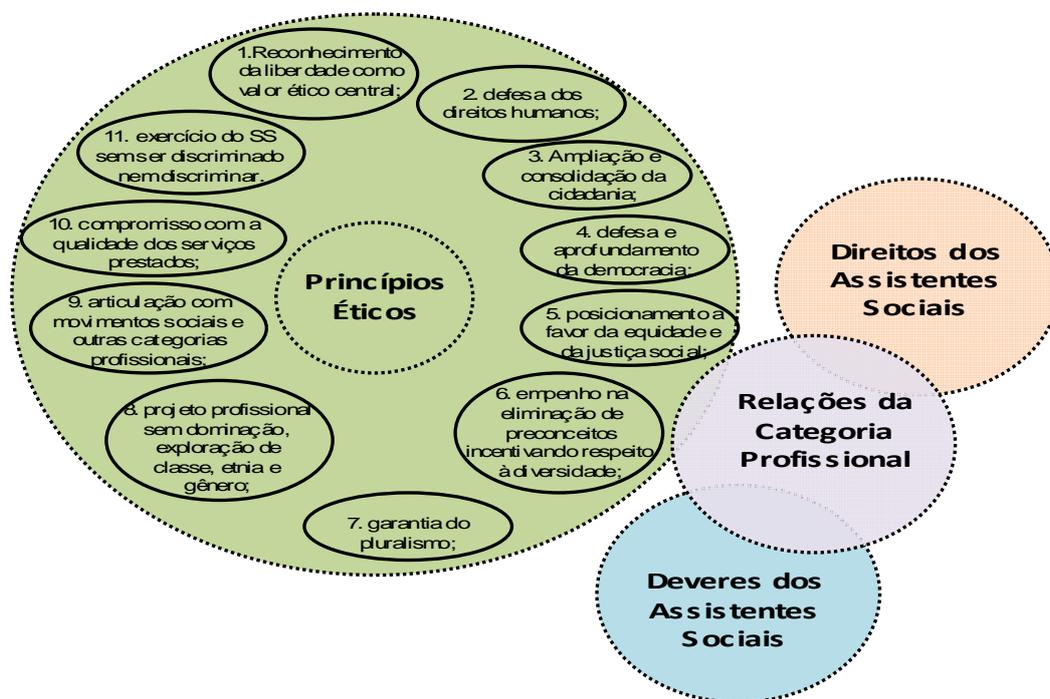
Político da profissão, pode ser uma sociedade pautada pelos princípios da Cultura de Paz, pois a Cultura de Paz se pauta por uma paz positiva com princípios e valores que prezam pela diminuição das desigualdades sociais, pela justiça social e pelo pleno exercício da cidadania como forma de se alcançar a participação de todos.

2.3 O Código de Ética de 1993

Ao longo da história da nossa profissão, a categoria profissional vivenciou cinco códigos de ética. O primeiro foi em 1947, período em que a profissão era vinculada à Igreja Católica, com a criação das Instituições e as primeiras escolas de Serviço Social, onde a prática profissional era ainda muito assistencialista, isto é de ajuda. O Código de Ética que norteava a categoria profissional interferia na vida pessoal a partir de normas morais da época.

O atual Código de Ética dos Assistentes Sociais datado de 1993, apresenta os princípios fundamentais da profissão, os direitos e as responsabilidades dos Assistentes Sociais. Neste código estão dispostas as relações da categoria com os usuários dos serviços prestados com as instituições empregadoras, dos assistentes sociais com outros profissionais, entidades da categoria profissional e demais organizações da sociedade civil e das relações da categoria profissional com a justiça. Trata também do sigilo profissional que se configura uma postura ética na profissão. Apresenta-se em gráficos os aspectos principais do atual Código de Ética, para melhor compreensão do mesmo. No que se refere aos princípios éticos, o Código assim expressa:

Figura10: Sistematização do Código de Ética do Serviço Social: Princípios Éticos



Síntese: Oliveira, 2009

Diante da historicidade da profissão que se cria e se recria mediante a relação entre estado e sociedade, a mesma, de acordo com Yamamoto (2002, p. 18-19), é “fruto de determinantes macro-sociais que estabelecem limites e possibilidades ao exercício profissional... é também fruto dos agentes que a ela se dedicam em seu protagonismo individual e coletivo”. Dessa forma, para pensar o projeto profissional é necessário articular uma dupla dimensão:

de um lado as condições macrosociais que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades, e de outro as respostas técnico-profissionais e ético-políticas dos agentes profissionais.

Os projetos profissionais são indissociáveis dos projetos sociais. No caso do projeto profissional do Serviço Social, este caminha em direção a uma nova ordem social. Tal projeto apresenta uma luta pela hegemonia dessa

nova ordem que responde às necessidades da população que não usufrui e/ou não compactua com a ordem vigente.

O projeto profissional do Serviço Social, que conquistou hegemonia no início dos anos 90, é fruto do amadurecimento intelectual da profissão, das conquistas profissionais e do rompimento com o conservadorismo é construído historicamente pelos agentes profissionais que ética e politicamente estão preocupados com a direção social da sociedade imposta pelo capitalismo, pois tem suas raízes nas forças progressistas e se materializa nas condições sociais em que concretiza o exercício profissional.

A elaboração e concretização do projeto profissional tem por base o pluralismo como elemento da vida social e da profissão do Serviço Social como um princípio democrático. Nessa perspectiva, ele carrega elementos que o legitimam em direção à imagem ideal da profissão, não mais atrelada aos donos do capital, muito menos com conotação assistencialista. Mas uma profissão articulada com o conjunto da classe trabalhadora que luta e defende o conjunto dos trabalhadores, inclusive os próprios profissionais do Serviço Social. De acordo com Netto (1999, p. 98-99),

Os elementos éticos de um projeto profissional não se limitam a normatizações morais e/ou prescrições de direitos e deveres, mas envolvem ainda as escolhas teóricas, ideológicas e políticas das categorias profissionais – por isso mesmo, a contemporânea designação dos projetos profissionais como projetos ético-políticos revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando combina com uma direção político-profissional.

Netto (1999), ao refletir sobre o processo do Projeto Ético-Político, o apresenta como um projeto que tem contínuos desdobramentos e que tem em seu núcleo a liberdade como valor ético central. Apresentada por Netto como possibilidade de escolher entre alternativas concretas, o que remete para o compromisso da autonomia e plena expansão dos indivíduos sociais que se refere a proposição de construção de uma nova ordem. Na perspectiva de Barroco (2001), a liberdade remete a uma capacidade de escolha consciente que se dirige a uma finalidade, ao mesmo tempo em que direciona para uma

capacidade prática que proporcione condições para a materialização dessas escolhas. De acordo com Netto,

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ela se posiciona em favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais; a ampliação e consolidação da cidadania são postas explicitamente como condição para a garantia de direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Em decorrência, o projeto reclama radicalmente democrático- vista a democratização enquanto socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (NETTO, 1999, p. 105).

A dimensão política do projeto aponta a direção social da profissão considerada como estratégica para chegar à nova ordem societária proposta pela profissão. Mas para que essa direção social se consolide Netto argumenta que

é preciso enfatizar que não basta uma direção social estratégica o enunciado do seu horizonte ideo-político; para que essa transcenda o plano de petição do princípio, (ou de mera intencionalidade) é necessário que se articule congruentemente aos traços mais determinantes da cultura profissional; se ele carece dessa articulação, ou se, à sua revelia, metamorfoseia-se a cultura profissional, a direção perde a vigência (NETTO, 1996, p. 116):

O projeto profissional por si só não se realiza é preciso que o compromisso da categoria profissional seja mediado por estratégias concretas, articulando as dimensões da competência profissional, desenvolvendo capacidade de objetivá-las por meio do alcance de direitos sociais (BARROCO, 2001).

Para materialização do projeto profissional, o Código de Ética dá a normatização dos direitos e deveres dos Assistentes Sociais:

Figura 11 : Sistematização do Código de Ética de 1993: Direitos dos Assistentes Sociais

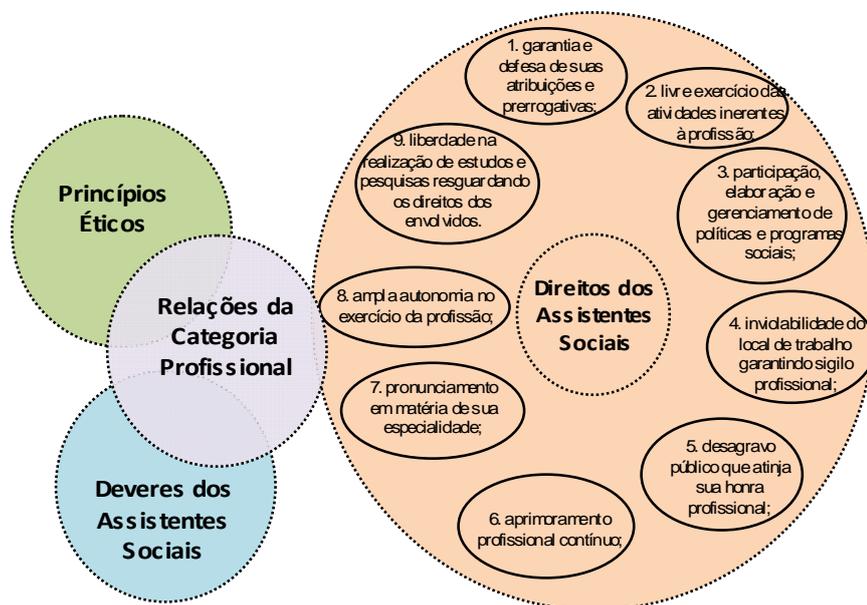
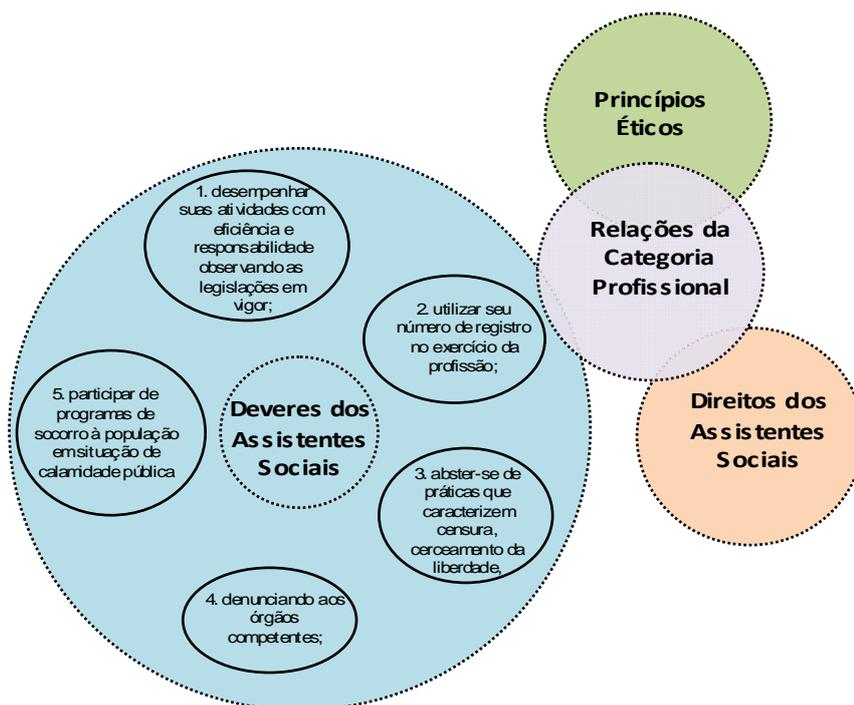


Figura 12: Sistematização do Código de Ética Deveres do Assistente Social



A partir de seus princípios, dos direitos e deveres dos profissionais do Serviço Social no Código de Ética, pode se dizer que ele aponta para uma direção social comprometida e vinculada com as classes trabalhadoras e para a construção e formação de uma categoria profissional comprometida com valores e princípios que se contrapõem aos valores da sociedade burguesa e legitima uma prática comprometida com a transformação profissional e social.

De acordo com Barroco (2001, p. 205),

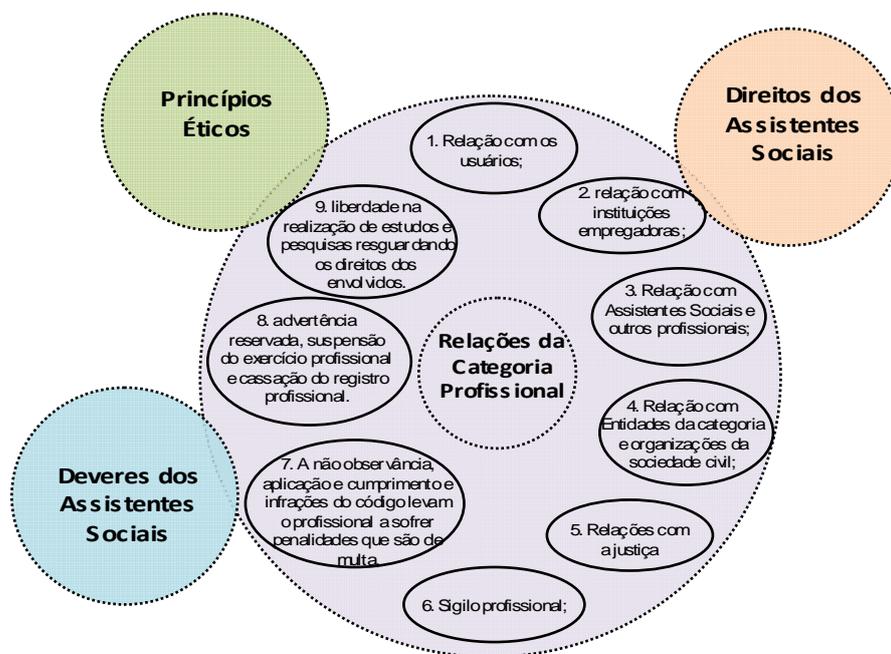
traduzindo seus valores e princípios para a particularidade do compromisso profissional, o código aponta para as determinações da competência ético-política profissional; ela não depende somente de uma vontade política e de adesão a valores, mas da capacidade de torná-los concretos, donde sua identificação como unidade entre as dimensões ética, política, intelectual e prática, na direção da prestação de serviços sociais.

O atual Código de Ética, como parte do conjunto do Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social, torna-se a referência de encaminhamentos práticos e do posicionamento político dos assistentes sociais. Ao mesmo tempo em que contribui para a construção de uma nova moralidade profissional rompe definitivamente com o conservadorismo existente por tantos anos na profissão, em busca de uma nova cultura profissional pautada pela democracia.

O projeto profissional implica e desafia para a competência profissional, o que requer aprimoramento intelectual da categoria profissional. Mas é importante salientar que o projeto não se desenvolve apenas com o empenho da categoria profissional; para sua materialização, é necessária a articulação dos profissionais do Serviço Social com outras categorias profissionais que compartilhem com os mesmos ideais de sociedade e com os movimentos que se solidarizam com as lutas da classe trabalhadora brasileira.

O Código de Ética profissional representa para os profissionais do Serviço Social a dimensão ética da profissão. Tal Código tem caráter normativo e jurídico e aponta parâmetros para o exercício profissional, ao mesmo tempo em que define direitos e deveres dos assistentes sociais, assim como caminha em direção à legitimação social da profissão e da garantia da qualidade dos serviços prestados. Ele expressa a renovação e o amadurecimento teórico-político do Serviço Social evidenciado nos princípios fundamentais e no compromisso ético-político assumido pela categoria. A formulação do novo Código de Ética proporcionou o avanço da categoria na produção teórica com a incorporação do pensamento marxista. Esse compromisso ético-político desafia a categoria profissional a empenhar na realização de trabalhos coletivos envolvendo outras categorias profissionais. Para tanto, o Código de Ética estabelece a normatização necessária para as relações da categoria :

Figura 13: Sistematização do Código de Ética de 1993: Relações da Categoria Profissional



A hegemonia sinalizada pelo Código de 1993 aponta a capacidade teórica e prática de responder aos desafios da sociedade contemporânea capitalista, tendo a ética como componente básico, contribuindo para construção de uma nova sociedade, pautada por valores de uma Cultura de Paz.

É importante salientar que o processo de construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social “acompanha a curva ascendente do movimento democrático e popular, que progressista e positivamente tencionou a sociedade brasileira entre a derrota da ditadura e a promulgação da Constituição de 1988 (NETTO, 1999, p. 106). Sua manutenção e aprofundamento depende da vontade da categoria profissional no desenvolvimento do seu processo de trabalho, assim como do revigoramento do movimento democrático (NETTO, 1999). Os

profissionais que o defendem e o materializam afirmam que ele tem futuro, porque aponta para o combate ao neoliberalismo e as conseqüências nefastas do capitalismo presente nas expressões da questão social repletas de processos de desigualdades sociais.

2.4 Diretrizes Curriculares para a formação profissional (1986)

Os cursos de Serviço Social a partir da década de 1970 foram e vem sendo objeto de discussão entre os docentes, discentes e profissionais de Serviço Social com o objetivo de que tais cursos passassem por um processo de revisão curricular. Esse processo de revisão teve como princípios norteadores a preservação dos avanços do currículo de 1982 e os aspectos contidos no Código de Ética da profissão em 1993. O ponto de partida desse processo de revisão foram as dimensões da competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, assim como a convivência democrática entre as diferentes concepções diante das mesmas, que perpassam a formação e prática profissional da categoria. Para tanto, foi necessário a realização de capacitação e desenvolvimento das unidades de ensino, como parte da construção de uma nova proposta curricular (ABESS/CDEPSS, 1996).

Ao retomar o projeto curricular para a formação profissional de 1982, cabe ressaltar que este se mostrou extremamente significativo no processo de formação daquela época. Ele se constituiu como parte de um processo “retratado na produção teórica do Serviço Social, na organização política da categoria, nas reflexões éticas e na ampliação de pesquisas e mudanças operadas no próprio exercício profissional” (ABESS/CDEPSS, 1996, p. 145). A crise da ditadura, a reorganização da sociedade e o processo pelo qual estava passando as universidades brasileiras, colocaram como necessidade vital, uma revisão do currículo para a formação de novos Assistentes Sociais dentro do novo contexto que estava emergindo, currículo que desse importância ao desenvolvimento de uma prática consciente como uma necessidade histórica da profissão e que tivesse por fundamento no processo

de formação, a realidade social compreendida a partir do seu movimento contraditório.

A partir da análise necessária da sociedade brasileira, a categoria trabalho emerge no Serviço Social como elemento central e constitutivo da prática profissional que passa a ser configurada como trabalho profissional e não mais como prática social abstrata. Dessa forma, história, teoria e método passam a fazer parte do processo formativo, como elementos constitutivos do mesmo. Dentro do contexto social dos anos 80, o Serviço Social mobiliza para uma ação profissional requerendo entre outros a realização de pesquisas acerca do processo histórico e dos fenômenos com os quais lida a profissão, no sentido de compreendê-los e formular respostas profissionais.

A reforma curricular do Serviço Social aponta como foco central a questão social, permitindo compreender e apreender as particularidades das demandas postas pela realidade e não sobre a realidade. Considera-se que essas demandas apresentadas pela realidade social no dia a dia do exercício profissional, expressam não apenas o movimento provocado pelo capitalismo, mas também a natureza contraditória das forças sociais presentes nas demandas. Isso possibilita a renovação da prática profissional porque requerem novos perfis profissionais. O profissional do Serviço Social a partir da formação profissional desse novo contexto precisa segundo Iamamoto (2001 p. 20-27):

- Ter capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos;

- Ser propositivo e não só executivo;

- Ter competência para propor, para negociar com instituições seus projetos, para defender seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais;

- Ir além das rotinas institucionais.

- Buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades passíveis de serem impulsionadas pelo profissional;

- Evitar uma atitude fatalista do processo histórico;
- Entender a profissão como um tipo de trabalho na sociedade;
- Apreender a prática profissional condicionada pelas relações entre Estado e Sociedade Civil.

Ou seja, para Iamamoto (2001), as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e desenvolvê-las em projetos e frentes de trabalho. O Serviço Social como trabalho supõe privilegiar a produção e reprodução da vida social e da subjetividade das classes que vivem do trabalho. Ao constituir-se profissional do Serviço Social, este se torna um sujeito social e sua condição é carregada pela sua situação de classe, subjetividade e mudanças dos processos que afetam mundialmente o mundo do trabalho, onde o referido profissional pode estar ou não incluído. O Serviço Social defende de forma hegemônica, um projeto profissional articulado com a classe trabalhadora. Atualmente, o significado dessa articulação se dá pelo desafio dos profissionais avançarem junto com os demais trabalhadores da esfera social em proposições para a superação da ordem burguesa caminhando em direção a uma nova ordem societária. Nesse sentido, o Serviço Social, de acordo com a proposta básica para o projeto de formação profissional (ABESS/ CDEPSS,1996), tem como perspectiva para a formação profissional, trato rigoroso nos aspectos teóricos, históricos e metodológicos da realidade social e determina diretrizes e metas para a formação profissional como entre outras:

- Capacitação teórico-metodológica que permita apreensão crítica do processo histórico como totalidade, para compreender a prática profissional como uma forma de trabalho determinado socialmente, para apreender as demandas tradicionais e emergentes postas pelo mercado de trabalho, para apreender as novas mediações nos campos tradicionais da prática profissional;

- Capacidade investigativa com base para um ensino na busca de explicação histórica da sociedade brasileira, articulada à intervenção profissional;

- Capacidade ético-política que consolide os valores e princípios do Código de Ética exercitando a vivência da cidadania, democracia e participação política;

- Capacidade técnico-política para a gestão de serviços sociais na esfera estatal e privada.

No entanto, essas diretrizes, de acordo com a proposta, pressupõem capacitação constante do corpo docente, exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica, definição de pesquisas e áreas de investigação e prática profissional, garantia do caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional, consideração da dimensão formativa e informativa no processo de ensino/aprendizagem, pois o projeto de formação desafia a um conjunto de conhecimentos indissociáveis (ABESS/ CEDEPSS,1996).

2.5 A Proposta básica para o projeto de formação profissional

O processo de revisão curricular teve o desafio de realizar uma avaliação do processo de formação profissional diante da complexidade e exigências da sociedade contemporânea. Esse processo demandou intensa mobilização e trabalho nos cursos de Serviço Social pelo país a fora. De acordo com o documento ABESS/CEDEPSS (1996), foram realizadas entre 1994 a 1996 aproximadamente 200 oficinas em unidades de ensino, 25 oficinas regionais e duas oficinas nacionais; o intenso foi o processo de realização do diagnóstico dos cursos de Serviço Social. A partir desse diagnóstico, em dezembro de 1995, em Recife, na XXIX Convenção Nacional da ABEPSS, então ABESS, foi

aprovada a “proposta básica para o projeto de formação profissional”. Esta proposta continha os pressupostos, diretrizes, metas e núcleos de fundamentação para um novo currículo.

A redefinição do projeto profissional nos anos 80 desafiou a categoria profissional a compreender a profissão como um processo e não como algo que já está dado; ela precisa ser construída coletivamente a partir do movimento contraditório da sociedade capitalista. A profissão se transforma na medida em que se transformam as condições e as relações sociais nas quais os profissionais estão inseridos. Nessa perspectiva, a proposta básica para a formação profissional aponta diretrizes que estabelecem:

flexibilização e descentralização do ensino em Serviço Social, de modo a acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade. Os novos perfis assumidos pela questão social frente à reforma do Estado e as mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação do profissional, alteram o espaço ocupacional do Assistente Social, exigindo que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequados (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 59).

As transformações sociais dos anos 90 com a reestruturação produtiva alteraram formas de relacionamento entre público e privado e dessa forma alteraram também demandas profissionais e conseqüentemente o modo de trabalho dos profissionais.

Os pressupostos da proposta básica para uma nova formação profissional se traduzem da seguinte forma:

1. O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.
2. A relação do Serviço Social com a questão social – fundamento básico de sua existência – é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.
2. O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da

ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Essa inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.

4. O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do estado, através das políticas e lutas sociais” (ABESS/CEDEPSS, p. 60-61).

Os pressupostos demonstram que a categoria profissional, especialmente os profissionais que desenvolvem processos de trabalho nas unidades de ensino e que fizeram parte desse processo de revisão curricular, está comprometida com uma formação profissional que responda aos desafios do nosso tempo. Percebe-se pela clareza da construção teórica do mesmo, a realização de uma análise criteriosa da conjuntura da sociedade contemporânea, bem como o crescimento e amadurecimento teórico da categoria que em tão pouco tempo tem um acúmulo intelectual significativo, mesmo que ainda não esteja configurada como ciência. Mas essa maturidade adquirida na luta constante dos profissionais em caminhar acompanhando os avanços da sociedade demonstra responsabilidade e cuidado com os sujeitos de nossa prática, e entre esses sujeitos estão aqueles que querem trilhar conosco os caminhos do Serviço Social e que para isso se inscrevem no processo de formação profissional.

Os princípios que estabelecem uma base comum nas unidades de ensino em Serviço Social e norteiam o processo de formação profissional, assim se expressam Flexibilização do currículos plenos;

1. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social;
2. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social;
3. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular;
4. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva;
5. Padrões de desempenho e qualidade para os cursos diurnos e noturnos;

6. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação;
7. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
8. Exercício do pluralismo;
9. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular;
10. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

Os pressupostos e os princípios apontam para uma nova lógica curricular pois o processo de formação profissional se dá numa concepção de ensino/aprendizagem inseridos na dinâmica da vida social. Ao mesmo tempo que os princípios definem as diretrizes curriculares:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira;
3. Apreensão do significado social da profissão;
4. Apreensão das demandas consolidadas e emergentes;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na legislação em vigor.

As diretrizes curriculares dão a direção para a inserção dos profissionais no mercado de trabalho a partir de uma formação profissional sólida e comprometida com os sujeitos de nossa ação profissional. Tem-se, nessa perspectiva, o trabalho como atividade central e realização do ser humano. A lógica curricular demonstra-se desafiadora de uma convivência intensa entre professores, alunos e profissionais, assim como a sociedade de um modo em geral.

2.6 Os Núcleos de Fundamentação

Um projeto de formação profissional para se efetivar de fato exige conjunto de conhecimentos que não podem estar desassociados da prática profissional. Para tanto, as diretrizes curriculares traduzem este conjunto de conhecimentos em núcleos de fundamentação que “congregam os conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho do Assistente Social e afirmam-se como eixos articuladores da formação profissional” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 63). Os núcleos estão assim organizados:

2.6.2.1 Núcleo de fundamentação teórico-metodológico da vida

social- responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica. Nesse núcleo, o trabalho emerge como eixo central do processo de reprodução da vida social, o que implica o desenvolvimento da sociabilidade, da consciência, universalidades e capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, e como tal, desenvolver a liberdade. Fornece os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Responsável por explicar o processo de conhecimento do ser social enfatizando as teorias modernas e contemporâneas.

2.6.2.2 Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da

sociedade brasileira – remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira na sua configuração urbano-industrial, diversidades regionais, articulada com a análise das questões agrária, como elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Devem ser objeto de análise o conhecimento dos padrões de produção; a constituição do estado brasileiro, seu caráter, papel, trajetória e as configurações que ele assume nos diferentes momentos de sua trajetória; o significado do Serviço Social no seu caráter contraditório e os diferentes projetos políticos existentes na sociedade brasileira.

2.6.2.3 Núcleo de fundamentos do trabalho profissional - Considera a profissionalização do Serviço Social como especialização do trabalho social determinado pela divisão sócio técnica do trabalho, e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Trata-se de decifrar os elementos dos processos de trabalho como objeto, matéria-prima, meios e resultados. Implica também abordar o modo como a prática do Assistente Social sofre alterações e transformações decorrentes da reestruturação produtiva, reformas do Estado e ação das classes sociais. O que pressupõe reconstruir e analisar a produção teórica e metodológica do Serviço Social em suas formulações originais, em sua articulação com as teorias, as estratégias, os procedimentos e o arsenal técnico.

As diretrizes curriculares contidas na proposta básica para a formação profissional, assim como os núcleos de fundamentação, desafiam para uma formação profissional ética na medida em que exige pensar e agir à luz da teoria crítica em busca de soluções para os problemas sociais de nosso tempo em parceria com outras categorias profissionais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Método de pesquisa

Um pesquisador ao debruçar-se sobre dada pesquisa busca por meio de um processo, a possibilidade de desacomodar parte da sociedade a partir dos resultados obtidos com o desenvolvimento do seu estudo. Nesse sentido deseja-se contribuir com a reflexão sobre A Interface do Projeto Ético-Político do Serviço Social com a Cultura de Paz. Nessa perspectiva, a pesquisa vem explorar temáticas pertinentes ao cotidiano da sociedade contemporânea, considerando que a realização de uma pesquisa, ao mesmo tempo em que é aquisição de um saber, é também aperfeiçoamento de determinada metodologia.

Minayo (1994) argumenta que o pesquisador dá sentido ao seu trabalho através da realização de sua pesquisa a partir de uma intencionalidade. Ações tornam-se objetivadas no ato de pesquisar, uma vez que o pesquisador ao estar identificado com sua temática escolhida e ao pesquisar, pesquisador e objeto tornam-se comprometidos e relacionados. Ao mesmo tempo em que dá ênfase à sua visão de homem e de mundo construídas historicamente. Essa visão de mundo está implicada em todo o processo de conhecimento do pesquisador, desde a concepção do objeto aos resultados de seu trabalho. No entanto, trilhar a carreira de pesquisador, exige do mesmo aprofundamento teórico acerca do objeto de estudo a partir de diferentes autores.

A partir da perspectiva de Prates (2003), entende-se a pesquisa como um processo e meio de intervenção na realidade social, que pode ser um instrumento articulador de reflexão crítica e de ação pedagógica profissional dos agentes envolvidos no processo. Quer-se, com este estudo, dar maior visibilidade à urgência de se pensar e viver numa sociedade voltada para uma nova ordem societária. Para percorrer esse caminho, a motivação surgiu a partir das palavras de Duarte (2002):

Uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes visitados. Nada de absolutamente original, portanto, mais um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação de conhecimento que são, aí sim, bastante pessoais (DUARTE, 2002, p. 140).

Nesse sentido, a escolha do objeto de estudo e do método de análise dos dados significa na visão de Prates (2005, p. 61), a forma que entendemos ser a melhor, a mais profunda, a mais completa”. A pesquisa na perspectiva do método dialético crítico, método pelo qual optamos e que possibilita estudar os fenômenos, vem garantir a explicação do particular no universal, que na concepção de Minayo (1994, p. 70), numa visão de totalidade “ao mesmo tempo em que vê a realidade objetiva como um todo coerente, compreende e analisa as partes do todo, formando conexões”. De acordo com Prates (2002), no enfoque dialético, algumas características são muito importantes como:

reconhecer o sujeito como uma unidade em processo;

reconhecer a importância do contexto social;

buscar conexões dos fatores contraditórios;

reconhecer a historicidade da realidade dos sujeitos pesquisados;

reconhecer a dimensão política da pesquisa social como construção coletiva.

Ao refletir sobre dialética, Konder (2000) expressa que ela é a arte de dialogar, de realizar argumentação capaz de definir e distinguir conceitos. É o modo de pensarmos e compreendermos as contradições da realidade e a realidade em si, contraditória e sempre em processo de transformação. Ao mesmo tempo, é a realidade objetiva que impõe as condições desta constante transformação. Segundo Abbagnano (2007), Engels criou três leis para a dialética:

- 1º Lei da conversão da quantidade em qualidade;

- 2º Lei da interpenetração dos opostos (garante a unidade e a continuidade da mudança);

- 3º lei da negação da negação (cada síntese é por sua vez a tese de uma nova antítese que dará lugar a uma nova síntese).

De acordo com Konder (2000), as leis da dialética são comuns à história humana. A primeira lei se refere ao processo de transformação que passa por períodos lentos e períodos de aceleração, portanto, as coisas não mudam sempre no mesmo ritmo. A segunda lei lembra que os fatos estão ligados entre si, se entrelaçam e que os acontecimentos não podem ser entendidos separadamente, é preciso fazer conexões. A terceira lei aponta que a afirmação traz a negação, ambas afirmação e negação ao serem superadas, geram uma nova síntese.

Nessa perspectiva, a dialética torna-se uma maneira de pensar e interpretar a realidade que tem sempre novos fatos, de forma que desafia o ser humano a transformar a quantidade dos fatos e qualidade dos mesmos. Para Chauí (2006, p. 247), fundamentada em Platão e Aristóteles, “a dialética é a única maneira pela qual podemos alcançar a realidade e a verdade, não pela eliminação dos contraditórios, mas compreendendo que o real e o verdadeiro nada mais são do que o movimento interno da contradição”. A opção pelo método dialético crítico se deu a partir da percepção de que ele possibilita analisar as relações entre os sujeitos pesquisados com seu contexto social. O capitalismo industrial, trouxe a implantação de um novo modelo de sociedade, que desde o seu surgimento já é fortemente criticado pelas suas contradições e principalmente pelas desigualdades sociais que traz consigo. Marx e Engels elaboraram uma nova concepção de sociedade que se chama de materialismo histórico e dialético. O materialismo afirma que a única causa das coisas é a matéria e materialistas são todas as pessoas que de uma forma ou de outra reconhecem a existência da matéria (corpo e movimento). O materialismo dialético é a filosofia oficial do comunismo, teoria dialética da realidade cujos princípios foram propostos por Marx e desenvolvidos por Engels e seguidos pelos filósofos do mundo comunista. É assim chamado porque sua maneira de

considerar os fenômenos e seu método de investigação e de conhecimento é dialético e sua teoria é materialista (ABBAGNANO, 2007).

No materialismo histórico, os sujeitos são entendidos e percebidos como seres sócio-históricos com capacidades de decifrar e interagir com o momento histórico em que vivem, o que pode levá-los a uma prática social a partir de um processo crítico.

O materialismo dialético olha a natureza como um conjunto de elementos ligados que dependem uns dos outros e condicionados reciprocamente. Ele olha a natureza como um estado de movimento constante e em transformação e considera o processo de desenvolvimento como algo que passa por mudanças quantitativas e mudanças qualitativas. Já o materialismo histórico pretende a explicação da história das sociedades humanas através dos fatos materiais. A sociedade é comparada a um edifício no qual as fundações (infra-estrutura) seriam representadas pelas forças econômicas e o edifício em si (super-estrutura) representaria as idéias, costumes, instituições (políticas, religiosas, jurídicas, educacionais...). Os princípios são fenômenos da vida social, pressuposto (defendido por Marx) segundo o qual a personalidade humana é constituída por relações de trabalho e de produção, de que o homem participa para prover suas necessidades (JOHNSON, 1997). A consciência do ser humano é resultado dessas relações e a história se configura como um processo total que avança em virtude das contradições.

Considera ainda que as particularidades da produção estejam sempre a transformar-se e a desenvolver-se e provoca modificação de todo o sistema social político. As transformações e o seu desenvolvimento começam sempre pela transformação e desenvolvimento das forças produtivas (JOHNSON, 1997). No materialismo dialético, a realidade existe independentemente da conscientização sobre ela, portanto, constitui-se uma concepção da realidade, uma vez que busca por sucessivas tentativas, explicações lógicas e racionais para os fenômenos da natureza e para os fenômenos e pensamentos humanos da sociedade (PRATES, 2002).

O materialismo histórico é uma possibilidade explicativa da realidade, forças produtivas e relações de produção representam a chave de leitura da análise da sociedade e configuram-se como o instrumento interpretativo de sua dinâmica. Ambas constituem, no conjunto, o modo de produção, dessa forma, é inevitável o choque entre elas. O mesmo ocorre nos níveis social, político, econômico e cultural que constituem o cerne e o centro estratégico da ciência marxista para a sociedade, de forma que a base material da sociedade é formada por forças produtivas e por relações de produção. Dessa forma, prevalece quase sempre a classe que consegue impor sua própria maneira de produzir e distribuir riqueza, bem como sua visão de mundo. Pode-se dizer que o capitalismo trouxe grandes problemas para nosso tempo, que são entre outros, a colonização da vida por parte do sistema político-econômico, as dimensões consumistas das relações sociais e a burocratização das condições de vida, desenvolvendo constantemente processos de desigualdades (JOHNSON, 1997).

Na perspectiva de Prates (2002), o materialismo histórico estuda as leis que caracterizam a vida da sociedade, supera a visão idealista e cronológica da história ressaltando a origem e força das idéias, das formações sócio-econômicas e das relações de produção existentes na sociedade. Na concepção de Frigotto (1994, p. 77), a dialética situa-se no plano da realidade, no plano histórico, sob a forma da trama das relações contraditórias, conflitantes de leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos”. A dialética identifica o sujeito como um ser histórico-social (Minayo, 1994), compreende estes sujeitos inseridos em uma dada realidade, na qual desenvolvem relações entre si em processos muitas vezes contraditórios, onde estão presentes aspectos sociais, culturais econômicos e políticos. Na dialética, as leis do pensamento correspondem às leis da realidade. A dialética é pensamento e realidade, realidade que é contraditória. Tudo é fruto de idéias e forças que na sua oposição geram a realidade concreta. No processo histórico, as contradições são geradas pelas lutas entre as diferentes classes sociais. Dessa forma, o movimento da história possui uma base material, econômica, e um movimento dialético. Conforme muda esta relação, mudam-se as leis, a cultura, a literatura, a educação (ABBAGNANO, 2007).

Nesse sentido, o método de pesquisa escolhido, permite que o pesquisador desenvolva seu trabalho com os olhos voltados para a história, com um olhar micro, relacionando com o macro, num movimento que vai do particular para o universal, em que os fenômenos são vistos não de forma isolada, mas intrinsecamente relacionados, pois no método dialético o ser social está em permanente movimento, que é dinamizado pelas contradições articulado ao processo histórico no conjunto da totalidade dos fatos. Dessa forma, a pesquisa qualitativa vinculada ao método dialético crítico,

trabalha no universo de significados, motivos, aspirações, valores e atitudes que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos, dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 21).

O método escolhido parte do real e tem como pressuposto básico os indivíduos concretos a partir de suas condições materiais e do desenvolvimento de suas atividades práticas que lhe dão ou não, condições de dignidade a partir da realização do trabalho. Tal método reconhece o sujeito como uma unidade em processo destaca a importância do contexto social como elemento determinante da história de vida dos sujeitos. Admite que não há neutralidade no modo de olhar do pesquisador e busca a conexão entre múltiplos fatores, não apenas nos dados isolados. O método dialético tem preocupação com o processo e intervenções na realidade social, pois tem a finalidade de transformar a realidade (PRATES, 2002, P. 14). Na perspectiva dialética, o método está vinculado à concepção de realidade. A postura do pesquisador constitui-se processo de apreender, revelar e expor o desenvolvimento, bem como a transformação dos fenômenos (FRIGOTTO, 1994).

Partindo da realidade dos sujeitos pesquisados, consideramos o todo concreto trabalhando com as categorias Contradição, Totalidade e Historicidade em nossa investigação. As mesmas são conceitos básicos que refletem aspectos essenciais da realidade e correspondem às condições de

cada tempo e lugar. Elas só adquirem consistência à medida em que são elaboradas a partir da relação com os contextos social, econômico, político e cultural historicamente determinados. É o contexto que possibilita que as categorias se mesquem com a realidade em movimento, portanto, as categorias possibilitam a compreensão e o entendimento do todo (CURY, 2000).

A categoria totalidade, segundo Cury (2000), pretende obter uma visão capaz de conectar de forma dialética um processo particular com outros processos sociais. Konder (2000) argumenta que o conhecimento é totalizante, e que qualquer objeto que possamos criar, faz parte de um todo, e que cada ação inevitavelmente se defronta com situações interligadas, de forma que se o ser humano não tem visão do todo, pode correr o risco de atribuir valor exagerado a uma verdade limitada. A realidade, nesta perspectiva, é sempre mais rica do que o conhecimento que temos dela e exige do ser humano visão de conjunto que nada mais é do que a totalidade dos fatos. A dialética, ao pensar o todo, não nega as partes, ela procura pensar e identificar as contradições existentes entre as partes como uma ligação entre elas.

Dessa forma, a totalidade implica olhar a realidade como um todo dialético constituído de partes em curso de desenvolvimento permitindo a ampliação do olhar de quem a analisa, no qual um fator qualquer pode vir a ser racionalmente compreendido.

Na perspectiva de Kosik (1989),

A compreensão da dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria mesmo na interação das partes (KOSIK, 1989, P. 42).

Ou ainda:

a totalidade e seu reconhecimento formam um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade (KOSIK, 1989, p. 41).

Nessa perspectiva, a totalidade pode ser entendida muito mais do que a reunião de todas as partes, mas uma articulação, conexão e integração de todas as partes e seus sentidos que formam o todo em constante movimento. Ainda na perspectiva de Kosik (1989), a totalidade pode ser considerada um todo estruturado, onde cada parte pode ser compreendida de forma racional. Prates (2003) argumenta que analisar um fenômeno à luz da categoria totalidade não significa exaurir todos os fatos, mas problematizá-los a partir da relação que um tem com os outros para melhor interpretar a realidade estudada.

A historicidade compreende uma relação dinâmica, em movimento entre a história de vida dos sujeitos e o contexto social em que se encontram, permitindo interpretações de fatos do presente que se justifiquem em acontecimentos do passado. Prates (2003) afirma que

Reconhecer a historicidade do homem e dos fenômenos sociais significa admitir que existem num determinado espaço, num determinado tempo, e que suas visões, instituições, leis são provisórias, mutáveis, transformáveis (PRATES, 2003, p. 193).

No entanto, a mesma autora argumenta que o reconhecimento da historicidade vai se concretizar no cotidiano do sujeito, pois é na dinâmica do cotidiano que o ser humano expressa o contexto de sua vida. É no cotidiano do sujeito que buscam-se elementos de pesquisa e identificam processos sociais, percebem realizações, construções, lutas, desilusões e trabalho humano.

Outra categoria importante do método escolhido é a contradição presente na perspectiva dialética, pois apresenta-se como uma relação de exclusão, que se dá na definição de um elemento pelo que ele não é (PRATES, 2003), reação de exclusão e negação que faz surgir tensões e conflitos. Cury (2000) fundamenta que a “tensão entre o já sido e o ainda-não é que possibilita

o surgimento e a implantação do novo, pois penetra no processo do começo ao fim o desenvolvimento de todas as coisas” (CURY 2000, p. 30).

A contradição é uma categoria que trabalha com os opostos em conflito, mas não numa relação de exclusão e sim numa negação inclusiva, que “para seu desvendamento não basta refletir, mas a partir da análise dialética ultrapassa a reflexão crítica e estabelece mediações com a totalidade” (PRATES, 2002, p. 16-17). Segundo Cury (2000, p. 37), está relacionada ao movimento sempre em processo, presente com suas contradições na realidade que conduz às formas de superação da mesma que muitas vezes se apresenta de forma perversa. Sendo destruidora, a contradição também é criadora, pois desafia à superação, a consciência da contradição e é princípio explicativo da realidade. Prates (2003) se vale este autor para suas considerações.

As bases do método dialético, escolhido como método de investigação são apresentadas por Kosik (1989) como

minuciosa apropriação da matéria, pleno domínio do material, nele incluídos todos os detalhes históricos aplicáveis, disponíveis; análise de cada forma de desenvolvimento do próprio material; investigação da coerência interna, isto é, determinação da unidade das várias formas de desenvolvimento (KOSIK, 1989, p. 31).

Dessa forma, a dialética considera todas as coisas, pois tudo está em contínua transformação, e por estar em transformação as coisas jamais estão estabelecidas de forma definitiva, nada se esgota. A transformação por sua vez se dá num processo de eterna repetição. Ao contrário, as transformações a partir do elemento quantitativo, podem se dar de forma qualitativa, pois o processo de transformação gradativamente transforma quantidade em qualidade (GADOTTI, 1983). A dialética então, na concepção de Frigotto (1994, p. 75), a partir da realidade, situa-se “no plano histórico, sob a forma das relações contraditórias, conflitantes, de leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos”.

Os aspectos que compõem a base do método dialético exigem do pesquisador domínio do processo de investigação. Kosik (1989) vem afirmar que sem esse domínio necessário, a dialética torna-se apenas mais uma forma de especulação. Através do método dialético, o objeto do estudo deve apresentar-se aos sujeitos de uma forma que os mesmos o compreendam. Dessa forma, é necessário fazer sucessivas aproximações e, para se chegar à totalidade do fenômeno estudado, as partes devem ser analisadas considerando os processos de contradições a partir da historicidade do objeto em estudo.

3.2 Tipo de pesquisa

A pesquisa qualitativa se apresenta como nossa perspectiva metodológica. Ela se preocupa com uma realidade que não pode ser quantificada e trabalha no universo dos significados. Dessa forma, entende-se que ela possibilita melhor compreensão das questões que envolvem o Projeto Ético-Político do Serviço Social e a Cultura de Paz.

A pesquisa qualitativa está fundamentada nas representações, ações e interpretações dos sujeitos pesquisados em relação ao seu meio e à temática em foco. Dessa forma, a mesma requer contato direto com o objeto estudado, o que não se constrói apenas por meio de um referencial bibliográfico, mas também a partir de um conjunto de conhecimento prático sobre ele. Realizar uma pesquisa sobre determinada temática sem conhecê-la por meio da experiência prática, deixa lacunas que impedem o conhecimento íntimo com a temática em foco.

Dando ênfase ao aspecto qualitativo, trabalha-se com a experiência social dos sujeitos expressa em seu cotidiano, como modo de vida, atribuição de significados, valores, sentimentos, linguagem, representações e práticas sociais (PRATES, 2002, p. 19). Entende-se que a prática social não existe sem

os componentes da dimensão política, pois quanto maior for a explicitação dessa dimensão, maior será a efetividade da prática política. Não há pesquisa qualitativa que se realize distante de uma opção política, uma vez que ela é plena de intencionalidades uma vez que tem objetivos claramente definidos. No entanto, pode-se dizer que o construtor da prática não é apenas o profissional que a realiza, mas todos os participantes do processo, ou seja, o conjunto dos sujeitos que dão vida e concretude à prática. A prática não pode ser pensada como exclusividade, mas como forma de aproximação com o objeto em estudo, para posterior construção de mediações.

A pesquisa carrega em si a possibilidade de ser alimentadora da construção da prática social, uma vez que produzir práticas sociais tem dimensão coletiva, é necessário dialogar com saberes múltiplos. A pesquisa qualitativa tem sentido social, portanto, não se realiza apenas com o pesquisador, sendo ela de caráter coletivo e com sentido social, deve sempre retornar aos sujeitos. A pesquisa qualitativa trabalha com significado de vivências, pois é um exercício político (MARTINELLI, 1994).

Na perspectiva de Martinelli (1994), fundamentada em Triviños, a pesquisa qualitativa apresenta características básicas como a fonte direta de informações é considerada a partir do ambiente natural; ela abrange os processos, os resultados são produtos e o significado dos fatos a preocupação essencial. Ao mesmo tempo, a metodologia qualitativa possibilita também encontrar novas possibilidades e reflexões acerca do objeto em estudo no sentido de poder avaliar e ou confirmar de forma pública as alternativas vindas a partir da pesquisa. Optou-se pela pesquisa qualitativa, pois esta apresenta-se como possibilidade para conhecer os sujeitos, que segundo Martinelli (1994, p. 07), implica “escutar, ouvir, após reconhecer que conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento de sua experiência social”. Martinelli (1994) reforça a necessidade de o pesquisador estar em contato com os sujeitos pesquisados, priorizando os fatos próximos desses sujeitos e as repercussões daqueles em suas vidas. A pesquisa qualitativa enfoca o subjetivo, no qual os dados vindos de determinada realidade aprofundam e dão sentido ao estudo. Tem por objetivo dar visibilidade ao que os participantes pensam sobre o que

está sendo pesquisado. Dessa forma, algumas considerações são importantes no que se refere à pesquisa qualitativa, como o seu caráter inovador, a sua dimensão política com construção coletiva e sendo um exercício político, não se coloca de forma excludente, mas se realiza por meio da complementaridade (MARTINELLI, 1994).

O presente estudo tem a pretensão de contribuir com a construção do conhecimento referente à Cultura de Paz, seu processo histórico, a busca da sociedade para concretizá-la, as possibilidades e os limites para sua materialização, assim como do Projeto Ético-Político do Serviço Social, suas interfaces e contribuições na construção da Cultura de Paz. Pois a aquisição do conhecimento nos coloca um dever ético de transmiti-lo às outras pessoas bem como adotar postura crítica a partir do momento em que o adquirimos. Ao mesmo tempo em que nos desafia à responsabilidade por nossas crenças, ou seja, naquilo em que acreditamos e por isso lutamos, mas sem tomar para nós crenças que são dos outros. Para tanto, essa postura exige de nós a postura necessária do diálogo em que as informações se complementam e se transformam.

Esse estudo busca na realidade social “o próprio dinamismo individual e coletivo com toda riqueza de significados” (MINAYO, 2001, p. 22). Na pesquisa qualitativa, não é relevante a quantidade dos sujeitos entrevistados, mas os significados construídos nos espaços das relações estabelecidas (MINAYO, 1994).

Trabalhou-se com a pesquisa qualitativa, e compartilha-se da posição de Duarte (2002) quando refere que a definição dos critérios de seleção dos sujeitos da pesquisa constitui-se algo primordial na investigação do estudo, pelo fato de que essa definição interfere na qualidade das informações.

3.3 Sujeitos da Pesquisa

Para alcançar respostas ao problema e às questões norteadoras, trabalhou-se com diversos sujeitos, considerando como critérios de inclusão:

- Informantes-chave de núcleos de estudos de paz existentes no Brasil (Universidade Nacional de Brasília- UNB, Universidade Cândido Mendes - RJ, e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul- PUCRS).
 - Informantes-chave de instituições governamentais e não governamentais que trabalham na perspectiva da educação e Cultura de Paz:
 - Instituto Sou da Paz;
 - Instituto Nacional de Educação para a Paz e para os Direitos Humanos – INPAZ;
 - Educadores para a Paz – EDUCAPAZ;
 - Programa Abrindo Espaço: Educação e Cultura de Paz – UNESCO;
- Palas Athenas, SERPAZ e BRAHMA KUMARIS

Todas as instituições foram contatadas, das sete instituições, três responderam ao questionário, são elas:

- Educadores para a Paz – EDUCAPAZ;
- Programa Abrindo Espaço: Educação e Cultura de Paz – UNESCO;
- Palas Athenas.

Foram contatados também, estudiosos da Cultura de Paz da Argentina, Uruguai e Estados Unidos.

- Assistentes Sociais que desenvolvem processos de trabalho na perspectiva da Cultura da Paz.

Os dados destas instituições estão agregados aos demais dados visando a desidentificação dos sujeitos.

O universo da pesquisa previa 30 sujeitos, no final da coleta de dados, obteve-se a participação de 23 sujeitos na coleta de dados. Foi utilizado para escolha dos sujeitos, amostra intencional. No que se refere aos critérios para a seleção dos assistentes sociais do estudo foram:

- Assistentes sociais que atuam em diferentes espaços sócio-ocupacionais (ONGs, docência, educação, saúde, assistência);
- Que tenham pelo menos um ano de formação;
- Que atuam e/ou atuaram em projetos de prevenção à violência, em suas múltiplas expressões.

Quanto aos Informantes-Chave, procurou-se profissionais de importantes instituições que trabalham na área de prevenção da violência e promoção da Cultura de Paz.

Responderam ao questionário ao todo oito Assistentes Sociais, informantes-chave de três instituições que trabalham na promoção e construção da Cultura da Paz, um representante do Uruguai e 11 representantes do Grupo de estudos da Paz/GEPAZ.

A simbologia utilizada para a diferenciação dos sujeitos da pesquisa é: S para sujeito Assistente Social, S.GF para sujeitos do grupo focal, S.I para sujeitos informantes-chave das instituições e S.AL para sujeito representante de País da América Latina.

O universo da pesquisa previa 30 sujeitos, no final da coleta de dados, obteve-se a participação de 23 sujeitos. Utilizou-se para escolha dos sujeitos, amostra intencional. No que se refere à representação do Serviço Social, procurou-se Assistentes Sociais que atuam ou atuaram na prevenção da violência. Quanto aos Informantes-Chave, procurou-se profissionais de importantes instituições que trabalham na área de prevenção da violência e promoção da Cultura de Paz.

A aproximação com o universo dos sujeitos da pesquisa se deu primeiramente a partir do convite on-line aos membros do Grupo de Estudos de Paz/GEPAZ e posteriormente, um contato pessoal por ocasião da realização do grupo focal. Com os outros sujeitos, o contato foi por telefone com alguns e posteriormente on-line com o objetivo de realizar convite para participação na pesquisa. Num outro momento, a partir da disposição dos sujeitos, foi

encaminhado um instrumento em forma de questionário, juntamente com o termo de consentimento livre e esclarecido.

O projeto elaborado para a realização da pesquisa foi anteriormente encaminhado à aprovação da Comissão Científica da Faculdade de Serviço Social e posteriormente encaminhado ao Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica e após aprovado. A data de entrada do projeto de pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade foi 05/11/2008, o número do protocolo é 08/04434, aprovado em 12/12/2008. Posteriormente à aprovação, foi-se a campo realizar a coleta de dados. Igualmente foi elaborado e apresentado aos sujeitos da pesquisa um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual constavam os objetivos da pesquisa sendo posteriormente lido, analisado e assinado pelos participantes da pesquisa.

3.4 Grupo focal

Utilizamos também a técnica de Grupo Focal com o Grupo de estudos de Paz/GEPAZ, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS. Este instrumento de coleta de dados distingue-se por ser um recolhimento de experiências diversas. Grupo focal é uma modalidade específica de grupo, onde os membros são selecionados por suas características comuns e tem por objetivo conhecer as percepções dos sujeitos pesquisados. Consiste em explorar um tópico com um grupo de pessoas, para captar as diferentes visões sobre a temática a ser trabalhada e suas representações sociais do cotidiano desse grupo. O grupo focal é definido como

[..] uma técnica de investigação qualitativa utilizada para buscar as respostas aos "porquês" dos comportamentos sociais, considerando o vocabulário de motivo dos participantes do grupo. É uma fonte de informação largamente utilizada quando se procura entender as atitudes, idéias, crenças e valores de uma comunidade. Essa técnica oferece informações às necessidades de uma avaliação de maneira rigorosa e científica, permitindo entender os processos de construção da realidade cultural de membros de grupos específicos, que são representativos da população estudada (ABRAMOVAY 2001, p.30)

O grupo focal constitui-se em uma forma de investigação do objeto que se propõe a estudar. Em sua tradição, caracteriza-se como uma técnica de entrevista coletiva, e o fundamental para que a técnica seja bem sucedida é a existência e manutenção do foco. Ele propicia avançar na temática pesquisada, a partir do que é explícito pelos participantes, em direção a aspectos implícitos do que se está estudando. Entre suas vantagens encontra-se a possibilidade de obter informações sobre a percepção dos sujeitos com respostas abertas; os entrevistados falam e dividem opiniões, crenças e valores. Permite coletar em profundidade e em pouco tempo, informações importantes qualitativas, a serem utilizadas para avaliações rápidas. O grupo focal também carrega algumas limitações como as respostas dos participantes que podem ser influenciadas por outras respostas, e essas respostas não podem ser generalizadas para toda a sociedade (ABRAMOVAY e RUA, 2004).

Para Minayo (2001), sua aplicação se dá em uma ou mais sessões em grupos de 6 a 12 componentes, com um animador que faz intervenções no decorrer das discussões. O papel desse animador não se restringe meramente ao aspecto técnico. A relevância de sua atuação está na capacidade de interação com o grupo e de coordenação da discussão. A seleção dos participantes ocorre a partir de grupos com opiniões e idéias voltadas para o interesse da pesquisa.

Gaskel (2002, p. 76) fundamenta a metodologia de grupo focal como:

[...] uma sinergia que emerge da interação social. Em outras palavras, o grupo focal é mais do que a soma das partes. É possível observar o processo do grupo, a dinâmica da atitude e da mudança de opinião e a liderança de opinião. Em um grupo pode haver um nível de envolvimento que raramente é visto em entrevistas a dois.

No que se refere ao grupo focal realizado, foi articulado um grupo de oito participantes do Grupo de Estudos de Paz/GEPAZ interdisciplinar, que se reúne quinzenalmente nas dependências da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS, mas para surpresa da

pesquisadora, vieram onze membros do grupo. Os três membros que vieram por conta, manifestaram que entendiam a pesquisa como algo muito importante na caminhada da construção da Cultura de Paz no Brasil e que gostariam muito de participar, solicitando verbalmente a permissão para fazer parte desse momento, que foi concedida pela pesquisadora. O Grupo de estudos de Paz é devidamente cadastrado no CNPq e certificado pela instituição em 2005 (Anexo 4).

Como procedimento foi informado aos participantes voluntários do que se trataria o encontro. Foi realizada a leitura do termo de consentimento informado livre e esclarecido (Anexo 2), anteriormente aprovado pela Comissão Científica da Faculdade de Serviço Social da PUCRS da qual a pesquisadora faz parte, através do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social-Doutorado, assim como aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (Anexo 1) da mesma universidade e posteriormente assinado pelos participantes do encontro.

Victoria, Kanawth e Hassem (2000) forneceu orientações práticas para a realização do grupo focal, que foram seguidas pela pesquisadora. Segundo a autora, a técnica se divide em três fases.

A 1ª das fases se refere à organização, a qual destaca-se o que foi realizado:

1- Contato com a coordenação do GEPAZ para permissão da realização do grupo focal;

2- Contato com os participantes do GEPAZ via on-line enviando convite para participação e estipulando o número de participantes;

3- Preparação das questões norteadoras do grupo focal;

4- Organização do material a ser utilizado: gravador e termo de consentimento livre e esclarecido;

A 2ª fase a qual a autora se refere, se deu na realização propriamente dita do encontro:

- 1-Acolhida dos participantes;
- 2- Informação sobre os objetivos do encontro;
- 3-Abertura para os participantes fazerem perguntas, questionamentos e esclarecimento de dúvidas;
- 4-Realização do grupo focal com duração aproximada de 60 minutos aproximadamente;
- 5- Agradecimentos e informações quanto à devolução dos resultados da pesquisa.

A 3ª fase que constitui-se na mais desafiadora, deu-se a partir de:

- 1-Transcrição da fita;
- 2-Categorização e codificação dos dados;
- 3-Análise do material a partir do referencial teórico da análise de conteúdo de Bardin (1977).

A preocupação ocorreu com a busca de dados qualitativos, pois tinha-se interesse nas vivências desses sujeitos sociais frente à temática em foco. Na perspectiva de garantir a fidedignidade da fala dos sujeitos, as falas do grupo focal foram gravadas, com o devido consentimento informado e, posteriormente, transcritas para análise.

3.5 Procedimentos para Análise dos Dados

O produto final de uma pesquisa se dá a partir do aprimoramento dos dados ainda na fase da sistematização. É o aprimoramento que permite chegar às conclusões da relação entre o que se pesquisou e as teorias previstas pelo pesquisador. Ou seja, a apresentação das questões norteadoras da pesquisa e

sua confirmação ou não com a pesquisa empírica. Dessa forma, os dados vão sendo apresentados e ao mesmo tempo discutidos, pois a principal finalidade de uma pesquisa é identificar fenômenos, entendê-los e explicá-los (VICTORA, KANAWTH e HASEM, 2000).

Minayo (2001) aponta três finalidades na fase da análise dos dados:

- 1- estabelecer compreensão dos dados coletados;
- 2- confirmar ou não os pressupostos da pesquisa;
- 3- responder aos objetivos e ampliar conhecimentos sobre a temática em foco.

Com o término do trabalho de campo e de posse do material obtido nos questionários e falas do grupo focal, foi feita a organização dos dados e sua representação e descrições em tabelas para posterior interpretação e análise de conteúdo. A partir da retomada das questões norteadoras e dos objetivos da pesquisa, realizamos a leitura flutuante e exaustiva do material coletado, no intuito de tomar contato com os dados, descobrir orientações para a análise a partir do registro das impressões obtidas nesse primeiro momento.

A análise de conteúdo se desenvolve em três fases que são a pré-análise, nesta, faz-se a leitura flutuante⁵, exploração do material e tratamento dos dados, inferência e interpretação (BARDIN, 1977). A análise de conteúdo deve ultrapassar o senso comum na interpretação. Nesse sentido, o pesquisador deve ser vigilante consigo mesmo e com o processo.

A partir dos pressupostos básicos de pesquisa, tem-se a clareza de que não se podem admitir visões isoladas, estas devem ser relacionadas com o contexto social, com o objetivo de desvelar ideologias que podem existir nos

⁵ “Leitura flutuante é a primeira atividade e consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações” (Bardin, 1977).

dispositivos legais, princípios, diretrizes que à primeira vista não se apresentam com a devida clareza (TRIVIÑOS, 1997).

Tal sistematização teve por objetivo estabelecer diferentes olhares diante de um mesmo fato social norteados por uma intencionalidade. Frente à riqueza das informações e para buscar articulação entre as falas e extratos do questionário, fizemos uso da proposta metodológica da análise de conteúdo que é definida por Bardin (1977, p. 42) como

Um conjunto de técnicas de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Ao mesmo tempo, na concepção de Triviños (1997), a análise de conteúdo pode servir de auxílio para o pesquisador como um instrumento de maior profundidade e complexidade, como é o caso do método dialético crítico. Especificamente nesse caso, a análise de conteúdo forma parte de uma visão mais ampla fundamentada nas características da dialética.

A análise de conteúdo é uma técnica de investigação pela qual se sistematiza, a partir do processo de categorização, o conteúdo obtido na coleta de dados. Bardin (1977) refere que a análise de conteúdo tem um rigor que é marcado pelo aspecto da comunicação a partir de diferentes formas, e o tratamento descritivo desse processo constitui um dos primeiros procedimentos. Essa técnica é entendida como um procedimento que pode privilegiar o processo de análise, passando da mera descrição para a interpretação do conteúdo. Fazem parte desse processo várias etapas que constituíram o “corpus”⁶. Entende-se que a metodologia de intervenção testada e selecionada pelo projeto é adequada para compreensão da relação da Cultura de Paz com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

⁶ “Corpus é o conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (BARDIN, 1977).

Para a realização da análise de conteúdo conforme Bardin (1977), retirou-se extratos do material selecionado para análise, fazendo a codificação com o objetivo de que esta pudesse permitir a representação do conteúdo. A metodologia da autora constitui em destacar da fonte de informações, passagens significativas que estão relacionadas com o objeto em estudo. Esse material é selecionado e categorizado, o que leva a uma estruturação para que seja a partir disso, construída uma relação com a fundamentação teórica. Esse processo de fundamentos teóricos estão presentes os elementos básicos para uma análise de conteúdo que contém unitarização, categorização, descrição e interpretação.

O passo seguinte foi da leitura dessas unidades de registro, procurando proximidade de uma unidade à outra, fazendo agrupamentos e formando conjunto de unidades de forma codificada, constituindo-se a categoria inicial que desdobrou-se em categorias finais. No desenvolvimento do processo de categorização, algumas se aproximam a partir de seus significados e essas novas categorias formadas a partir das categorias iniciais são denominadas de categorias intermediárias, recategorizando-as, encontram-se as categorias finais. O passo posterior foi a interpretação, que se constitui como algo imprescindível nesse tipo de metodologia. A interpretação, entendida como o momento inferencial, consiste em explicar novas compreensões acerca do fenômeno estudado, possibilitadas pelo conjunto de categorias construídas (MORAES, 1998).

No que se refere à pesquisa, foi utilizada a análise de conteúdo das mensagens expressas verbalmente pelos membros do grupo focal e as descritas nos questionário respondido pelos participantes da pesquisa. Essas mensagens foram divididas em eixos temáticos que posteriormente se transformaram em categorias finais da análise: Cultura de Paz, Projeto Ético-Político do Serviço Social, possibilidades e limites, e ações.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: CONSTRUINDO UMA CULTURA DE PAZ: DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

O assistente social é um profissional que intervém na realidade social, por seu processo de trabalho há a perspectiva da construção de um projeto societário que se contrapõe ao do neoliberalismo. Para tanto, ele é movido pelo Projeto Ético-Político da profissão que, a partir de nosso olhar, tem uma interface significativa com a Cultura de Paz e não violência.

A profissão do Serviço Social é fundamentada por Iamamoto (2002), como “fruto dos agentes que a ela se dedicam em seu protagonismo individual e coletivo”. A questão Social, grande desafio da sociedade contemporânea, e objeto de trabalho dos profissionais do Serviço Social, manifestou-se a partir do processo de industrialização advindo com o capitalismo no século XIX. Associa-se à luta da classe trabalhadora que vivia submetida à imensa pobreza e reivindicava proteção social legal. É constituída de fatores estruturais, contém ações conscientes dos sujeitos que vivenciam esse processo e querem mudar sua história. É produto das relações contraditórias entre capital e trabalho historicamente problematizado, bem como articula estrutura e sujeitos (PEREIRA, 2004). Revela-se como produção ampliada da riqueza e das desigualdades sociais, fazendo crescer a pobreza relacionada à concentração e centralização do capital (IAMAMOTO, 2008).

No Brasil, ao afirmar-se a hegemonia do capital industrial, emerge a Questão Social, tornando-se justificável o Serviço Social como uma profissão especializada, parte da divisão social e técnica do trabalho. Segundo Iamamoto (2002), a Questão Social expressa-se como parte do processo de formação e desenvolvimento da classe trabalhadora e manifesta-se no cotidiano da vida social em constante contradição entre proletariado e burguesia. Iamamoto (2008), ao retomar a história brasileira, argumenta que suas marcas são persistentes ainda que atualizadas, pois o novo surge pela mediação do

passado que é transformado e recriado a partir dos processos sociais. Os processos de desigualdades afetam a economia, a política e a cultura de nosso país. A Questão Social encontra-se desagregada do capitalismo e das configurações apresentadas a partir de sua expansão monopolista, uma vez que “sua gênese deriva da dimensão coletiva da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – e das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos” (IAMAMOTO, 2008, p. 156). Dessa forma, a Questão Social condensa o conjunto das desigualdades sociais, bem como o conjunto das lutas sociais. Em suas configurações, estão determinantes históricos que condicionam a vida, a história, o modo e as condições de vida das pessoas. Seu conjunto expressa não apenas desigualdades, mas também lutas políticas e sociais por projetos societários que derivam de interesses distintos dos que os disputam. Nesse contexto, encontra-se a classe trabalhadora dos Assistentes Sociais que atua numa tensão permanente entre produção e reprodução das desigualdades e produção das formas de resistência.

Desde os primórdios da profissão, o Serviço Social atua frente às expressões da Questão Social presentes na ordem social contemporânea a partir de uma intencionalidade. Assim, a competência dos profissionais a partir do conhecimento teórico-metodológico e ético-político possibilita que os mesmos decifrem os significados da realidade que se apresenta (CFESS, 2002). As bases teóricas do Projeto Ético-Político do Serviço Social, estão centradas na tradição marxista, o que não impossibilita a ausência de diálogo com outras matrizes do conhecimento, importa sim, que as respostas ao objeto da profissão sejam criativas e competentes (YASBEK, 1999).

Para Iamamoto (2002,p.18), “ a profissão do Serviço Social se configura e se recria no âmbito das relações entre Estado e sociedade, fruto de determinantes macro-sociais que estabelecem limites e possibilidades ao exercício profissional”. No entanto, a profissão é também, segundo a mesma autora, “fruto dos agentes que a ela se dedicam em seu protagonismo individual e coletivo”. A prática do Serviço Social é mediada pelo processo de trabalho que particulariza a inserção da profissão nas diversas realidades em

que atua, demandas postas como desafios à profissão. Iamamoto (2002) defende que o projeto profissional deve ser articulado a partir de condições macro-societárias e das respostas dos agentes profissionais. Ele torna-se um guia efetivo para nossa ação profissional e consolidá-lo vem sendo um grande desafio para a categoria profissional. Tem suas raízes nas forças sociais e se fundamenta nas condições reais em que se materializa a profissão. Atualmente, a violência nas suas mais diferentes expressões, principalmente nas expressões econômica e bélica, tem ameaçado a soberania e a sobrevivência da população mundial.

Mas, o Serviço Social a partir do Código de Ética de 1993 estabeleceu direitos e deveres do Assistente Social, seguindo princípios humanistas que vem guiando o exercício cotidiano da ação profissional, reconhecendo a liberdade como valor central, a defesa intransigente dos direitos humanos, a defesa, o aprofundamento e a consolidação da cidadania e da democracia, o posicionamento a favor da equidade e da justiça social, o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, a garantia do pluralismo e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados. O Serviço Social tem um projeto que aposta no avanço da democracia que se fundamenta nos princípios da participação e do controle popular, da universalização dos direitos na perspectiva da equidade (IAMAMOTO, 2002).

Temos um projeto profissional que traduz

Uma posição dos Assistentes Sociais na recusa dos processos de desigualdades institucionalizadas e que se condensam nas mais variadas formas de exclusão, arbítrio, autoritarismo e preconceito da sociedade liberal contemporânea” (AGUINSKY, 2002, p. 87).

Na perspectiva de uma nova ordem societária, os Assistentes Sociais são desafiados a tecer respostas profissionais que materializem seu projeto profissional explicitado nos três documentos básicos da profissão⁷,

⁷ Lei de regulamentação da profissão, Código de Ética e Diretrizes Curriculares (IAMAMOTO, 2002).

reconhecendo a centralidade da ética. Temos como objeto da profissão, a Questão Social, presente nas múltiplas expressões de desigualdades Sociais, e é no enfrentamento da Questão Social, através da implementação da Cultura de Paz, que se percebe a perspectiva de uma nova sociedade que queremos (OLIVEIRA, 2007).

A coleta de dados, como já foi esclarecido no capítulo que se refere à metodologia, se deu por meio da aplicação de um questionário enviado por email aos Assistentes Sociais e aos Informantes chaves, por meio de um grupo focal. A realização do grupo focal foi bastante tranqüila, uma vez que vieram mais participantes do que o combinado. Entende-se isso como um fator positivo, o que demonstra interesse do grupo em colaborar com a discussão sobre a temática. Para a resposta do questionário, realizamos diversos contatos com alguns dos selecionados; alguns que não responderam logo no primeiro contato, alegaram problemas de saúde na família e uma outra alegou intenso processo de estudo no doutorado. Alguns posteriormente responderam e enviaram. Apenas dois dos dez participantes Assistentes Sociais não deram retorno.

Com relação às cinco instituições previstas para a participação na coleta, apenas três responderam ao questionário. As falas dos participantes são apresentadas pela letra S (dos que responderam ao questionário) com significado da palavra sujeito, e GF. S, significando os sujeitos do grupo focal e S. I, significando os sujeitos das instituições, todos seguidos do número que corresponde à ordem de entrada dos mesmos no estudo. Todos os sujeitos atuam ou já atuaram de uma forma ou de outra na perspectiva da educação para a paz, ou para a Cultura de Paz, o que valoriza as informações e experiência dos mesmos no que se refere à temática.

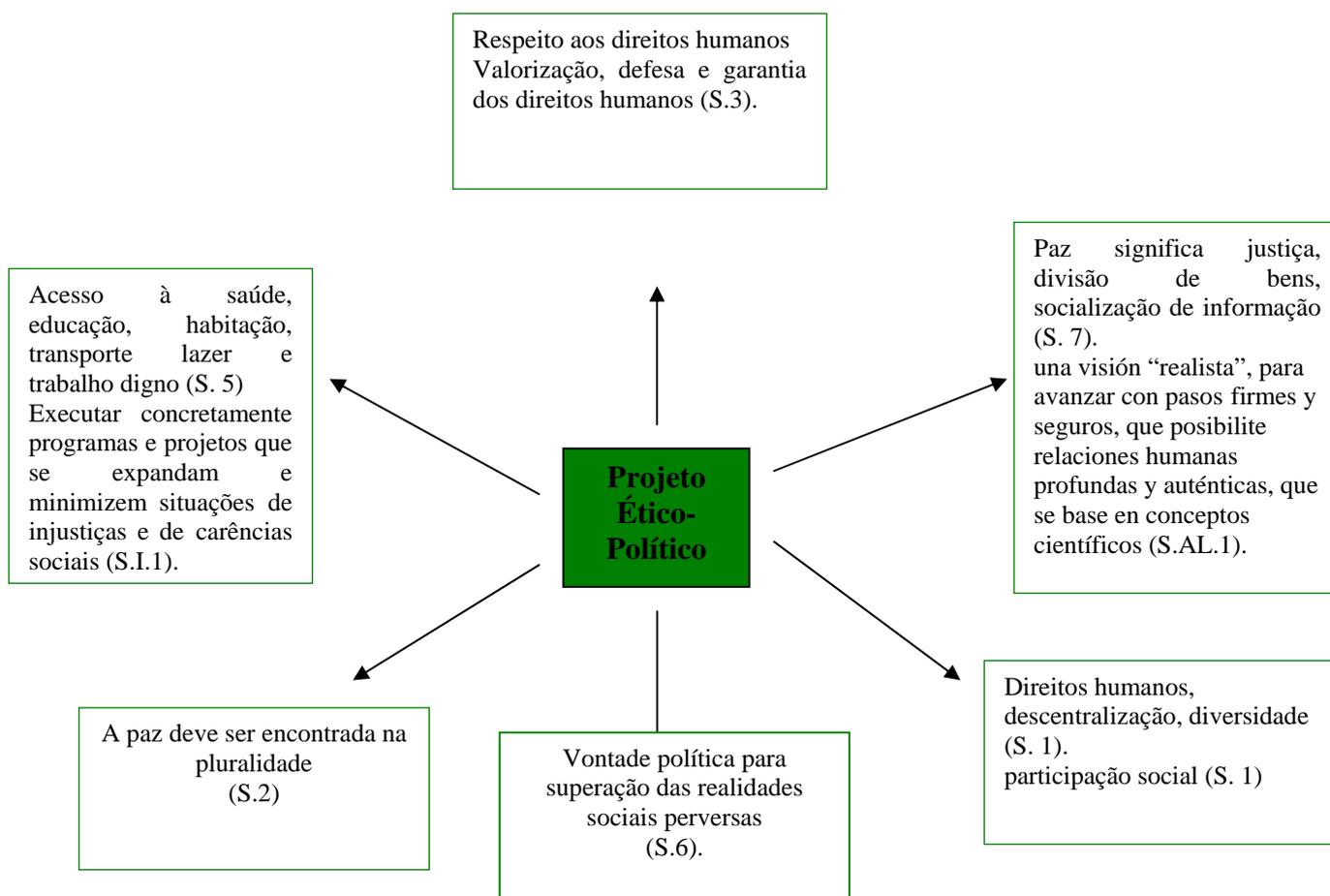
As categorias foram construídas a partir da leitura e re-leitura do material por sucessivas vezes, como forma de apropriação dos significados dos dados, observando preferencialmente as falas que são pertinentes ao conteúdo do estudo e aos objetivos que se visa atingir com o mesmo. Optamos como forma de dar maior visibilidade às categorias de análise, apresentar em mapas,

algumas expressões que dão ênfase às categorias. Aqui estão agrupadas falas que se referem ao:

4.1 Projeto Ético-Político

As falas dos sujeitos pesquisados apontam a relação da Cultura de Paz com o projeto ético político da profissão quando se referem a:

Figura 14: Projeto Ético-Político



A particularidade do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo está vinculada às configurações da questão social e às formas históricas de seu enfrentamento. O Assistente Social convive diariamente com as mais expressivas manifestações dramáticas desde o nível individual ao nível coletivo dos sujeitos sociais, expressões essas que demandam da sociedade uma nova cultura. É nessa perspectiva que caminham as diretrizes curriculares, tomando a questão social como eixo fundamental dos cursos de Serviço Social, assumindo caminho teórico-metodológico e ético-político a partir da apreensão das particularidades das demandas surgidas na dinâmica da realidade com respostas profissionais concretas.

As falas dos sujeitos apontam a direção societária por onde tem caminhado e para onde quer chegar o Serviço Social, por meio de seu projeto profissional:

Acho que o direito deve ser a iluminação dos que procuram a paz. A Cultura de Paz deve ser uma matriz, diante dessa nova matriz o Serviço Social vai pensar o Serviço Social, a educação vai pensar a educação, a religião vai pensar a religião, então, uma nova matriz geradora, mas nós estamos nascendo (GF. S. 3).

Também se percebe a direção social do Serviço Social e da Cultura de Paz e ao mesmo tempo a interface entre os dois, a partir do referencial teórico utilizado pelos Assistentes Sociais participantes da pesquisa, no desenvolvimento de seus processos de trabalho, que entre outros se expressam:

Faleiros, Barembliks ,Código de Ética do Assistente Social, Paulo Freire, Agenda 21, Kerne Francisco,Grossi Patrícia (S. 4).

Pautada no Código de Ética profissional, Projeto Ético-Político do Serviço Social e na legislação vigente que se refere a profissão. Muito ligada a referenciais da Justiça Restaurativa que está intimamente

articulada a Cultura de Paz, pois, trabalha na perspectiva de novos valores (S. 3).

Chris Marshall, Leoberto Brancher, Kay Pranis, Howard Zher, Nelnie Lorenzoni, Estatuto da Criança e do Adolescente, Paulo Freire, UNESCO, Educadores para a Paz (S.5).

Direitos humanos, diversidade, descentralização, universalização, participação social, aplicado a luz das lições aprendidas de experiências de sucesso e de insucesso: Nova York, Bogotá, Guayaquil, Espaço Criança Esperança do Pavãozinho, ONG Sou da Paz, Afro reggae, Projeto Axé, Polícia Estadual de Minas Gerais, Município de Diadema, Projeto de Justiça Restaurativa, etc (S. 2).

Código de Ética do Assistente Social de 1993. Faleiros Vicente P. Manifesto pela Paz de 2000, da UNESCO. Freire, Paulo. Gadotti, Moacir. Laraia, Roque de Barros. Sachs, Ignacy. Sanches, Solange. YASBEK, M. Carmelita (S.1).

No meu trabalho enquanto Assistente Social procuro seguir as prerrogativas do Código de Ética e o referencial estabelecido. Além disso, procuro ver em cada um, tanto usuário, colega ou qualquer pessoa como um irmão que precisa e merece ser amado e respeitado. Acredito que este modo de ver o outro ultrapassa o Código de Ética, pois na medida que tu vês o outro como igual a ti, um irmão, ele passa ser caro para ti. Portanto, faço o possível para compreender, encaminhar e buscar alternativas para solucionar os problemas. (S. 7).

Meu trabalho tem como referenciais teóricos, especificamente no caso da Cultura de Paz, a vasta produção da UNESCO nesse campo, as influências e lições de Mahatma Gandhi e sua filosofia da "ahimsa"- não violência- o trabalho da Palas Athena, liderado por Lia Diskin (S. I. 2).

Assim como na esfera da vida social, também no Serviço Social o compromisso da profissão com uma nova ordem societária, pode ser estimulado e adquirido na formação, tendo em vista que é no processo de formação profissional que se adquire elementos de competência profissional, através dos núcleos de fundamentação: fundamentos teórico-metodológicos, fundamentos da formação sócio-histórica e fundamentos do trabalho profissional. Já no processo de formação acadêmica é importante a articulação dos profissionais com a luta da classe trabalhadora.

O mercado de trabalho existente tem acenado para o Serviço Social diferenciadas possibilidades de trabalho, cabendo aos assistentes sociais aproveitá-las, sob pena de perdê-las. Os espaços de trabalho, onde os profissionais do Serviço Social desenvolvem sua prática profissional, se

apresentam na maioria das vezes como espaços privilegiados para promoção, desenvolvimento e fortalecimento da Cultura de Paz, pois a Cultura de Paz, na perspectiva da paz positiva se apresenta na perspectiva dos direitos humanos e da justiça social, conforme expressam os sujeitos pesquisados:

uma Cultura de Paz que todos tem com a vida, respeito à dignidade humana, então eu entendo que, se não tivesse respeito, é, respeito aos direitos humanos, que é o de nós estarmos aqui civilizadamente né? Todos torcendo pelos nossos direitos e nos reconhecendo irmãos pela nossa dignidade humana né? Então eu só entendo assim que a Cultura de Paz está dada nesse pressuposto, também como uma garantia do Estado também, dos direitos fundamentais que possa melhorar a vida de todos, o direito à educação. (GF.S.1).

Valorização, defesa e garantia dos direitos humanos; Respeito aos usuários; Verdade; Diálogo; Ética nas ações (S.3).

São demandas presentes na nossa profissão e parte integrante do nosso Projeto Ético-Político e que exigem ações pautadas pelo respeito aos direitos e à dignidade dos sujeitos que fazem parte de nossa ação profissional.

Os rumos conjunturais são ingredientes orgânicos do fazer profissional. Nesse fazer profissional, um dos grandes desafios é a prática investigativa que deve consistir num dos elementos centrais do cotidiano do assistente social, pois é no cotidiano da realidade social que as demandas se apresentam e precisam ter respostas concretas. É também na realidade social que se encontram as possibilidades de um trabalho voltado para uma Cultura de Paz como parte integrante do nosso projeto ético político que prevê a construção de uma nova ordem societária. É como expressam os sujeitos pesquisados:

Eu penso que a Cultura de Paz está relacionada com a igualdade social, essa idéia de que a gente está buscando cada vez mais superar os processos de desigualdade, tem a ver com essa formatação sócio-econômica e que tem a ver também com a garantia de direitos, por isso que eu acho tão importante a contribuição do Serviço Social nesta construção, na busca de autonomia, na busca da garantia de direitos humanos, buscar uma cultura que fortaleça isso, a Cultura de Paz tem tudo a ver com a proposta profissional do Serviço Social. Acho que não é uma coisa que está solta, que está abstrata, não, ela está em mim mesma, está em nós, nós a construímos, no nosso trabalho, nas nossas relações (GF. S.7).

Iamamoto (2002) argumenta da necessidade de desenvolver a capacidade de ver a realidade social nas dimensões particulares e universais, à luz da teoria crítica que ilumina o Projeto Ético-Político da profissão. A questão social presente no cotidiano de trabalho do Assistente Social desafia a ter clareza na análise da realidade materializada na vida dos sujeitos e ao analisá-la, descobrir formas concretas e de intervenção que vão ao encontro da diminuição das desigualdades, da dignidade e da justiça social, aspectos presentes e motivadores da Cultura de Paz.

As diretrizes curriculares desafiam a categoria profissional a pensar o exercício profissional como prática e pensá-lo como processo de trabalho. A prática profissional se desenvolve a partir do movimento de produção e reprodução da vida social, visto que a profissão é socialmente determinada pelas condições macro-sociais, mas, ao mesmo tempo, é fruto das iniciativas dos sujeitos que a realizam, com suas finalidades ético-políticas, suas características culturais, suas habilidades e com a herança intelectual e cultural da profissão apreendida no processo de formação. A mesma deve alertar as expressões das desigualdades e as lutas sociais, em suas múltiplas manifestações, como objeto ou matéria prima no qual incide nosso fazer profissional. Uma prática profissional, não apenas do Serviço Social, mas de todas as profissões e de todos os cidadãos, que aposte de fato no exercício da democracia fundada no princípio da participação e da universalização dos direitos. Princípios que não se vêem de fato concretizados na realidade brasileira, como enfatiza um dos sujeitos da pesquisa:

Acho que esse nosso governo democrático não é um governo democrático de direito de fato, então eu acho importante a gente falar se isso seria uma coisa boa, porque na verdade a gente vive numa sociedade democrática neoliberal que tá muito difícil de... Então eu acho que esse é o grande desafio de todos nós, trazer essa Cultura de Paz para nosso dia a dia, para nossas relações de trabalho, nossas relações com os outros, nossas relações dentro da família. Eu acho que a Cultura de Paz é um jeito da gente viver, é um óculos pra ver a realidade e com certeza talvez seja a única saída para todos nós enquanto o planeta existe né? (S. 1).

Na atual cultura em que se vive, que é a cultura capitalista, os valores éticos e estéticos expressam-se como valores de posse que geram consumo. Estes reproduzem comportamentos e representações individualistas expressos pela cultura dominante (BARROCO,2001).

A democracia, na perspectiva da materialização da equidade, do acesso a direitos e efetiva justiça social, requer não só do governo, mas da sociedade de um modo geral, permanente articulação de propostas e estratégias que venham concretizá-la. Para tanto, é necessário fortalecer os cidadãos de forma individual e coletiva na busca pela concretização da democracia, para que de fato o país viva a democracia por meio da participação popular, portanto de forma coletiva e não individual. É possível dizer que caminhamos em direção à Cultura de Paz. É essencial que os profissionais, não apenas do Serviço Social, mas sobretudo eles, os quais tem acesso e contato cotidiano com a população usuária de seus serviços, estimulem inserções sociais e desenvolvam potencialidades dos sujeitos de sua prática que caminhem em direção à sociedade da paz.

Iamamoto (2002) vem dizer que é necessário ocupar espaços coletivos de modo que se venha assegurar a direção social da profissão, que é também a direção social dos que querem uma sociedade que viva nos valores e princípios da Cultura de Paz. Barroco (2001), ao falar da dimensão ética do ser humano, diz que esta é dada pela liberdade e a liberdade é capacidade de escolha consciente dirigida a uma finalidade que tem capacidade prática de criar condições para a realização objetiva das novas escolhas, porque a liberdade exige objetivação concreta para se realizar um produto real. Acredita-se que uma vez internalizados novos valores e princípios éticos, os mesmos transformam-se em referência e orientação para os sujeitos e para a sociedade de um modo geral, em face dos outros valores impostos pela sociedade capitalista. Não se pode prever as mudanças contemporâneas, mas sabe-se da necessidade de um compromisso social coletivo, da necessidade de se ter esperança, de sermos utópicos sim, e porque não? Utopia de ter capacidade

de compreender e mudar a realidade social para a realidade que se quer, que se sonha que é uma realidade de paz.

Somos uma profissão de caráter sócio-político, crítico e interventivo com o papel de planejar, gerenciar, administrar, executar e assessorar políticas, programas e serviços sociais. O profissional do Serviço Social efetiva sua intervenção nas relações entre os cidadãos este país no cotidiano da vida social, por meio de uma ação global de cunho sócio-educativo e de prestação de serviços.

Pode-se dizer que é uma das poucas profissões que possui um projeto profissional coletivo e hegemônico, denominado projeto ético – político, construído pela categoria com a utopia de alcançar por meio do seu processo de trabalho, uma sociedade mais justa, democrática e garantidora de direitos universais. Mesmo sendo a articulação da profissão com a realidade social um dos maiores desafios para a categoria profissional, entende-se que este trabalha não sobre a realidade, mas na realidade. Portanto, uma profissão que pode muito contribuir no processo da Cultura de Paz.

As contribuições do Serviço Social, na construção de uma Cultura de Paz, podem se dar a partir das três dimensões da competência profissional, a saber: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operática. Lewgoy (2007) argumenta que a dimensão ético-política encontra-se alicerçada no pensamento crítico a partir de uma atitude crítica reflexiva, de produzir criando novas estratégias de enfrentamento à questão social, com desafios de reafirmação da ética, a partir das exigências do contexto social, político, econômico e cultural, como respostas profissionais de intervenção. Essa dimensão da competência é fio condutor do Projeto Ético-Político da profissão, materializado na ação profissional.

A dimensão teórico-metodológica é compreendida pelo conjunto de conhecimentos alicerçados na investigação e na pesquisa das condições, relações e dinâmicas dos processos societários, iluminada pela teoria crítica. Essa dimensão tem a bagagem teórica que articula as outras dimensões da competência.

A dimensão técnico-operativa é entendida como o espaço da operacionalização do conhecimento e da ética, é o como fazer, para que fazer, sabendo fazer. Não pode ser dissociada das dimensões ético-política e teórico-metodológica.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social desafia a categoria profissional a descobrir e redescobrir cotidianamente alternativas e possibilidades no cenário atual, propostas que façam frente à questão social, e propostas que sejam solidárias com o modo de vida dos que a vivenciam como vítimas e como sujeitos que lutam pela preservação da vida. O Código de Ética indica um rumo ético-político que implica autonomia e emancipação a partir de uma conduta democrática materializada num Estado democrático de direito. O que demanda competência crítica e capacidade para decifrar os processos sociais, o movimento societário, a dinâmica das relações e assim por diante (IAMAMOTO, 2001). Os profissionais do Serviço Social são sim profissionais políticos e educadores, comprometidos com a democracia, com a diminuição das desigualdades, com a justiça social, com a equidade e com a dignidade humana. Ou seja, a direção social estratégica que propõe o projeto profissional é a do compromisso efetivo com a transformação das injustiças sociais regidas pela sociedade capitalista.

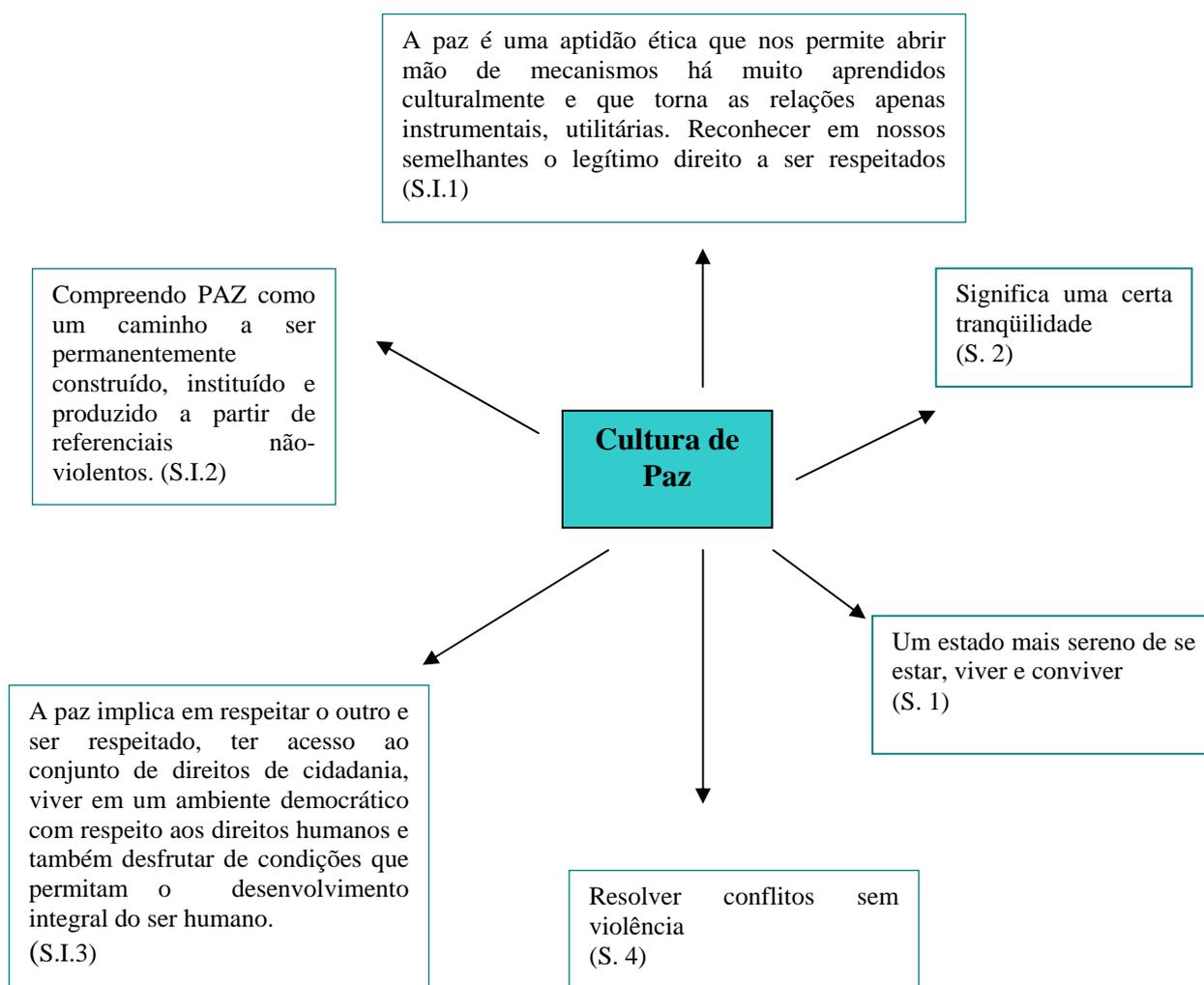
4.2 Cultura de Paz

A construção da paz constitui-se numa tarefa primordial e interativa de cada ser humano, pois somos todos sujeitos da vocação da paz e ela é um processo de interação entre as pessoas; é o que se cria entre os seres humanos, as sociedades, e as nações. A paz é uma teia de gestos de vocação não-violenta, e seu aprendizado está na tessitura de infinitos gestos de interações cotidianas e não apenas nas grandes proclamações históricas. A paz circula e faz agir, abre diálogos entre ciências, artes, filosofias, ritos, religiões, práticas sociais, constituindo-se como um lugar de convergência, confluências que fazem interagir rumos, caminhos e lugares. Assim como o

amor se aprende, a paz se ensina, mas isso só é possível através do contínuo aprendizado (BRANDÃO, 2005).

É responsabilidade de cada um colocar em prática os valores, as atitudes e formas de conduta que inspirem uma Cultura de Paz. Todos a partir de sua subjetividade e de sua escolha profissional, podem contribuir para esse objetivo dentro de sua família, de seu bairro, de sua cidade, de sua região e de seu país ao promover a não-violência, a tolerância, o diálogo, a reconciliação, a justiça, a solidariedade e relações igualitárias em atitudes cotidianas. As falas dos sujeitos pesquisados com relação às suas percepções de paz apresentam concepções de paz positiva e paz negativa como apresenta a figura a seguir:

Figura 15: Cultura de Paz



A paz muitas vezes é vista pela sociedade como um estado de espírito, pode ser também, mas é muito mais do que isso. A paz como cultura é um processo sem fim, tem iniciativas de longo prazo em contextos societários, que exigem que se rompa com modelos opressores e que desenvolvem processos de desigualdades. É como expressa um dos sujeitos pesquisados:

Eu penso, quebrar matrizes, o entendimento de cada um, e não pode ser por lei ou por decreto, é um trabalho que começa com cada um e cada um consigo mesmo, é trabalho muito profundo que envolve a sociedade como um todo e os professores até valorizarem isso, a sociedade valorizar isso, é difícil (GF. S. 4).

As percepções de paz dos sujeitos do grupo focal revelaram de um modo geral as percepções de paz positiva que caminha em direção aos direitos humanos, saúde integral do sujeito e justiça social, como assim expressam:

É uma nova forma de ver o homem e as relações do homem, entre si e com o próprio mundo, relação que exige mudança de paradigmas, não é uma simples mudança, mas mudança na raiz, na forma como nós vemos as coisas, nos relacionamos com as coisas, desejamos as coisas. Uma reconceitualização, o modelo atual está na contra-mão não é (GF. S.1).

Eu acho que a Cultura de Paz começa em eu existir, ter essa consciência, eu existir e não desistir. Como não desistir né? ... Nós vivemos um período de ditadura militar muito grande e muito forte, nós deixamos muito de ser ouvidos e ser acolhidos, eu acho que vai muito pelo conhecimento do outro (GF. S. 2).

Essa Cultura de Paz deve ser uma outra diferente da cultura que a gente vive, deve ser focada no ser humano, como consequência o reconhecimento do outro né? O reconhecer e também levar em conta isso numa estrutura de uma sociedade com esse Estado de direito, um estado focado no ser humano. De novo o iluminismo que foca no ser humano, só que hoje com esse viés, essa matriz da Cultura de

Paz, é um processo de construção, eu acho que isso é que vai mudar o futuro da humanidade (GF. S.5).

Eu entendo a Cultura de Paz como uma necessidade humana básica, porque se a saúde é uma necessidade para o bem estar do ser humano, para seu desenvolvimento social, seu equilíbrio, necessidade de todos, se existe o oposto da paz que é a violência, não existe saúde, então a paz é uma necessidade humana básica. Para que a gente possa se desenvolver na saúde física, emocional, espiritual, social, nós precisamos de paz. A violência interfere em todos esses fatores do desenvolvimento humano. Então, além de tudo isso que vocês falaram, direitos humanos, econômico, igualdade e tal, é necessário também uma necessidade humana básica. É necessário que se estabeleça e se desenvolva uma Cultura de Paz para que as pessoas se desenvolvam, tenham saúde e possam ser felizes (GF. S.8).

Percebe-se que sendo processo, desafia para um cotidiano de conscientização para que cidadãos se mobilizem, organizem-se e assumam em atitudes simples do cotidiano sua parcela de responsabilidade na concretização este novo projeto de sociedade.

Sabe-se da influência e do poder da mídia para divulgação e sustentação de novas idéias, a mídia tem o poder de construir e de destruir em um pequeno espaço de tempo o que se levaram anos para se desenvolver. O estabelecimento da paz positiva, na perspectiva da sustentabilidade, depende, e muito da mídia, pela sua capacidade de formar conceitos e opiniões. É como dizem os sujeitos da pesquisa:

Eu acho que é retomar valores que se perderam ao longo do tempo e a mídia pode contribuir muito com esse resgate, mas não é isso que a gente vê a mídia fazer. Por exemplo, estamos agora nos aproximando do Natal, o que que a gente vê o tempo todo? Apelo ao consumo, é o ovo, o presente, tudo aquilo que leva ao consumo. E é isso que a gente tem que mudar, as pessoas serem valorizadas por aquilo que elas são e não pela capacidade de consumo delas (GF.S. 7).

Eu acho que se a gente vai ter uma mudança de matriz ou de paradigma, que eu vejo que é através da mídia, eu comento isso muitas vezes com os meus alunos, as pessoas falam muito na busca de paz, mas elas não tem a noção do quê que é paz, pode ser uma fonte espiritual, mas isso foge da realidade de nosso dia a dia, eu acredito que uma das formas é mostrar, explicar o quê que é paz, nas escolas, nas universidades, à população, o que é a paz, o que que isso significa, as noções todas e os benefícios pra todos. Nas escolas principalmente, essa divulgação correta é muito importante (GF.S.5).

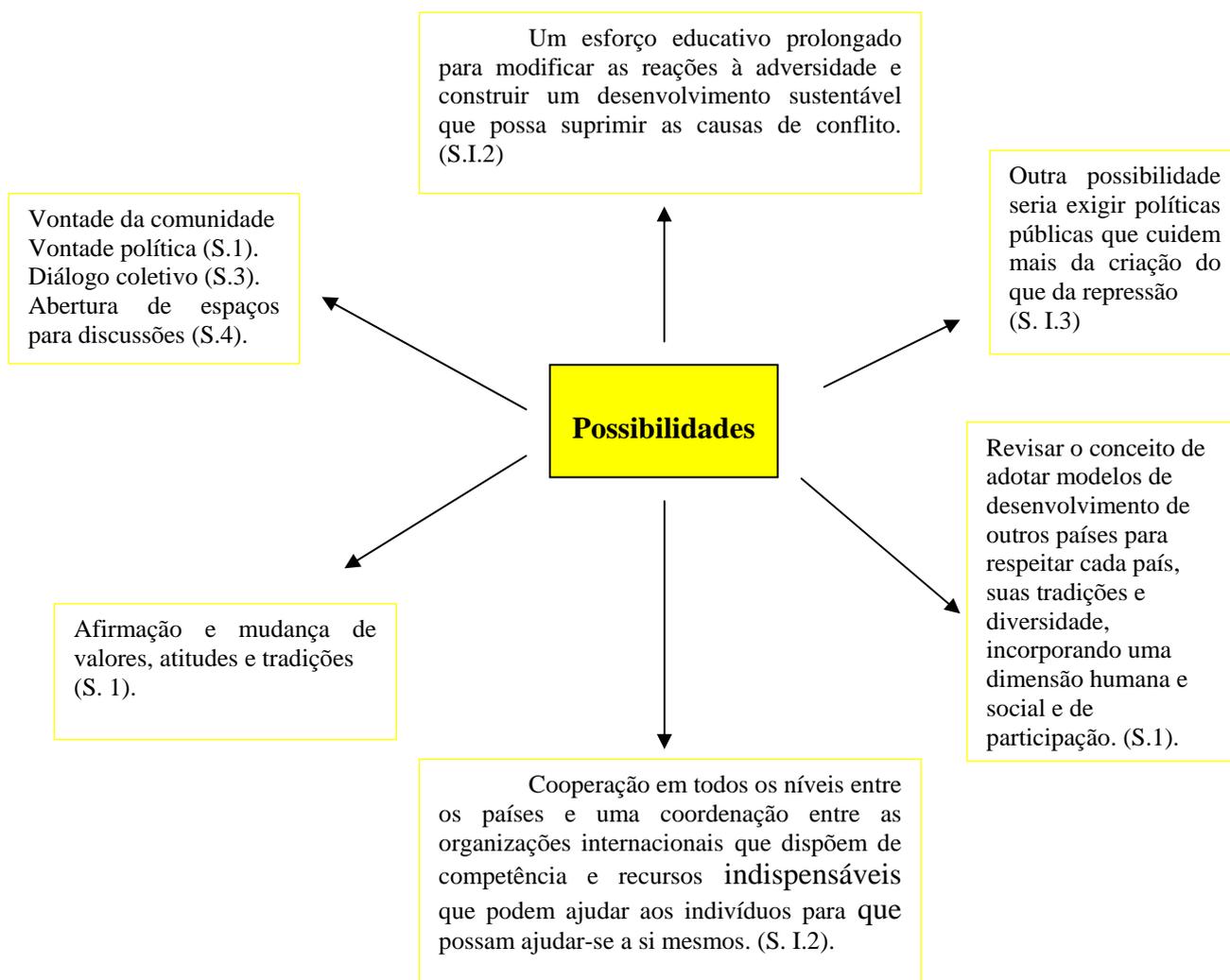
Atualmente, a circulação de idéias na imprensa se desenvolve por forças econômicas de mercado que são bem mais poderosas do que a necessidade de informações éticas e construtoras. Boa parte da mídia tem a tendência de explorar a violência, porque não explorar a Cultura de Paz como um novo projeto de sociedade? Reforçar a capacidade da mídia no processo de construção da Cultura de Paz constitui-se um dos maiores desafios que a Cultura de Paz traz em si mesma.

O Serviço Social, através de seu projeto profissional, nega esse projeto societário ainda hegemônico, também recusa o autoritarismo que se dá de diversas formas, principalmente nos meios de comunicação através do monopólio das idéias capitalistas que não consolida a democracia, não trabalha em prol de uma sociedade justa, mas sim dos interesses do capital que os patrocinam, de forma que a mídia por vezes não prima pelo compromisso ético da notícia e da construção de uma sociedade sem violência. Assumir um projeto profissional que se contrapõe aos efeitos danosos do capitalismo que financia a mídia brasileira, é contrapor-se ao atual projeto de sociedade, o que significa, como disse um dos sujeitos da pesquisa “ remá contra a maré” (S.3), posição que exige postura crítica e envolvimento ético e político na direção da nova ordem societária, ou seja, na direção da sociedade que ser, uma sociedade que viva valores e princípios da Cultura de Paz.

4.3 Possibilidades para a construção de uma Cultura de Paz

O contexto social em que vivemos está moldado por inúmeras expressões de desigualdades sociais que, em seu conjunto, se configuram como expressões latentes da Questão Social. No que se refere às possibilidades de atuação para a construção e fortalecimento de uma Cultura de Paz, os sujeitos entre muitas outras, assim os apresentam:

Figura 16: Possibilidades para a construção de uma Cultura de Paz



Síntese: Oliveira, 2009

As possibilidades são apontadas para a dimensão do agir concreto que dê concretude à paz, que dê espaço para a Cultura de Paz se desenvolver, que se direcione primeiramente para a mudança de uma cultura de violência, de consumo, de individualismo, para uma Cultura de Paz, pautada por novos valores, pelo coletivo, pela solidariedade, pelo ser em detrimento do ter, o que exige vontade política dos governos democráticos e participação do cidadão.

Os grandes estudiosos da Cultura de Paz dizem que é preciso pensar a paz como uma ciência, eis que de fato se constitui um grande desafio para a sociedade contemporânea. Mas antes, pensar no sentido da vida. Qual o sentido da vida? Pergunta que aguça nossos sentidos e nos leva à reflexão quanto à nossa presença e participação nesse mundo de contradições e injustiças que provocam tipos diversos de violência. A pesquisa leva a pensar nas dimensões da não-violência, buscar formas de agir sem violência, contra a violência, buscando novas atitudes frente às múltiplas expressões que se contrapõem à Cultura de Paz, num processo gradativo através da educação para a paz na perspectiva de construção de uma nova cultura pautada por valores éticos como a justiça social, a cidadania, os direitos humanos e a equidade. O século XXI precisa ser um novo começo para todos. Juntos, pode-se transformar a cultura da guerra e da violência em uma Cultura de Paz e não-violência. Para tanto, é preciso a participação de todos. Assim, é possível transmitir aos jovens e às gerações futuras valores que os inspirarão a construir um mundo de dignidade e harmonia, um mundo de justiça, solidariedade, liberdade e prosperidade, trabalhando na perspectiva de construção de uma Cultura de Paz, que torna possível o desenvolvimento sustentável, a proteção do meio ambiente, a equidade e o crescimento pessoal de cada ser humano.

Kant (1989) já instigava a sociedade de seu tempo a um processo de cidadania denominado de emancipação, ou processo emancipatório, um dos pontos principais da obra de Kant, denominada de A Paz Perpétua. No processo de emancipação, Kant aponta duas hastes que são a razão e a liberdade. Razão e liberdade precisam ser dosadas, pois a razão é uma iluminação para os caminhos da liberdade, com ênfase na capacidade de organizar todo conhecimento mediante uma iluminação interna, que seja capaz de observar as relações, as hierarquias e as contradições.

Outro aspecto muito importante, que aparece na fala dos sujeitos, é o envolvimento, da escola no processo de educação para a paz. A educação como um todo aparece como algo que precisa se modificar, sair da matriz da

violência, hoje muito banalizada e naturalizada nos espaços escolares, como expressam os sujeitos:

A matriz atual que a gente vive, é a matriz que vê a violência com naturalidade, ela não vê a violência, ela pratica violência, é uma violência institucional, que comporta a violência pessoal e institucional como natural. Então, é uma violência direta e indireta ao mesmo tempo, uma legítima a outra, ou válida a outra, esse é grande problema. Os autores que eu tenho lido colocam a escola como um grande empecilho à Cultura de Paz, porque, ela é muito estruturada na outra matriz (GF. S. 4).

A gente fala da escola, mas não só na escola, mas fundamentalmente na escola, quando pensa nos efeitos da escola, nas crianças que estão na escola, os adolescentes de hoje desde que nascem é a TV, é o computador, é preciso mudar em termos de valores né? Na escola é preciso retomar valores. Eu lembro de quando era criança de estudar educação moral e cívica, a gente estudava valores, noções de como viver em sociedade, e a gente levava isso pra casa. E como é que se trabalha valores hoje, como se trabalha diante dos conflitos que surgem na sala de aula, na hora do intervalo, as brincadeiras de se tapear, um fala primeiro que o outro, ao mesmo tempo, responde pra professora, como se trabalha o direito de expressão que as crianças tem hoje e que antes era negado né? O que esse direito significa? Não significa que não haja desrespeito, que não haja falta de educação, que não haja falta de limites (GF. S. 7).

No trabalho com aluno fazer ele se dá conta de que se ele não mudar a cabeça dele, a sociedade vai continuar assim, então existe isso, de sermos promotores (GF. S. 2).

Guimarães (2004) aponta a educação para a paz como uma necessidade pedagógica para a construção de uma sociedade de fato democrática, para que se saia do plano das idéias e da legislação e se construa realmente uma sociedade pautada nos valores e princípios democráticos. A educação para a paz tem uma longa trajetória, mas foi a partir das reflexões de Jean-Jacques Rousseau (JARES, 2007), que ela começou a se estruturar como proposta pedagógica. Na perspectiva de Jares (2007), educação para a paz é definida como:

Um processo educativo contínuo e permanente fundamentado nos conceitos de paz positiva e perspectiva criativa de conflito, que pela aplicação de métodos problematizantes, pretende desenvolver um novo tipo de cultura, a Cultura de Paz, que ajude as pessoas a entender criticamente a realidade, desigual, violenta, complexa e

conflituosa, para poder ter uma atitude e uma ação diante dela (JARES, 2007, p. 45).

Processo dinâmico e permanente que pretende criar as bases de uma nova cultura, a Cultura de Paz, como expressão das práticas surgidas do aprender a pensar e agir de outra maneira, permitindo um desenvolvimento equilibrado e harmônico das pessoas e das sociedades consigo mesmo, com os demais e com o entorno natural” (RAYO, 2004, P. 99).

Jares (2007, p. 22) pontua que “o primeiro legado que fundamenta pedagogicamente a educação para a paz é o movimento da Escola Nova no início do século XX”. Movimento esse gerador da tradição humanista renovadora que tem como características fundamentais o utopismo pedagógico que se concentra na contribuição dos educadores e acentua o papel da infância na perspectiva de uma nova educação. Assim como a “vitalidade e a confiança no ser humano, de que este superará suas contradições e encontrará o caminho da paz”.

A compreensão do significado da educação como educação para a paz traduz-se em pressupostos como: Ensinar como viveram e vivem outros povos; reconhecer a contribuição de cada nação ao patrimônio comum da humanidade e viver os princípios de democracia, liberdade e da igualdade nos espaços escolares (JARES, 2007). Segundo o mesmo autor, as principais características da educação para a paz, podem ser sintetizadas da seguinte forma:

Concepção do processo educacional como atividade política; integração da educação para a paz no processo global de mudança social; concepção global de mundo; ênfase nos métodos sócio-afetivos e na participação dos alunos em seu processo de aprendizagem; enfoque interdisciplinar; busca de coerência entre fins e meios e entre a forma de educação e a forma de viver; relação orgânica entre pesquisa, ação e a educação para a paz; orientação para a ação; desconfiança no geral, ante as possibilidades da instituição de ensino (JARES, 2007, p. 27).

Atualmente a Cultura de Paz vem tomando força na sociedade e especificamente no universo acadêmico através de pesquisas, formação de grupos de estudos sobre a educação e Cultura de Paz, dissertações e teses,

entre outros. No Brasil, a Cultura de Paz teve um impulso através das iniciativas da UNESCO que adotou um programa em 1995 com o objetivo de promover uma transição da cultura da guerra, de violência, de imposição e de discriminação à cultura da não-violência, do diálogo, da tolerância e da solidariedade.

A educação para a paz pressupõe também luta contra toda a violência direta e estrutural e atenção ao currículo explícito e ao currículo oculto da violência (GUIMARÃES, 2004; 2005). Nesse contexto, trabalhar os valores se torna imprescindível para que as pessoas possam se tornar conscientes das forças opressivas do sistema capitalista que dá a direção da sociedade atual, e lutar para a transformação social. Guimarães (2005) argumenta que para criar a escola da paz, o primeiro passo é criar comunidade, criar relação, começar a ligar a paz com a idéia de uma sociedade democrática e inclusiva. O mesmo autor defende a idéia de que a paz se aprende, a paz não é um estado, mas uma construção, e essa construção se faz quando se empodera as pessoas para a não-violência, num processo dialógico-conflitivo de ressignificação das práticas educativas tanto da escola, como da sociedade de um modo geral. O aspecto de que a paz se ensina e se aprende, também está presente na fala dos sujeitos da pesquisa:

A Cultura de Paz é revolucionária, ela mostra que a paz é um fato cultural, se é um fato cultural ela pode ser construída. Daí essa coisa revolucionária da Cultura de Paz, daí então essa concepção de paz como uma coisa subjetiva, e que alguém atinge a iluminação, não uma paz construída. Acho que a paz como algo revolucionário é isso, o que é um fato cultural e que é um processo, e não uma iluminação, não é que daqui um pouco vai baixar a paz e alguém vai ficar em paz, não, mas pode ser construída, tem diferentes estágios, não chega de pronto uma Cultura de Paz, mas a gente vai mudando de forma processual as estruturas (GF. S. 6).

Essa perspectiva de paz é denominada de paz positiva, que supera a idéia de paz como um estado pessoal e vai em direção à mudança de valores, de construção de uma nova cultura com luta incessante pelo alcance da justiça social pelo processo de participação cidadã. Guimarães (2004) expressa que mais do que evitar guerras, que é a noção de paz negativa, a paz positiva, ou o

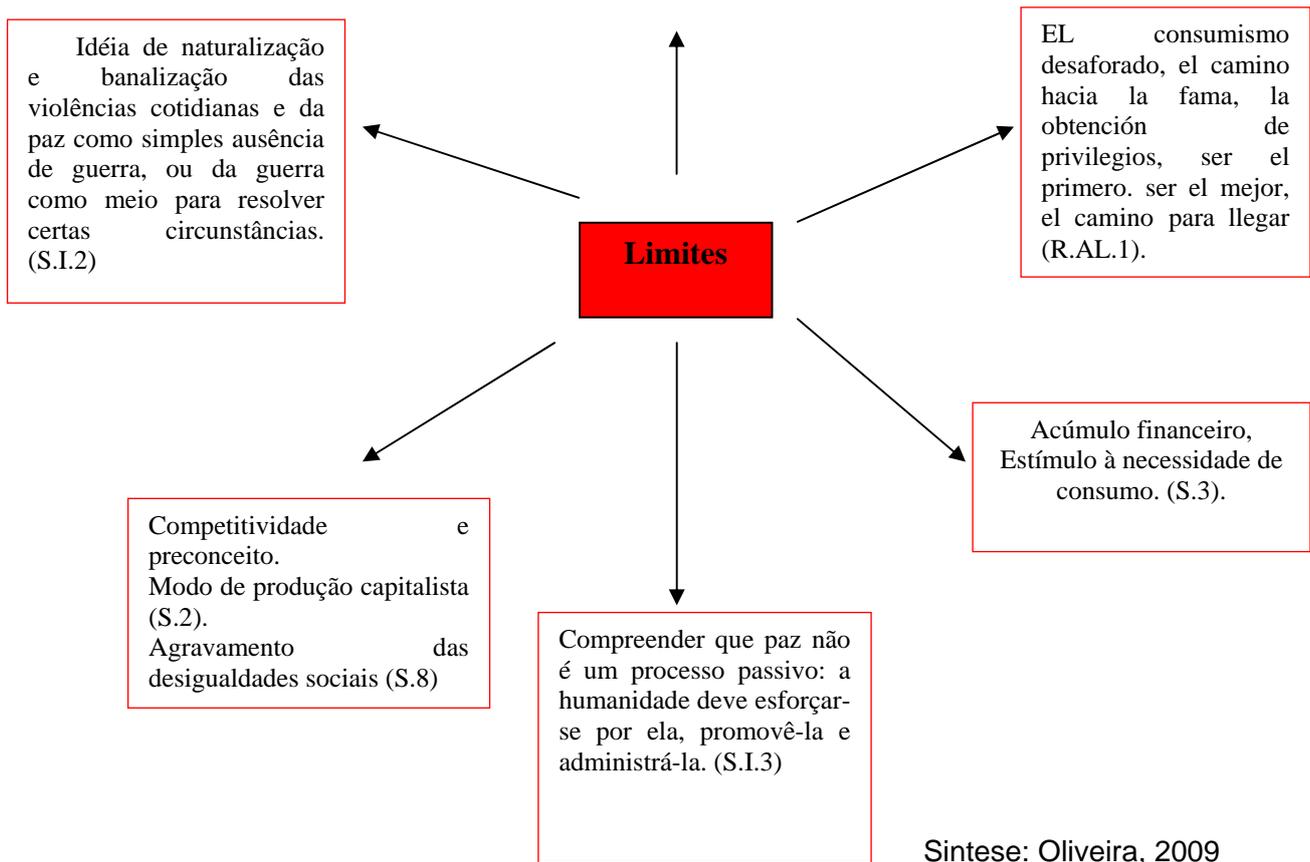
pacifismo como denominam alguns autores, consiste em construir outra forma de convivência humana que é denominada de paz, ou ainda convivência de paz. Dessa forma, paz e violência se aprendem culturalmente, por isso é tão importante a participação de alguns setores da sociedade como a mídia, as instituições educacionais como escolas e universidades, as instituições religiosas, os partidos políticos, porque a paz positiva necessita de ação política. A produção cultural da paz depende da iniciativa da sociedade na busca de novos valores, atitudes e comportamentos com referenciais não violentos.

4.4 Limites para a construção de uma Cultura de Paz

Como as falas anteriores vêm demonstrando, a matriz que a sociedade vive, nem de longe se aproxima da matriz que se quer viver. Portanto, os limites encontrados pelos sujeitos pesquisados e por muitos estudiosos da Cultura de Paz são vastos, alguns são expressos como:

Figura 17: Limites para a construção de uma Cultura de Paz

Contradição do governo que se diz democrático e se mostra burocrático, imposição do poder
(S. 4)



O agravamento da exclusão social, impulsionada pelas mudanças no mundo do trabalho, reforma do Estado e o aprofundamento do conflito de classes, expressão das relações entre Estado e Sociedade civil, aumento das expressões da questão social, presente nas múltiplas expressões de desigualdade, refletem-se sobre as limitações para o desenvolvimento da Cultura de Paz.

Uma questão muito importante que apareceu na pesquisa foi o conflito como algo que dificulta a construção da Cultura de Paz. Ou melhor, o modo como se resolve o conflito na atual matriz da sociedade:

Vejo que a educação pra paz tem muitos desafios, por exemplo o conflito é uma pedra de tropeço, aí há a possibilidade de um limite. O que podemos fazer, se ele é no nível individual que cada um trabalhe em si, sua ação pode se tornar não só pacífico, mas um pacificador. Não basta ser pacífico, tem que ser pacificador, pacificador de si e do meio. Os conflitos podem ser da ordem relacional, intersubjetivos, políticos, econômicos, internacional, os limites estão aí. A educação para a paz trabalha excepcionalmente os conflitos que o ser humano vivência, enfrenta. E a dinâmica dos conflitos exige a ação da não-

violência ativa. [...] Então na medida em que nós nos declaramos não-violentos ativos, ou simpatizantes da ação e comunicação não-violenta, nós dizemos que o poder que é nosso, nós assumimos a nossa parte. Não pense que a atitude é fácil, é preciso vivências profundas dos valores, dos direitos, das possibilidades. Essas vivências precisam ser fortalecidas. Aí está o trágico, a educação pra paz vive no trágico, o valor e o bem é muito maior do que essa sociedade apresenta, mas são pouco vivenciados (GF. S. 5).

Ou ainda,

O limite eu acho que é a própria estrutura, afinal o paradigma é outro e isso não se muda de uma hora pra outra, isso é algo gradativo que deve ser feito (GF. S. 5).

A paz é um direito humano e implica uma relação de seres humanos entre si, bem como formas de organizações sociais que excluam manifestações de violência. Portanto, necessita de cooperação (RAYO, 2004). Trabalhar os conflitos de forma não-violenta, solidária em cooperação, é parte do desenvolvimento da Cultura de Paz. É a ação não-violenta no trato com os conflitos, ao contrário da resolução hostil, agressiva, que pode solucioná-lo sem marcas doloridas e com aprendizado para a vida. Pelo modo da resolução não-violenta de conflitos a ferramenta principal é o diálogo, colocando o diálogo no coração do conflito, é possível fazer com que os seres humanos repensem suas atitudes e posições. De acordo com Guimarães (2004), a resolução não violenta dos conflitos não traz resultados imediatos, nem tão pouco é utopia, ela proporciona o resgate de cada envolvido como ser capaz de obter acordos e estabelecer pontes e novas relações, portanto é um processo longo, mas eficaz, a experiência fica para uma vida inteira, porque o ser humano tem a capacidade de se renovar e transformar-se.

Ainda outro elemento significativo que aparece na fala dos sujeitos e que vai ao encontro da Cultura de Paz é a sustentabilidade do planeta que se dá pelo desenvolvimento sustentável. Assim expressam os sujeitos pesquisados:

Nessa área da educação tem o compromisso da auto-gestão, que mostre a responsabilidade de demonstrar para nossas crianças que

nós, adultos, estamos deixando pra elas uma água que não é potável, um ar que não é respirável, uma terra que não é mais fértil. Nossas crianças hoje não tem a mínima condição de respeitar nenhum adulto. E nós não merecemos ser respeitados por eles, desistimos de ser respeitados pelas condições com que deixamos o planeta para eles e as futuras gerações. Então, não há condições de fazer a paz sem cuidar do planeta (GF. S. 10).

Paz pressupõe vida em igualdade de direitos a todos os habitantes do Planeta Terra. Representa acesso à saúde, educação, habitação, transporte, lazer e trabalho digno (S. 1).

Educação para a Paz, baseada em valores e princípios de proteção / respeito à vida, aos recursos naturais e aos cidadãos, justiça social, igualdade, defesa à diversidade, comprometimento com o desenvolvimento das comunidades e preservação de suas culturas locais, rejeição a todas as formas de violência (S.2).

Afirmação de valores universais baseados numa identidade dos seres sociais com o Planeta Terra, das práticas coletivas que são iluminadas por teorias e leis que defendem os direitos humanos, a preservação dos recursos naturais e a cooperação (S.3).

Muller (2007, p. 144) argumenta acerca da existência de uma relação que não é apenas simbólica, mas se dá no âmbito da ação, entre o “mal causado à natureza e a violência causada ao homem”. Ao submeter o meio ambiente a diversos tipos de violência, o ser humano conseqüentemente prejudica seu espaço de vida e atinge sua qualidade de vida, assim como a qualidade de vida dos habitantes da casa comum da humanidade. Ações como poluição do ar e do solo tem conseqüências mortais para os habitantes do planeta. O cuidado com a vida a partir do respeito e da proteção à natureza é atualmente não apenas uma necessidade, mas uma exigência ética que depende das relações políticas da humanidade. As autoridades políticas, assim como todos os cidadãos do planeta devem se questionar sobre o sistema industrial atual e suas nefastas conseqüências para o planeta, que já não comporta essa forma de produção pelos efeitos destruidores que ele provoca na natureza.

Muller (2007, p. 145) diz categoricamente que é preciso “produzir de outra forma, consumir de outra forma, viver de outra forma”, isso é nada mais nada menos, do que de fato, ter qualidade de vida. É obrigação da humanidade que hoje habita esta casa comum, agir de forma que seja possível às gerações futuras usufruírem os recursos ainda existentes na natureza. Agindo de modo

diferente com os recursos ainda existentes, se desenvolve um processo de não destruição das possibilidades de uma vida ainda qualificada para as próximas gerações.

No que se refere ao Serviço Social, o desenvolvimento Sustentável e a Cultura de Paz apresentam-se como desafios para esta profissão, na perspectiva de contribuir com a construção de uma sociedade sustentável que tem o equilíbrio entre os fatores ambiental, econômico e social como indispensáveis. A discussão do desenvolvimento sustentável e da Cultura de Paz apresenta-se pertinente, ao constatar-se que o meio ambiente configura-se como uma das múltiplas expressões da questão social, objeto de trabalho do Serviço Social. Quando se discute sobre o meio ambiente, discute-se também sobre o papel do ser humano, da natureza, das relações sociais e questões como a violência, a exclusão, a injustiça e as desigualdades sociais como fatores que obstaculizam a construção de uma Cultura de Paz. Como expressa a fala do sujeito é necessário intervenções que possibilitam uma maior consciência crítica e ações voltadas para uma Cultura de Paz que proponha uma ética de solidariedade e que pode ser construída através do desenvolvimento sustentável a partir da co-responsabilidade.

Para além dos limites, estão as possibilidades, os limites existem sim, é preciso pensar, como promotores da paz, comunidade pacifista, que as possibilidades são muito maiores do que os limites. As falas dos sujeitos expressam a necessidade de romper a estrutura que aí está;

As possibilidades é ter consciência que a estrutura que está dada é essa, é o status quo que ta dado e nele, é um trabalho de formiguinha, acho que é isso (GF. S. 5).

Eu acho que uma das possibilidades e também limite é a linguagem, né? A linguagem pode trazer muita paz como pode trazer violência. Coisas que agente muitas vezes diz e houve dizer, mas que não tem noção da repercussão do que se falou. Então a gente observa como pode colaborar através da linguagem pra construir paz (GF. S. 2).

Romper com a estrutura significa instaurar novos valores, valores esses presentes na Cultura de Paz, mas que podem se tornar realidade a partir do

processo de educação que passa pelo diálogo e pela resolução não violenta dos conflitos existentes já apontados anteriormente, seja no âmbito das relações entre os seres humanos, bem como dos seres humanos com seu meio ambiente e com a casa comum da humanidade.

4.5 Ações necessárias para uma Cultura de Paz

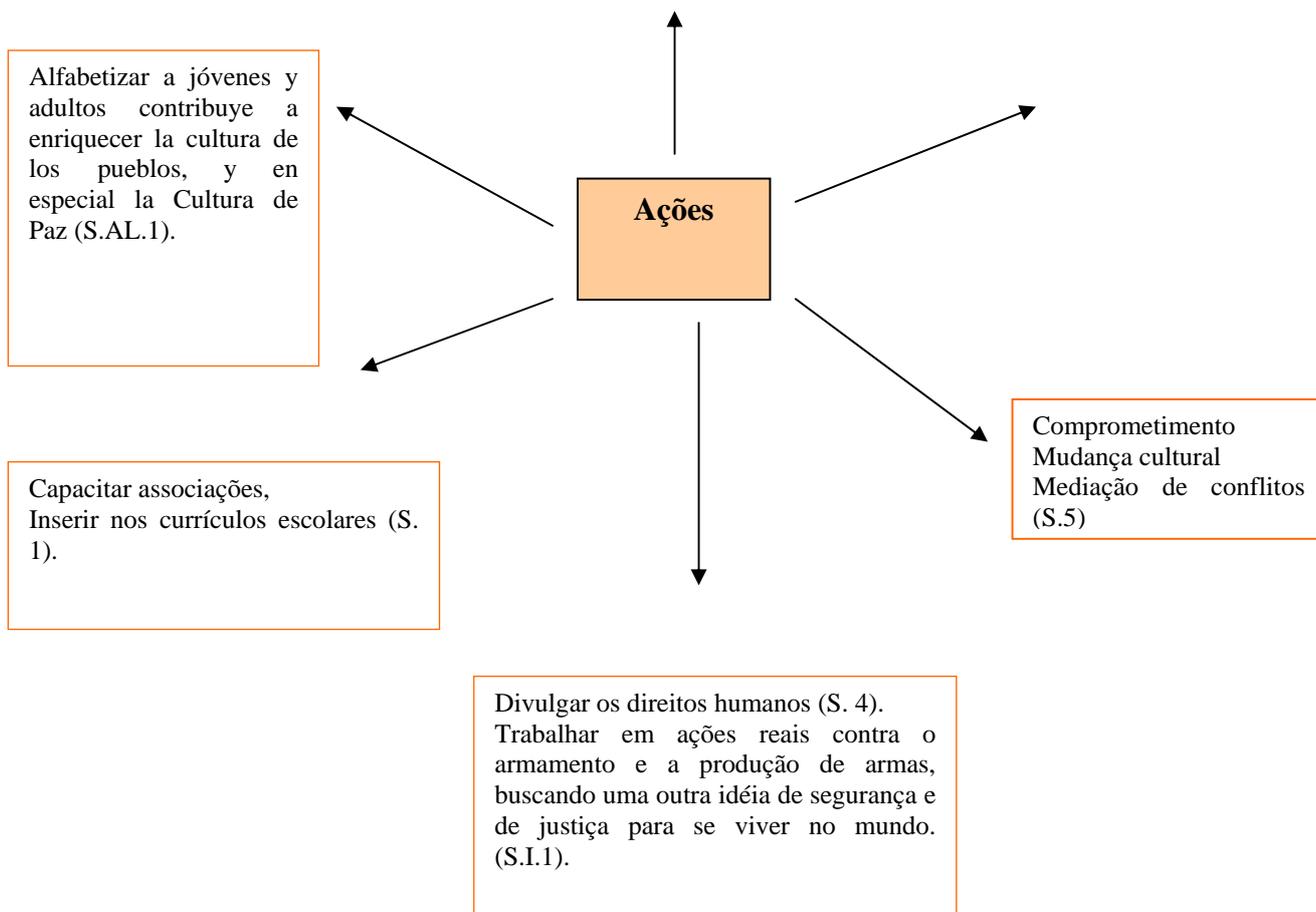
A paz está estreitamente relacionada à superação das desigualdades sociais e se fortalece na busca pela justiça social. Enquanto cultura promove a diversidade ao reconhecer as diferenças e compartilha de forma igualitária os recursos da casa comum da humanidade entre todos os seus membros. Não é possível ver a paz dissociada do enfrentamento das múltiplas expressões da Questão Social. Cultura de Paz baseia-se em não-violência, solidariedade e capacidade de resolver problemas, conflitos de modo pacífico, criando novos padrões de conduta de indivíduos, grupos e nações.

A construção e o fortalecimento da Cultura de Paz exigem ações importantes tais como vivência, reflexão e respeito aos valores éticos universais, valorização da educação ambiental, sensibilização e promoção de questões referentes ao bem-estar coletivo. As reflexões dos sujeitos pesquisados quanto à dimensão concreta do que deve ser feito ou já está sendo feito em direção à construção da cultura paz, apontam para:

Figura 18: Ações necessárias para a construção de uma Cultura de Paz

Buscar inspiração em mulheres e homens que, comprometidos com a paz, provocaram transformações culturais e sociais significativas. (S.I.2).

Agir, localizadamente, em pequenos grupos através de círculos de Cultura de Paz onde o debate é já a ação e o consenso de um olhar diferenciado no fazer acontecer a vida mesma, sem que qualquer outro (pessoa, objeto, país...) venha ser eliminado. (S.I. 3).



Síntese; Oliveira, 2009.

Os sujeitos falam da ação a partir do comprometimento da sociedade com uma nova ordem societária que exige mudança de cultura a partir da afirmação de novos valores ou do resgate de valores perdidos ao longo do tempo, na perspectiva dos direitos humanos e da não-violência. É como dizem:

A palavra ação, que ação? Se deixar, a natureza segue seu curso e o curso da natureza tem seu sentido, se continua no sentido atual, não vai haver paz, vai continuar como está, quem pode mais chora menos, quem corre mais chega antes, quem é mais esperto leva mais, no curso atual é assim. Então é preciso uma intervenção, é preciso uma ação... Esta ação que interrompe o ciclo natural, ou seja

é uma luz, um tipo de ação que precisa trabalhar a idéia de paz, existe uma idéia de paz que é natural, mas nós precisamos de uma paz que seja ágil, com uma intencionalidade que repercuta em tudo o que repercute no ser humano, então a própria educação tem que repensar a idéia de ser humano, de identidade, dos direitos fundamentais, a bandeira levantada hoje. Então, está ligado às necessidades, é isso, o direito é uma criação e não naturalização das forças naturais. E assim por diante. Isso seria o que compreendo pela palavra ação, aquilo que interrompe o fluxo instintivo (GF. S. 3).

Então eu acho que a gente não tem como destituir a cultura que foi feita antes, não teria como mudar a mídia porque a cultura da mídia é muito forte, mas a gente pode mudar alguns aspectos da mídia. O quê que a gente pode fazer? Conversar a respeito, a respeito dos livros, dos filmes, pra ver se aqueles valores que estão sendo veiculados são valores que as pessoas querem realmente pra si, se ela chega legal aquilo ali. A gente tem que questionar o que já existe e fazer a pessoas perceberem a necessidade de criar valores que não estão sendo impostos através da mídia, que elas selecionem o que elas realmente querem (GF. S. 6).

Acho que destituir o que está instituído, o que está dado, isso de que cada um tem o seu lugar, o seu poder, cada um de nós tem o seu poder, dentro da sua casa, nas suas relações, espaço de trabalho, dentro da sua condição. Mas desconstituir isso, poder abusar daquilo que está posto, ir inovando, acreditando, tentando, é uma pequena ação, o outro estranha, mas continuar tentando. Pelo menos apresentar novas possibilidades através de pequenas ações, acho que isso é possível. Desconstituir (GF. S. 7)

O compromisso da sociedade com a transformação da cultura vigente fica evidente na fala dos sujeitos que desafiam para a responsabilidade individual e coletiva, ao mesmo tempo em que demonstram a necessidade do diálogo como uma ferramenta necessária para a divulgação e efetivação de novos valores. Um dos sujeitos apresenta a necessidade da informação referente ao conhecimento dos direitos do cidadão brasileiro como forma de se construir democracia no País e o cidadão acessar direitos por meio do conhecimento.

Dar mais conhecimento ao cidadão, organizar mais material, eu tenho uns projetos sobre os direitos no âmbito do cidadão, são manuais sobre processo de consumidor, constitucional, trabalhista, pra gente distribuir mesmo nas rodoviárias, nos postos, onde circule o maior número de pessoas, para que todo mundo saiba pelo menos dos seus direitos, né? Se você sabe seus direitos, você já começa a existir. É preciso cuidar na linguagem para esse cidadão, porque temos vários tipos de cidadãos no Brasil, e a lei diz que a todos é dado conhecer a lei, então, se um juiz às vezes passa meses para

decifrar um caso diante de determinada legislação, então, imagina um cidadão que às vezes sabe mal ler e escrever, então é preciso aproximar o cidadão do conhecimento de seus direitos. Eu fiz um projeto na faculdade que é o do “advogado em casa”, pegar esses alunos que às vezes estão com tempo ocioso e colocar eles em contato com os cidadãos, durante um semestre eles vão nas comunidades carentes e falam, explicam sobre direitos eleitorais, sociais, trabalho... eu vejo que as faculdades de direito são inúmeras e pouco está se fazendo pra se aproximar do cidadão e o cidadão do conhecimento de seus direitos. Eu sempre tenho a preocupação de botar os alunos em contato com a realidade, até mesmo porque se um dia eles chegam a ser juízes, promotores, eles vão poder entender melhor a realidade das pessoas, porque fizeram a experiência. Então é isso, talvez isso seja um tipo de ação (GF. S 2).

Percebe-se na fala do sujeito pesquisado a preocupação com os profissionais do futuro que determinam alguns direitos do cidadão. A preocupação é com o conhecimento da realidade social como necessidade para a realização de um trabalho de fato efetivo sem maiores prejuízos para a pessoa que o necessita. Da mesma forma, há uma fala muito significativa que apresenta o assistente social como um profissional necessário na construção dos processos de democracia e Cultura de Paz:

Então, todos nós temos essa preocupação de viver de forma mais humana, isso é urgente. Eu fico muito feliz que o Serviço Social procura enxergar todo esse lado do ser humano, trabalha com a história de vida, tentando resgatar a igualdade, a dignidade. A gente tem que acreditar e pelo que eu sei o Serviço Social acredita nas pessoas, trabalha pelas pessoas. Precisamos de mais pessoas assim como os assistentes sociais. Essa falta de acreditar na mudança é muito triste. É preciso ter outras atitudes como seres humanos, a vida é muito breve, a gente pode não ver a mudança, mas quem sabe nossos filhos, nossos netos, vamos buscar uma vida feliz (GF. S. 1).

Essa fala é extremamente importante porque reconhece o Serviço Social através de seu projeto profissional como contribuidor da construção da Cultura de Paz. Demonstra que a profissão está no caminho certo em direção à uma sociedade diferente da sociedade em que vivemos.

Uma das falas desafia de fato para a ação: “Eu acho assim oh, que a ação é muito importante, a nossa dificuldade é exatamente a ação, que ações? (GF. S. 4) e ainda;

O desafio é a questão do fazer, e fazer é uma das grandes dificuldades que eu sinto, que nós em geral temos. É mais fácil teorizar do que fazer. Diretamente conseguir desencadear uma série de ações na prática, estamos no plano da teoria, e ainda não estamos na dimensão da prática, do fazer (GF. S. 4).

A mesma demonstra uma oscilação entre o discurso e a prática. Percebe-se que, dentre os sujeitos pesquisados, há ainda os que se encontram no âmbito da teoria, vislumbrando uma prática transformadora ainda por vir. À medida que os sujeitos se comprometem com essa nova sociedade, seu perfil deve ser propositivo, realizador das idéias da proposta da Cultura de Paz. Para tanto, pode se valer de referenciais teóricos importantes, como expressa um dos sujeitos pesquisados:

A Paz Perpétua" de Kant é uma leitura recorrente e sempre inspiradora. Hannah Arendt é inevitável, sobretudo pelo alerta constante que nos oferece com referência à construção silenciosa dos totalitarismos. Gandhi é o ícone que desmontou o dilema do dominador e do dominado ao assinalar que este último alimenta o primeiro ao cooperar com a subjugação. Toda a arquitetura criada por Luther King e seus seguidores, também inspirados em Gandhi, para desmontar a segregação racial através de atos públicos, que mais se pareciam sociodramas, cujo objetivo era evidenciar a irracionalidade do preconceito. Hoje temos estudiosos e pesquisadores da paz que sistematizaram aquelas experiências criando disciplinas acadêmicas muito promissoras. Para citar minhas companhias permanentes: Johan Galtung, Jean-Marie Muller e Xesús Jares. Para finalizar, gostaria de deixar um pensamento de Ravindra Varma, que foi presidente da Gandhi Peace Foundation, e que tive o privilégio de trazer ao Brasil para uma série de palestras e um seminário. Ele havia acompanhado os últimos anos da vida de Gandhi e encarnou o seu legado na vida pública como Ministro do Trabalho do Governo da Índia. "Não é suficiente que a paz surja como aspiração; ela tem de ser ancorada e aceita como um imperativo para a sobrevivência e, portanto, como objetivo soberano do indivíduo e dos grupos sociais (S. I. 1).

Recorrer às experiências já vividas como forma de inspiração, já é uma ação na direção do caminho que se quer chegar. A Cultura de Paz, apesar de já estar em intenso processo em outros países, é ainda muito incipiente no Brasil. É necessário aprimoramento intelectual constante a partir de

referenciais teóricos que a promulguem a divulguem, assim como de experiências eficazes e duradouras, como é o caso da experiência ghandiana que prevalece em nossos dias como fonte de inspiração para vivências de experiências de ações não-violentas.

Uma das grandes ações da sociedade em prol da construção da Cultura de Paz, é sem dúvida nenhuma, o Manifesto pela Paz, já citado anteriormente, mas digno de ser citado novamente, pois seu significado teve e continua tendo grande impacto na sociedade. Conhecido também como Manifesto 2000 foi lançado em Paris no dia quatro de março de 1999 e está aberto para assinaturas do público geral em todo o mundo. Para assinar, basta acessar o site <http://www.unesco.org/manifesto2000> ou enviar o seu compromisso pessoal a um dos Escritórios da UNESCO no mundo. Os desafios concretos para uma sociedade de paz estão expressos nos seus seis tópicos:

Figura 19: Manifesto 2000

Manifesto UNESCO 2000 - "Por uma cultura da paz e da não violência"

"Reconhecendo a minha cota de responsabilidade com o futuro da humanidade, especialmente com as crianças de hoje e as das gerações futuras, eu me comprometo - em minha vida diária, na minha família, no meu trabalho, na minha comunidade, no meu país e na minha região - a:"



Fonte: Redecriar, 2007.

A paz para ser construída precisa também ser dialogada, debatida, para que os sujeitos organizem ações para sua efetivação. Dessa forma, outra dimensão muito importante, e que pode ser considerada também uma ação concreta em direção à construção da Cultura de Paz, são os círculos de paz, muitos existentes pelo Brasil afora, os grupos de estudos de paz, como é o caso do próprio GEPAZ, cujos membros se dispuseram a colaborar nesta pesquisa. É como diz um dos sujeitos:

A paz não é estática, ela é dinâmica, né? A gente já está trabalhando pela paz, na medida em que a gente se reúne pra falar de Cultura de Paz, já é uma ação pela paz (GF.S.2).

Na medida em que a gente se reúne, conversa, fala em sala de aula, discute com os alunos, com os colegas no trabalho, com os amigos,

com a família, a gente já está promovendo idéias que vão fortalecer a Cultura de Paz (GF. S.1).

De fato, reunir-se para falar de paz é muito importante, os espaços de estudos e debates sobre a paz apresentam-se como possibilidade de mudar atitudes, comportamentos e de resolver conflitos não mais pelo modo como a sociedade atual está acostumada, mas por meio da ação não-violenta, um das características da Cultura de Paz.

A ação não-violenta é citada pelos sujeitos da pesquisa como algo importante e necessário numa conduta de construtor da paz:

A comunicação não-violenta diz que a reação a uma ação está muito mais relacionada a ti mesmo do que ao outro... Isso a gente pode fazer o tempo todo, se comunicar de forma não violenta, é um exercício, é um desafio, mas é tão bonito e tão bom, traz tantos resultados. Uma comunicação não-violenta já é uma atitude de paz (GF. S.7).

A ação não-violenta constitui-se num dos maiores desafios de nossa sociedade que é pautada pela matriz da violência. Muller (2007) expressa que o ser humano é essencialmente ser de relação, capaz de unir pela palavra e pela ação. Se formos capazes de nos unir pela palavra e pela ação, é possível construir uma sociedade baseada na igualdade e na justiça social, pois o ideal democrático constitui-se na distribuição justa e igualitária do poder, do ter e do saber. Parece utópico, mas a partir da nossa capacidade enquanto ser humano de se comunicar e se unir, pode torna-se uma realidade. Apesar de todas as diferenças existentes entre os seres humanos, ainda é possível que nos reconheçamos como iguais, pelo fato de pertencermos à raça humana.

4.6 As interfaces do Projeto Ético-Político do Serviço Social com a Cultura de Paz

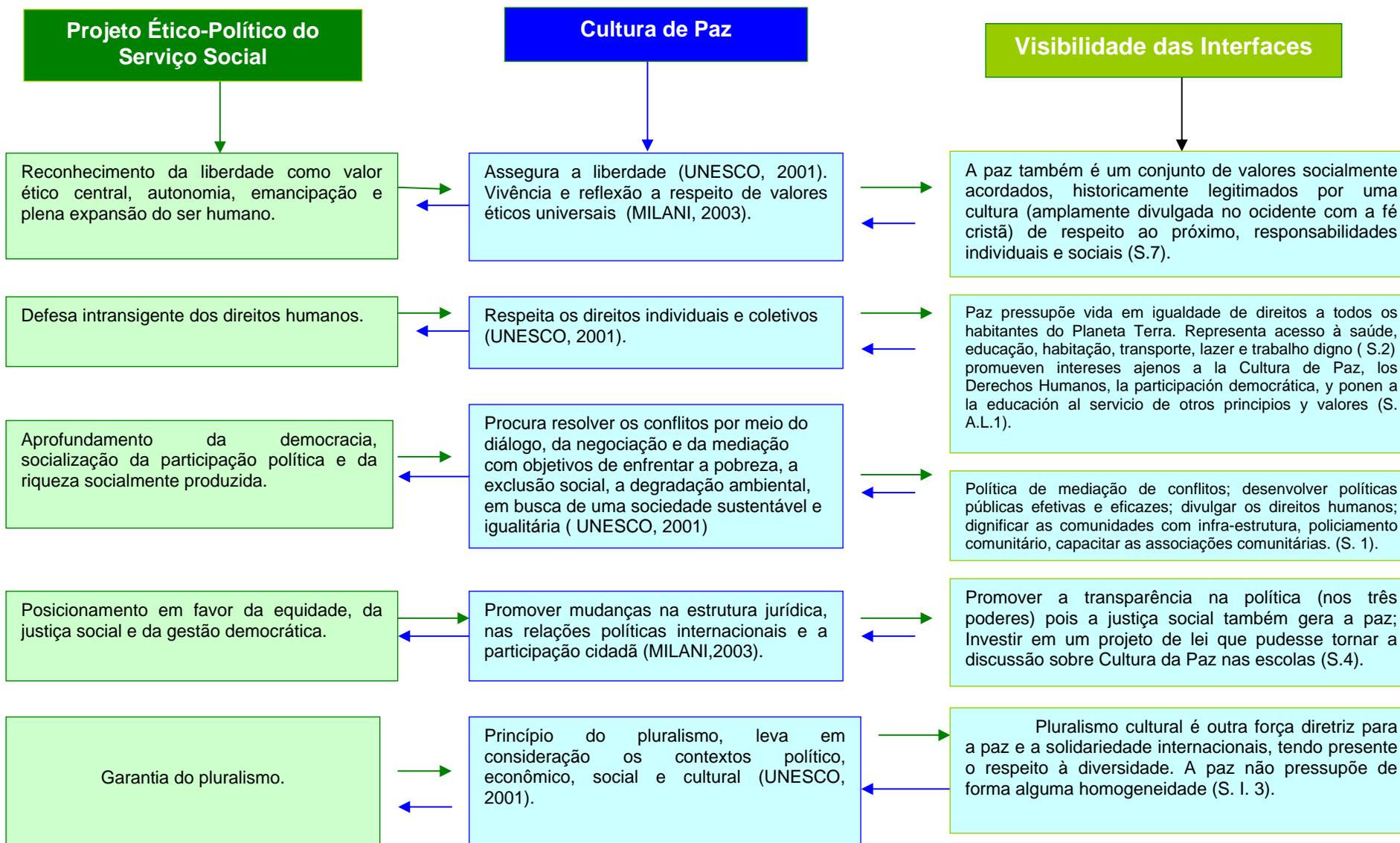
É na perspectiva do enfrentamento da questão social expressa nas desigualdades sociais, que a educação para a paz na América Latina assume uma resposta à violência social como proposta de construir uma nova cultura, cultura essa que é a da paz. Da mesma forma, o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social configura-se como estratégia eficaz de enfrentamento da questão social. Os pressupostos que nortearam a pesquisa apontam para uma interface destas duas propostas que tem em comum enfrentar os desafios propostos pelas múltiplas expressões de desigualdades sociais, entendidas como o conjunto que compõe a questão social. Os pressupostos são de que:

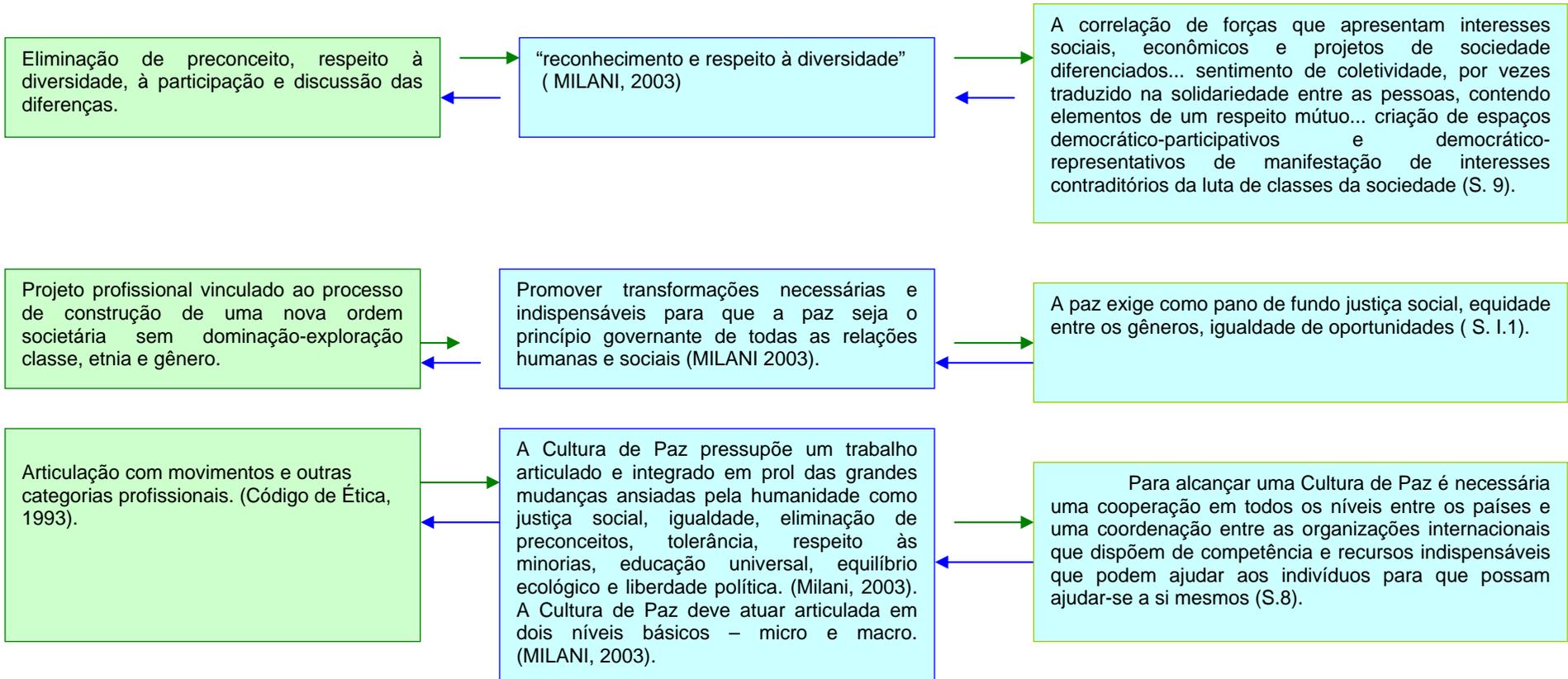
- Há uma interface entre a Cultura de Paz e o Projeto Ético-Político do Serviço Social, mas não está evidenciada na proposta curricular de formação profissional;

- O Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão apontam a existência de uma interface entre a Cultura de Paz e o Projeto Ético-Político do Serviço Social que encontra-se invisibilizada aos profissionais.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social e a Cultura de Paz tem uma interface visível. Para melhor compreender esta interface, a figura a seguir tem por objetivo dar maior visibilidade:

Figura 20: Interfaces entre Cultura de Paz e Projeto Ético-Político do Serviço Social





Refletir e instigar a visibilidade da interface da Cultura de Paz com o projeto ético político de nossa profissão constitui-se um grande desafio e também uma necessidade emergente. Os estudos levaram para o entendimento de que a paz tem um vínculo com as constituições republicanas, da mesma forma que os projetos profissionais têm perspectivas de uma Cultura de Paz, pois os mesmos são construídos a partir de fundamentos constitutivos e das normas reguladoras da profissão. Para Grossmann (2006), baseado na obra Kantiana, os efeitos de uma constituição promovem e constroem a paz. A obra de Kant traz três grandes pontos que caminham em direção a uma sociedade realmente de paz que são: Paz entre estados – o estado de paz entre os homens tem que ser instituído; Direito das gentes – tanto os povos como os Estados podem ser julgados como homens individuais, portanto sendo necessário considerar o direito dos povos em relação uns aos outros e Direito Cosmopolita – direito de hospitalidade, os seres humanos devem tolerar-se uns aos outros, pois ninguém tem mais direito que o outro (KANT, 1989). Dessa forma, os ideais da república têm a perspectiva da Paz Perpétua. Nos dias atuais, do contexto social em que se vive, não se aceita a paz sem a participação intersubjetiva que considere as desigualdades e as injustiças sociais.

A Constituição Brasileira, denominada de Carta Cidadã pelos trabalhadores e o povo brasileiro, fornece as diretrizes para a construção de uma Cultura de Paz, uma vez que ela trata dos direitos e garantias fundamentais; da organização do Estado; da organização dos poderes; da defesa do Estado e das instituições democráticas; da ordem econômica e financeira e da ordem social do país. Kant (1989), ao vincular república e paz, o faz na perspectiva de que o Estado assegura aos seus cidadãos condições de solucionarem seus problemas de forma pacífica, dessa forma, espera-se que os Estados, as Nações interajam de forma pacífica para a formação de alianças na perspectiva da afirmação e defesa intransigente dos direitos humanos e uso intenso da democracia como estratégia de construção da paz.

As falas dos sujeitos, visibilizadas no quadro das interfaces, demonstram que para se viver uma sociedade voltada para valores de uma Cultura de Paz

faz-se necessário dar maior ênfase ao aspecto da coletividade. Buscar instituir a Cultura de Paz de forma coletiva, tendo em vista a necessidade de valorizar o pluralismo democrático e tentar alcançar a equidade e justiça social para todos.

Grossmann (2006) afirma que a paz é um estado, onde a liberdade de cada ser humano cidadão é garantida pelo direito. Nessa perspectiva, apresenta o Estado República regido pelos princípios do direito formulados pela razão prática, onde

cada indivíduo é considerado cidadão com direito de participar ativamente da sociedade civil. Essa realidade certamente expande suas influências nas relações externas dos Estados e, em especial, na promoção da paz. Como é o próprio povo que decide sobre seu destino, também terá de arcar com as conseqüências de suas decisões (GROSSMANN, 2006, p. 175).

Tomar consciência da nossa capacidade de interagir na construção da paz como cidadão brasileiro, já é um grande passo, contribuir como categoria profissional neste processo em direção a uma sociedade pautada por valores e princípios de paz, é um passo maior ainda. O Serviço Social na relação com outras categorias profissionais como enfermagem, educação, direito, literatura e pedagogia pode e vem contribuindo na direção de uma nova ordem societária através da materialização de seu Projeto Ético-Político. Como diria Grossmann (2006, p. 179), “mesmo que a paz mundial nunca tenha existido sobre a face da terra, não se pode olvidar que a história da humanidade ensina que algo que nunca existiu pode tornar-se realidade”. A paz, como condição para a sobrevivência do planeta, pode e deve ser instaurada em escala mundial, pautada a partir dos princípios de democracia, liberdade, igualdade, equidade e justiça social, defendidos de forma intransigente pelos profissionais do Serviço Social.

Rayo (2004) argumenta que uma Cultura de Paz exige estilos de vida que inspirem respeito à vida; rechaço à violência, prevenção de conflitos, reconhecimento da igualdade de direitos e de oportunidades; liberdade de expressão; adesão aos princípios de justiça, democracia, solidariedade,

liberdade, cooperação, pluralismo, diálogo e entendimento entre sujeitos, grupos e nações; promoção de uma sociedade solidária com vistas ao desenvolvimento centrado no ser humano; compromisso das gerações atuais com as gerações futuras a necessidades do desenvolvimento e proteção do meio ambiente.

As falas dos sujeitos demonstram que há uma expectativa e ao mesmo tempo uma necessidade latente do envolvimento das estruturas educacionais no processo de construção e fortalecimento da Cultura de Paz. Ela pode desenvolver-se como uma nova cultura se as estruturas educacionais estiverem dispostas a contribuir para que de fato isso se torne realidade e não apenas utopia. A começar pelos processos formais de ensino, da educação básica à educação universitária. Na educação universitária, é fundamental instigar os novos profissionais a trabalharem na perspectiva da cidadania e dos direitos humanos. A educação ainda é vista pela sociedade como uma forma de alcançar melhores condições de vida. Ao lutar por uma educação de qualidade, luta-se por melhoria das condições de existência. No entanto, o Estado que tem o dever de assegurar esse direito básico, e a própria sociedade em suas diversas formas de organização, por vezes não tem respondido ao seu próprio anseio, o de uma sociedade onde não haja violência, desigualdade, injustiças de todas as espécies, bem como a barbárie. O que se vê, muitas vezes, é a reprodução de tudo isso que, de forma gradativa vai se instituindo como valores. Forma-se para o mercado, e deixa-se de formar para a vida. Os profissionais do Serviço Social realizaram uma grande conquista, que é o de ocupar espaço nas escolas públicas brasileiras. A sociedade percebeu a necessidade desse profissional que tem outro projeto de sociedade e pode contribuir para uma nova sociedade.

A educação é de extrema importância, no que diz respeito ao preparo das pessoas para uma sociedade diferente da que vivemos. Preparar para a convivência fraterna, para o diálogo, para o exercício coerente da cidadania, dos direitos e deveres dos cidadãos (GORCZVSKI e TAUCHEN, 2008). Percebe-se como uma das principais tarefas da educação refletir e dialogar sobre os grandes problemas da humanidade, sobre as questões éticas

sugeridas por estes problemas, servindo de instrumento que suscite a transformação da sociedade, para que as necessidades humanas sejam alcançadas por todos. Educação colocada a serviço de homens e mulheres, fomentadora da dignidade e do desenvolvimento sustentável, algo urgente nesta e nas futuras gerações (RAYO, 2004).

Não se concebe uma Cultura de Paz sem o processo da educação para a paz, pois educação para uma Cultura de Paz exige que ela se torne um instrumento ativo de comunicação, em que a aprendizagem se dê de forma solidária e não competitiva, capaz de suscitar transformações sociais necessárias, fundamentadas no espírito e nos ideais dos direitos humanos, que vão ao encontro dos princípios da sustentabilidade, promovendo o respeito universal, fortalecendo os que estão à margem de uma vida minimamente digna, a partir de uma participação responsável (RAYO, 2004). Mas sabe-se que no modelo de produção capitalista, a sociedade nunca chegará a ser totalmente justa, pelo menos enquanto não aprender e vivenciar a dimensão da escuta e do diálogo, aspectos imprescindíveis da educação para uma Cultura de Paz. Então, o grande desafio é mudar a estrutura, a matriz atual para uma matriz não consumista e acima de tudo não violenta.

Outro aspecto muito significativo que aparece na fala dos sujeitos e é componente do processo de educação para uma Cultura de Paz, trata-se da mediação de conflitos. Miller (2006) refere que educar para a cidadania é educar para enfrentar o conflito através da ação não-violenta, utilizando-se de uma ferramenta considerada como a ferramenta primordial que é o diálogo. O autor considera que o verdadeiro diálogo é aquele em que todos os envolvidos no conflito desenvolvam a capacidade da acolhida e da escuta uns dos outros. Através dessas duas atitudes, é possível encontrar meio-termo que respeite os direitos e deveres uns dos outros. Para que haja de fato uma resolução não-violenta de conflitos, é necessário apreender a verdade subjetiva dos sujeitos que estão envolvidos no conflito, levando em conta os sentimentos, os desejos e principalmente as frustrações e ressentimentos ocasionados pelos fatos que desenvolveram o conflito. Trabalhando de forma não-violenta a resolução de

conflitos, promove-se a autonomia dos sujeitos e ao mesmo tempo desenvolve-se a capacidade de relacionamento do sujeito consigo mesmo e com os outros.

Uma outra forma de resolução de conflitos é denominada de Justiça Restaurativa, recomendada aos Países pela Organização das Nações Unidas desde o final da Década de 90 e introduzida no Brasil de forma Piloto sob a denominação de “Justiça para o Século 21”. Projeto inspirado na experiência da Nova Zelândia, e desenvolvido pela justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre e São Paulo, onde estão situadas as primeiras experiências locais do projeto.

A Justiça Restaurativa “é um processo do qual todas as partes envolvidas em um ato que causou ofensa reúnem-se para decidir coletivamente como lidar com as circunstâncias decorrentes desse ato e suas implicações para o futuro” (JUSTIÇA PARA O SÉCULO 21, p. 21). Essa forma de resolução de conflitos considera que a transgressão é uma ofensa às relações humanas, cria oportunidade para que a justiça seja reconhecida, procura atender às necessidades geradas a partir da ofensa, encoraja autor e receptor a aprender novas formas de atuar e se relacionar e de se colocar num espaço coletivo. Por fim, a Justiça Restaurativa procura o máximo possível a cooperação voluntária, sem coerção, mas de forma cooperativa, para que a resolução seja acordada e aceita por todos os envolvidos no conflito.

A Justiça Restaurativa mostra-se como uma das ferramentas eficazes de construção e fortalecimento de uma Cultura de Paz, pois a Paz reconhece a diversidade, procura superar os processos de desigualdades, exige relações igualitárias, promove mudanças necessárias na sociedade e sobretudo caminha em direção à materialização da justiça social, aspectos pelos quais o Serviço Social, a partir do seu Projeto Ético-Político Profissional, se tornou uma realidade na vida dos cidadãos e cidadãs brasileiros.

Alimentar a Cultura de Paz é uma das grandes necessidades da humanidade e o Serviço Social vem contribuindo para essa mudança através de suas práticas profissionais que fortalecem a não-violência ao se recusar a aceitar a violência que dilacera o ser humano e trabalha de forma estratégica

para promover a transformação da realidade em que os sujeitos de sua ação estão envolvidos. O Serviço Social acredita que a transformação das realidades sociais perversas se dá por meio da participação e do diálogo com diferentes setores da sociedade e diferentes categorias profissionais. Isso significa afirmar que de forma coletiva e solidária é possível dar passos rumo à nova ordem societária uma vez que o seu projeto profissional, que o Serviço Social acredita numa sociedade justa, pautada pela solidariedade, equidade e dignidade humana. Acredita que pode contribuir com o desenvolvimento social preservando os direitos humanos, protegendo o meio ambiente para uma sociedade sustentável, satisfazendo as necessidades dos seres humanos de hoje e de amanhã, com responsabilidade profissional diante do futuro da humanidade. A nova ordem societária desejada pela categoria profissional do Serviço Social, tantas vezes mencionada nos fóruns de debates, nos documentos da profissão, nas diretrizes curriculares para a formação profissional, é no modo de ver da pesquisadora, uma sociedade voltada para a Cultura de Paz.

Para o Serviço Social fica como desafio dar visibilidade às interfaces entre a Cultura de Paz e o Projeto Ético-Político do Serviço Social, na formação profissional, as mesmas já estão presentes no Código de Ética, nas diretrizes Curriculares e na Lei de regulamentação da Profissão, embora não sejam vistas desta forma.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sonho de paz da humanidade é muito antigo, o movimento da história mostra esse desejo latente no ser humano, em todas as sociedades que passaram pela história humana. Nos dias atuais, pode-se dizer que a necessidade de uma sociedade de paz é urgente. A urgência de uma nova sociedade demonstra que se vive um tempo de crises, tais como crise de valores, crise econômica, crise do uso da ética e tantas outras crises que podem ser mencionadas e compõem o conjunto da urgência de uma nova cultura. Não mais cultura de violência, desigualdade e injustiça social, mas uma cultura de igualdade social, direitos humanos, solidariedade e tantas outras formas de construir a paz positiva em nossa casa comum.

São muitas as iniciativas para a superação do modelo capitalista assim como a busca incessante pela construção de um novo modelo de sociedade onde possa ser possível desglobalizar as desigualdades sociais e globalizar a justiça social como o grande rosto da paz no mundo. Os grandes e pequenos construtores da paz desafiam que é preciso criar gestos e estruturas solidárias e não excludentes. E a partir do diálogo, da troca de idéias e iniciativas em busca da paz de forma individual e coletiva é que se vai construindo uma nova sociedade. As inúmeras iniciativas, formas de solidariedade e de colaboração de instituições, organizações sociais, sujeitos individuais e coletivos envolvidos na realidade social em busca da paz, demonstram uma tendência agregadora de convergir para o caminho que direciona à Cultura de Paz. Já é realidade a expansão de uma nova mentalidade que tende à unidade sob o ponto de vista planetário que clama por uma sociedade centrada no ser humano e sua dignidade.

Os sujeitos desta pesquisa demonstraram acreditar e agir a partir de seus projetos profissionais e de seus processos de trabalho, que estão contribuindo na construção dessa sociedade que se quer, pautada por princípios e valores não mais apenas econômicos, mas principalmente

relacionais. A paz precisa ser vivida em primeiro lugar como um valor ético central na vida do ser humano. É no clima da atuação ética e solidária que a paz pode nascer e frutificar. A atuação ética, já apontada no Manifesto 2000, exige de cada ser humano respeito à vida e à dignidade de todos e não apenas de alguns; prática da generosidade como forma de ser solidário e prática da não-violência como fundamentais nesse processo de mudança de matriz societária. A paz, mais do que discursos e propostas de ação, precisa primeiramente ser construída na mente das pessoas, deve fazer parte da formação do cidadão.

No que se refere ao Serviço Social, profissão extremamente comprometida com o enfrentamento da Questão Social, desafio contemporâneo para nossa profissão, percebe-se através do projeto profissional, o engajamento dos profissionais em contextos marcados pela incerteza, a insegurança, a instabilidade, a vulnerabilidade social onde parece estar cristalizada a injustiça social. No exercício de nossa prática profissional, se faz necessário reconhecer as imposições do sistema que anteriormente referimos, recorrendo aos conhecimentos teóricos, metodológicos, éticos, políticos, que venham atender às exigências do projeto profissional, respondendo às demandas atuais. Adotou-se a perspectiva de resistência às tensões da sociedade em que se vive através do enfrentamento dos preconceitos e das dificuldades que se apresentam cotidianamente, possibilitando aos usuários do Serviço Social o exercício da cidadania. Para tanto, é importante a prática pensada, articulada com as múltiplas faces que a sociedade apresenta. Sempre de novo, fazendo o movimento do micro para o macro e vice e versa, movimentando-se em espaços contraditórios da sociedade, superando ações dicotômicas e ou/ reprodutoras de violência e desigualdades.

Os profissionais do Serviço Social estão inseridos em diversos espaços profissionais e frente a diferentes realidades sociais, percebe-se a necessidade de se ter claro nosso Projeto Ético-Político que aponta na direção de uma nova ordem societária, instigando nos usuários desses serviços, o exercício da democracia, da busca e luta por direitos já conquistados e outros a conquistar,

por meio do conhecimento destes e da participação popular, superando o entendimento de um Serviço Social de ajuda, de troca de favores, de benesse, por uma compreensão de luta de projeto societário.

É preciso mudar a cultura que passa pelo modo de pensar e agir das pessoas. Nesse sentido, o papel da educação através das instituições educacionais é de extrema importância. Sobretudo a escola, tem papel de relevância na mudança dessa cultura em que vivemos para a cultura que queremos viver, porque a mudança passa necessariamente pelo caminho da educação. Sem a mudança pessoal não se alcança uma mudança coletiva e a mudança coletiva pode interferir em muitas mudanças pessoais. É a partir de mudanças pessoais e coletivas que se muda uma sociedade. Mas a mudança precisa começar por aqueles que são formadores de opiniões como pais, educadores, profissionais comprometidos com essa nova ordem societária. Com palavras e ações, formadores de opiniões podem expressar conceitos e valores que fundamentem e incentivem a Cultura de Paz e não-violência. Nesse sentido, o profissional do Serviço Social tem muito a contribuir, porque o Serviço Social é também uma profissão educativa.

Como foi possível observar a paz que se quer alcançar como cultura, passa pela transformação das pessoas e das estruturas sociais existentes. Exige um processo de formação que caminhe em direção à transformação e não substituição dos valores, o que exige da sociedade uma mudança radical no sistema político, econômico, social e ambiental. A mudança social torna-se o maior desafio para a construção de uma Cultura de Paz. A paz será possível quando houver de fato vontade política de diminuir as desigualdades sociais por via da materialização dos direitos humanos e da justiça social. Nessa perspectiva de construção, compartilhamos da idéia de Giroux (2003, p. 53) de que

A política não é apenas feita no terreno da imaginação e do desejo, mas também se baseia nas relações de poder mediadas através do resultado de lutas dedicadas à criação de condições de possibilidades para que as pessoas tornem-se agentes políticos criticamente engajados.

A ação política é uma das grandes ferramentas na construção da Cultura da Paz. Ser sujeito politicamente engajado de forma consciente é fundamental nesse processo. A paz é uma aspiração e um direito universal, faz parte dos direitos de terceira geração, sendo direito universal, é também direito humano, e sua construção é tarefa de todos. Portanto, é dever de cada cidadão que anseia por uma nova sociedade lutar por ela. O direito humano de viver em paz, ou numa sociedade que tenha a paz como cultura, constitui-se base para todos os outros direitos de uma sociedade, que vive num Estado democrático de direito. Para tanto, como destaca Freire em sua obra *Pedagogia da Autonomia* (1997), é necessária correção ética, respeito uns aos outros, capacidade de viver e conviver com o diferente. Ou seja, mas do que estar no mundo é preciso que o ser humano torne-se uma presença humanizadora no mundo e com o mundo de suas relações.

Faz-se necessário no processo de construção da paz, buscar as contribuições da ciência e da comunicação no sentido de dar visibilidade à necessidade de uma nova cultura. Implica processo, decisão política, envolvimento individual e coletivo para passar de uma cultura de guerra para uma Cultura de Paz, posto que a cultura de guerra, que é o modelo para a violência e que prejudica a sociedade como um todo.

A passagem de uma cultura de guerra para uma Cultura de Paz é desafiadora e exige atitudes que não fazem parte do atual modelo de sociedade, como o diálogo e a disposição para uma cultura de convivência fundamentada em valores que também são princípios presentes no Manifesto pela Paz: respeitar a vida, rejeitar a violência, compartilhar tempo e recursos para superação das injustiças sociais perversas, promover o consumo responsável em prol das futuras gerações, contribuir com o desenvolvimento dos espaços onde se está inserido. São ações importantes e necessárias que vão na contramão do modelo atual e provocam mudanças de matriz civilizatória.

A educação e a cultura são fundamentais nesse processo em busca do resgate da dignidade humana, da igualdade de acesso a direitos, da superação dos processos de desigualdades que provocam exclusões de todos os níveis e significados e da intolerância humana que gera cada vez mais violência de todos os tipos. A ausência das manifestações de violência seja no âmbito social, econômico, político, cultural e ambiental constitui-se em condição necessária para construção da paz.

Dar à sociedade um rosto de paz é um dos grandes desafios da Cultura de Paz. Dar um rosto de paz significa participar, colaborar, humanizar, dialogar, a partir de atitudes concretas que levem à materialização dos anseios de paz. Nesse sentido, o mestre e educador Paulo Freire deixou um grande legado através dos círculos de cultura que estabeleciam a sociedade e a comunidade como referências no processo de aprendizado a partir da cultura entendida por ele como uma síntese da experiência dos que a vivenciam. Dessa forma, a paz torna-se ação concreta e acontecimento coletivo, tendo a educação e a cultura como agentes imprescindíveis para que ela aconteça, a partir de um processo dinâmico e permanente que evidencie um novo modo de aprender que permita novas relações sociais baseadas na justiça e na igualdade de direitos.

O Serviço Social através do Projeto Ético-Político Profissional caminha em direção à Cultura de Paz, o mesmo compartilha, mesmo que de forma invisibilizada, dos princípios e valores da Cultura de Paz. Os valores éticos da profissão se materializam em posicionamentos, decisões e ações dos profissionais que a vivenciam. A dimensão educativa faz parte das dimensões do Serviço Social comprometido com emancipação, cidadania e o fortalecimento dos sujeitos de sua prática profissional. Não perder a atualidade das demandas postas pela sociedade é fundamental para a consolidação do Projeto Ético-Político do Serviço Social. A Cultura da Paz é demanda emergente e pertinente para a sociedade atual juntamente com a necessidade da defesa dos direitos humanos diante do cenário de fragilidade de valores e princípios da Cultura da Paz. Criar condições objetivas de materialização do Projeto Ético-Político na interface com a Cultura da Paz e especialmente dar maior ênfase à dimensão educativa do Serviço Social, no campo das atividades

relacionadas à promoção da Cultura, desenvolvendo processos pedagógicos que contribuam para o fortalecimento da cultura que se quer instituir. O projeto profissional se dá numa perspectiva emancipatória, de contribuição com as lutas e conquistas sociais, aspectos motivadores de um processo de educação e cultura que levam à Cultura da Paz. Mas é preciso avançar no que diz respeito à inserção profissional na perspectiva do rompimento com processos de alienação, desenvolvendo processos de trabalho que consolidem o Projeto profissional inscrevendo no cotidiano de trabalho os princípios da profissão presentes no Código de Ética.

Nesse sentido, na busca de materialização do Projeto Ético-Político em sua interface com a Cultura da Paz, compartilha-se da posição de grandes estudiosos como David Adams, de que é necessário um movimento global para a construção da paz. Necessita-se de instrumentos os mais diversos, o primeiro deles é a consciência de que cada pessoa pode e deve ser parte deste movimento global. À medida em que cada pessoa se revê nas suas relações interpessoais e que os sujeitos coletivos redefinem objetivos e métodos institucionais, já se está construindo a Cultura de Paz, que não é sonho, utopia e ideal abstrato. É caminhada que acontece pela vontade e ação de sujeitos que querem outro modelo de sociedade. É fundamental e sobretudo necessário não deixar de fazer o intercâmbio de informações e partilha de experiências, reflexões, sonhos e ações em busca da Paz como Cultura, através de um processo de educação que mude a atual matriz que a sociedade vive, que é cultura de guerra, para a matriz que se quer alcançar, que é uma Cultura de Paz. Esses são aspectos encontrados nesse estudo, essas são ações sonhadas e por alguns realizadas pelos sujeitos dessa pesquisa. Foi isso que se encontrou nesse estudo, é isso que estão fazendo os sujeitos dessa pesquisa. Foram diversos os sonhos e saberes compartilhados, busca de ações conjuntas e individuais, desafios lançados. Todos reconhecidos socialmente engajados e se reafirmando como promotores da paz.

Finaliza-se, dando ênfase ao grande desafio de dar visibilidade à Cultura de Paz materializada no Projeto Ético-Político do Serviço Social. Assim como o Projeto Profissional é processo e desafio para os profissionais do Serviço

Social, a paz também é processo e a educação é meio e a nova cultura é produto desse processo que leva ao aprendizado de novas relações sociais. A Cultura da Paz está em construção, assim como o Projeto da categoria profissional dos Assistentes Sociais. Percorrer caminhos que levem a paz é tarefa daqueles que acreditam que ela está ao seu alcance. A jornada é longa, mas começa com o primeiro passo.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Sociologia. São Paulo: Martins fontes, 2007.
- ABRAMOVAY Mirian et al. Escolas de paz. Brasília: UNESCO Gov. do Estado do Rio de Janeiro/ Sec. de Estado de Educação Univ. do Rio de Janeiro, 2001.
- ABRAMOVAY, Mirian. Violência nas escolas. Brasília: UNESCO, 2003.
- ABRAMOVAY, Mirian, RUA, Maria das Graças. Violência nas escolas. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna. UNAIDS. Banco Mundial. USAID. Fundação Ford/CONSED/UNDIME, 2004.
- ABREU, Marina Maciel de. Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.
- ADAMS, David. História dos primórdios da Cultura de Paz. In: Memórias pessoais. [s.e], 2003. Disponível em www.comitepaz.org.br. Acesso em 14 de nov. 2006.
- AGUINSKY, Beatriz Gershenson. O lugar e as possibilidades do Projeto Ético-Político do Serviço Social no campo jurídico. In: MENDES, Jussara M.R.; DESAULNERS, Julieta B.R. Textos e contextos. Perspectivas de produção do conhecimento em Serviço Social. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. O Serviço Social na educação. Revista Inscrita, Cidade Mato Grosso, p. 19-24, 2000.
- ARENDT, Annah. Sobre a violência. São Paulo: Relume Dumará.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa, Edições 70,1977.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.
- BASTOS, Karina R. P. O Serviço Social diante de novas demandas: questões sobre instrumentalidade e objeto de intervenção. Fragmentos de cultura. Goiânia , v. 14, n.1p. 93-104 jan. 2004.
- BOFF, Leonardo, BETTO, Frei, BOGO, Ademar. Valores de uma prática militante. Consulta popular. Cartilha nº 09. São Paulo: Consulta Popular, 2000.

- BOFF, Leonardo. Saber cuidar: Ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BOULDING, Elise. *La violencia y sus causas*. Paris França: Editorial UNESCO, 1981.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A canção das sete cores: educando para a paz. São Paulo: Contexto, 2005.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2001.
- CAHUÍ, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: ABDR, 2006.
- CHAUÍ, Marilena. Colóquio Interloquções com Marilena Chauí. Ética e Violência. São Paulo: 1998. Mímeo.
- CANDAU, Vera Maria; LUCINDA, Maria da Consolação; NASCIMENTO, Maria das graças. Escola e Violência. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- Carta da Terra, disponível em: .
www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/carta_terra.doc acesso em 04 de abr. 2009.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL/CFESS-: Atribuições privativas do Assistente Social em Questão. Brasília: DF, 2002.
- CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL 1993.** Coletânea de Leis organizada pelo Conselho Regional de Serviço Social. 10ª Região. Porto Alegre, RS, 2000.
- CORREA, Rosângela Azevedo. Cultura, educação para, sobre e na paz. In: MILANI, Feizi M; JESUS, Rita de Cássia Dias Pereira de. Org). Estratégias, mapas e bússolas. Salvador: INPAZ, 2003.
- COSTA, Eloísa de Campos; GOMES, Carlos Minayo. Superar a cultura da violência: um desafio para a escola. São Paulo: Papyrus, 1999.
- COUTO, Berenice R. O direito social e a assistência na sociedade brasileira: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez, 2000.

DECLARAÇÃO programa de ação sobre uma Cultura de Paz. Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz: um programa da UNESCO. 2001-2010. disponível em www.comitepaz.org.br. Acesso em 14 de nov. 2006.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm acessado em 10 abr. 2009.

DELOURS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, UNESCO, MEC. 1998.

DISKIN, Lia. Cultura de paz e seus elementos essenciais. Palestra proferida na Universidade de Caxias do Sul/ UCS. Campus Bento Gonçalves. Bento Gonçalves: 03/07/2008.

DORNELES, Denise Freitas. A prática do assistente social em uma comunidade sustentável: desafios para a sociedade contemporânea. Tese de Doutorado – Faculdade de Serviço Social, PUCRS, 2005, mimeo.

DUARTE, Roque. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. Cadernos de pesquisa, São Paulo: nº 115, março, 2002.

FAUSTINI, Márcia Salete Arruda. O ensino no Serviço Social. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FÁVERO, Eunice. O Serviço Social e a Psicologia no judiciário.: conquistando saberes, conquistando direitos. Capítulo II: O Serviço Social no Brasil e no judiciário paulista. P. 37-42. São Paulo: Cortez, 2005.

FERNANDEZ, Isabel. Prevenção da violência e solução de conflitos: o clima escolar como fator de qualidade. São Paulo: Madras, 2005.

Formação profissional: trajetórias e desafios Caderno Abess – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social nº 7. São Paulo: 1996.

Formação profissional: trajetórias e desafios. Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate. CADERNOS ABESS nº 7. ABESS: 1996. p. 15-57.

Formação profissional: trajetórias e desafios. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996). CADERNOS ABESS nº 7. ABESS: 1996. p. 58-73.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro. Paz e terra, 2001.

_____-Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In. FAZENDA, I. Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1994.

GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 1983.

GASKELL, G. entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W; GASKELL, G. Tradução:GUARESCHI, P. A. A pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

GERHARDT, Luiza Maria. Educação para a paz na educação em saúde: testemunhos de professor enfermeiro da área da saúde da criança e do adolescente. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

GIROUX, Henry A . Pedagogia crítica: esperança sem ilusões. Pátio. Revista Pedagógica. Porto Alegre:Artmed, Ano VII nº25 p. 25-55, fev./abr.2003.

GONÇALVES, Reinaldo. Globalização e desnacionalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GORCZEVSKI, Clovis; TAUCHEN, Gionara. Revista Educação, Porto Alegre, v. 31, nº 1, p. 66-74, jan./abr.2008.

GROS, Denise Barbosa. Institutos liberais e neoliberais no Brasil República. Campinas: São Paulo:Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Tese de Doutorado, 2002. Mimeo.

GROSSMANN, Elias. Paz e República Mundial: de Kant a Hoffe. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: PUCRS,2006.

GUIMARÃES, Marcelo R. Aprender a educar para a paz. Porto Alegre: mimeo, 2003.

_____. Educação para a paz: sentidos e dilemas. Caxias do Sul/RS: Educs, 2005.

_____.Manual de educadores para a paz. Porto Alegre: mimeo, 2003.

_____. Um novo mundo é possível. São Leopoldo: Sinodal, 2004.

HOBBSAWM, Éric. A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. Cortez, São Paulo. 2001.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Atribuições privativas do(a) Assistente Social em questão. Brasília/DF: CEFESS, 2002. p. 13-50.

_____. La cuestion social y la formación profesional em trajeo social em contexto de las nuevas laciones de poder y la diversidad latinoamericana. XVIII Seminário Latino Americano de Esculeas de Trabajo Social. San José, Costa Rica. Julio/2004.

IBAMA. Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas./UNESCO. Brasília: Edições IBAMA,1999.

JARES, Xesús R. Educação para a paz: sua teoria e sua prática. Porto Alegre: Artmed, 2002.

_____. Educar para a paz em tempos difíceis. São Paulo: Palas Athena, 2007.

JOHNSON, Allan G. Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

JUNQUEIRA, Helena Iracy. Quase duas décadas de reconceituação do Serviço Social: uma abordagem crítica. *Revista Serviço Social e Sociedade*. Ano II n. 4, Ano II, São Paulo: 1980.

KANTE. Emanuel. A paz perpétua de Kante. Editora Matos Santos. 1989.

KONDER, Leandro. O que é dialética. São Paulo: Brasiliense, 2000.

KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LEWGOY, Alzira M. Batista. Pensar a supervisão de estágio em Serviço Social: ser ou ser, eis a questão. FSS/PUCRS, Tese de Doutorado. Porto Alegre, 2007. Mimeo.

MALDONADO, Maria Tereza. Os construtores da paz: caminhos de prevenção da violência. São Paulo: Moderna,1997.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org). Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio (Série Núcleos de Pesquisa: 1). São Paulo: Veras Editora,1994.

MATTOS, Regina Celi C. Serviço Social na atualidade. Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 105-114, jan. 2004.

MAYOR, Frederico. Nutrindo uma cultura de paz. In: Comitê Paulista para a década da cultura de paz: um programa UNESCO: 2000-2010. Disponível em www.comitepaz.org.br. Acesso em 14 de nov. 2006.

MICHAUD, Yves. A violência. São Paulo: Ática, 2001.

MILANI, Feizi M. cultura de paz X violência. papel e desafios da escola. In; Cultura de paz: Estratégias, mapas e bússolas. Salvador: INPAZ, 2003.

MINAYO, Maria.C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1994.

_____. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. In. BEZERRA, M.De L. Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira. Consórcio CDS/UnB/Abipti, 2000.

MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MORAES, Roque. Uma experiência de pesquisa coletiva: introdução à análise de conteúdo. In; GRILLO, Marlene Corroero; MEDEIROS, Marilú Fontoura de (Org). A construção do conhecimento e sua mediação metodológica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

MORIN, Edgar. Cultura de massas no século XX. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

MULLER, Jean-Marie. O princípio da não-violência: uma trajetória filosófica. São Paulo: Palas Athena, 2007.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. Revista Serviço Social e Sociedade nº 84, nov. 2005.

_____. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente à crise contemporânea. Capacitação em Serviço Social e política Social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Módulo 1, Brasília: CEAD/UNB-CEFESSÁBEPSS, 1999.

_____. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Revista Serviço Social e Sociedade nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Simone Barros de. Desenvolvimento sustentável e cultura de paz: desafios para o Serviço Social. Dissertação de Mestrado, FSS/PUCRS. Porto Alegre: mimeo, 2005.

_____. Interfaces da Cultura de Paz com o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Tese de Doutorado (qualificação). FSS/PUCRS. Porto Alegre: 2009.

_____. A interface do Projeto Ético Político do Serviço Social e a Cultura de Paz. Projeto de pesquisa para seleção ao doutorado, FSS/PUCRS. Porto Alegre: 2006.

OLIVEIRA, Simone Barros de. GROSSI; Patrícia Krieger. Educação para a paz e Serviço Social: possibilidade de construção de uma nova cultura. Revista ADPUPUCRS. Porto Alegre: nº 9, out. 2008.

ORTEGA Rosário; DEL REY, Rosário. Estratégias para a prevenção da violência. Brasília: UNESCO, UCB, 2002.

PEREIRA, Liliana Patrícia Iemes Sepúlveda. As práticas educativas transformadoras no exercício democrático. Revista Fragmentos de Cultura. Goiás, 2004.

PRATES, Jane Cruz. Disciplina: Teoria do Serviço Social II A Produção do conhecimento em Marx. Textos Marxianos e de marxistas contemporâneos. 2005\01.

PRATES, Jane. Material didático. Porto Alegre. Mímeo, 2001/02.

_____. Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social. Tese de Doutorado/FSS-PUCRS. Porto Alegre, 2003. Mímeo.

Projeto Justiça Para o Século 21: Instituinto Práticas restaurativas. Cartilha Iniciação em Justiça Restaurativa. Subsídios de práticas restaurativas para a transformação de conflitos. Porto Alegre: Terceira Vara da Infância e Juventude, 2005.

Proposta Básica para o projeto de formação profissional. Revista Serviço Social e Sociedade nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.

RAYO Tuvilla José. Educação em direitos humanos: rumo a uma perspectivas global. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Relatório do Projeto Desenvolvido na Escola estadual Olegário Mariano. Porto Alegre: ONG REDECRIAR, Mímeo, 2007.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE nº 50. Proposta básica para o projeto de formação profissional. São Paulo: Cortez, 1996.

Revista Serviço Social e Sociedade. Reconceituação do Serviço Social. n. 84, Ano XXVI, nov, 2005.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Stúdio Nobel, 1993.

SATTLER, Miguel. Comunidades sustentáveis. Polígrafo Didático do Curso de Especialização em Construção Civil. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SILVA, Nelson Pedro. Ética, indisciplina e violência nas escolas. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

SILVEIRA, Daniele Pinto da; VIEIRA, Ana Luiza Stiebler. Reflexões sobre a ética do cuidado em saúde: desafios para a atenção psicossocial no Brasil. *Estud. pesqui. psicol.* [online]. jun. 2005, vol.5, no.1 p.92-101. Disponível em <http://scielo.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812005000100007&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1808-4281. acesso em 04 de jan. 2007.

SPOSATI, Aldaíza. Globalização da economia e processos de exclusão social. Capacitação em Serviço Social: Módulo 1: Crise contemporânea, Questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD: 1999.

THOT. Política e poder: Gandhi hoje. São Paulo: Palas Athena, 2003. p 81-86.

TRIVIÑOS, A. N. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1997.

UNESCO. década das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável: 2005-2014: Documento final do plano internacional de implementação. Brasília: UNESCO, OREALC, 2005.

VICTORA, C.G., KANAUTH, D.R., e HASSEN, M.N. Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.

YASBEK, Maria C. Classes sociais subalternas e assistência social. São Paulo: Cortez, 1999.

Anexos

Anexo 1:
Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa –CEP/PUCRS

Anexo 2:

Grupo de Estudios de Paz/GEPAZ

Grupo de Pesquisa



Estudos de Paz

Identificação Recursos Humanos Linhas de Pesquisa Indicadores do Grupo

Identificação **Dados básicos** **Nome do grupo:** Estudos de Paz **Status do grupo:** **certificado pela instituição** **Ano de formação:** 2005 **Data da última atualização:** 24/11/2008 16:16 **Líder(es) do grupo:** Pergentino Stefano Pivatto - tinopivatto@pucrs.br

Elias Grossmann - elias.grossmann@pucrs.br

Área predominante: Ciências Humanas; Educação **Instituição:** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC RS **Órgão:** **Unidade:** Departamento de Pós-Graduação em Educação **Endereço Logradouro:** Av. Ipiranga, 6681 **Bairro:** Partenon **CEP:** 90619900 **Cidade:** Porto Alegre **UF:** RS **Telefone:** 33203620 **Fax:** 33203635 **E-mail:** tinopivatto@pucrs.br **Home page:** <http://> **Repercussões dos trabalhos do grupo**
A paz é um âmbito determinante da vida humana o que faz com que sobre ela haja um certo consenso através do qual a civilização ocidental expressa sua idéia de bem. Apesar disso, e embora a reflexão filosófica sobre a paz não seja recente, apenas a partir da segunda metade do século XX, constituiu-se um campo específico para seu estudo - peace research - pesquisa sobre a paz, acompanhado do surgimento de inúmeros centros universitários especializados na Europa e nos Estados Unidos. No âmbito das universidades católicas, desde 1986 a Fundação Internacional de Universidades Católicas tem chamado suas afiliadas a fazerem desse tema um de seus domínios de competência e intervenção. No Brasil, embora haja contribuições valorosas, esse tema ainda não gerou a ressonância acadêmica a que sua relevância prática faz jus. O Grupo de Estudos de Paz da PUCRS estima que suas atividades possam gerar importantes resultados em, pelo menos, três dimensões básicas: a acadêmica, a institucional e a comunitária, a partir de ações a serem desencadeadas na implementação dos objetivos gerais comuns às linhas de pesquisa inscritas no grupo. As atividades do grupo comungam objetivos gerais básicos - buscar a excelência acadêmica na pesquisa sobre a paz, integrando, de forma interdisciplinar o ensino, a pesquisa e a extensão; projetar local, nacional e internacionalmente a PUCRS como uma Universidade Católica brasileira que se dedica ao estudo da paz; implementar ações em vista da tolerância e convivência pacífica que, por sua vez, irão desdobrar-se em ações cujas repercussões deverão propagar-se através da sensibilização da comunidade acadêmica e da sociedade para a urgência da paz. O Grupo de Estudos da Paz da PUCRS está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Fundamentos, Políticas e Práticas da Educação Brasileira.

-
- **Linhas de pesquisa Total: 3** [Educação e Cultura de Paz](#)
 - [Governança global, segurança humana e desarmamento](#)

[Prevenção, resolução e transformação de conflitos](#)

Relações com o setor produtivo Total: 0

Indicadores de recursos humanos do grupo **Integrantes do grupo Total** Pesquisador(es) 21
Estudante(s) 13 Técnico(s) 0

Linha de Pesquisa
Educação e Cultura de Paz

Linha de pesquisa

Educação e Cultura de Paz

Nome do grupo: [Estudos de Paz](#)

Palavras-chave: Cultura de Paz; Cultura de Violência; Educação; Não-violência;

Árvore do conhecimento:

Ciências Humanas; Educação; Tópicos Específicos de Educação; Educação Para a Paz;

Setores de aplicação:

Educação

Objetivo:

Investigar as causas da violência e da paz, no âmbito da cultura e da educação, estudando os modelos sociais, educacionais e culturais vigentes, o papel e o lugar da não-violência e da paz no mundo humano.

Linha de Pesquisa

Governança global, segurança humana e desarmamento

Linha de pesquisa Governança global, segurança humana e desarmamento **Nome do grupo:**

[Estudos de Paz](#)

Palavras-chave: Desarmamento; Direitos Humanos; Governança global; Proteção internacional da pessoa humana; Segurança Humana; **Árvore do conhecimento:**

Administração pública, defesa e seguridade social **Objetivo:**

Estudar as possibilidades e alternativas para a governança global, a partir de um modelo de segurança humana e do referencial dos direitos humanos, desmistificando a lógica da guerra e planejando um mundo desarmado.

Linha de Pesquisa

Prevenção, resolução e transformação de conflitos

Linha de pesquisa Prevenção, resolução e transformação de conflitos **Nome do grupo:** [Estudos de](#)

[Paz](#)

Palavras-chave: Política internacional; Prevenção de conflitos; Resolução de conflitos; Transformação de conflitos; **Árvore do conhecimento:**

Ciências Humanas; Sociologia; **Setores de aplicação:**

Administração pública, defesa e seguridade social **Objetivo:**

Investigar caminhos de prevenção, resolução e transformação dos conflitos, tanto em nível interpessoal como intergrupar e internacional.

Apêndices

Apêndice 1:
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Pontifícia
Universidade
Católica do RS



**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL-DOUTORADO**

INSTRUMENTO COM INFORMANTES-CHAVES

PROJETO DE PESQUISA

**AS INTERFACES DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL
COM A CULTURA DE PAZ**

**DOUTORANDA: Simone Barros de Oliveira
ORIENTADORA: Prof. Dr. Patrícia Krieger Grossi**

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa tem por objetivo “ Identificar a Interface do Projeto Ético-Político do Serviço Social com a Cultura de Paz”.

A mesma envolve aplicação de questionário com questões abertas, com Assistentes Sociais e participantes de Instituições governamentais e não governamentais que desenvolvam trabalho na perspectiva da educação para uma Cultura de Paz, consideradas informantes-chaves.

Seu sigilo e anonimato serão garantidos, bem como sua desistência em informar os dados, em qualquer momento que queira desistir. Os resultados serão devolvidos aos participantes da pesquisa após o término do Curso de Doutorado em Serviço Social através da elaboração e divulgação da tese de Doutorado, elaboração de artigos, apresentação em congressos e seminários.

Agradecemos a contribuição e estamos à disposição para quaisquer dúvidas relacionadas à pesquisa pelo fone (51) 9988-1073 (Doutoranda Simone Barros de Oliveira), Prof^a Patrícia Krieger Grossi através do fone 3320 3546 ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS, fone 33203345, cep@pucrs.br.

Declaro que recebi uma cópia deste termo e que todas as minhas dúvidas foram esclarecidas.

Entrevistado

Local e Data

Simone Barros de Oliveira
Matrícula nº 071902712 – Fone (51) 84260755
Email: siboliveira@yahoo.com.br

Prof. Dra. Patrícia Krieger Grossi
Matrícula 069366 – Fone 3320 3546
Email: pkgrossi@puccrs.br

Apêndice 2:
Instrumento para coleta de dados (com Informantes-chave e
Assistentes Sociais)

PROJETO DE PESQUISA

AS INTERFACES DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL COM A CULTURA DE PAZ

QUESTIONÁRIO

01. Quais são suas percepções de paz?
2. Quais as ações necessárias pra a promoção de uma Cultura de Paz?
Exemplifique com uma ação concreta.
3. Como percebe o processo de participação da sociedade na construção e fortalecimento da Cultura de Paz?
4. Quais as possibilidades e limites para a construção de uma cultura de paz?
5. Quais os referenciais teóricos que norteiam o teu trabalho?

Apêndice 3:
Roteiro para Grupo Focal

PROJETO DE PESQUISA

AS INTERFACES DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL COM A CULTURA DE PAZ

ROTEIRO PARA GRUPO FOCAL

1. Quais são as percepções de paz?
2. Que ações entendem ser necessárias pra a promoção de uma Cultura de Paz?
3. Identificam possibilidades e limites na construção e fortalecimento da Cultura de Paz?
4. Quais os referenciais teóricos que norteiam o teu trabalho?